

Mateus Mireny Vasco Madaleno

# A IMPORTÂNCIA DA CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS NAS PME: OS EFEITOS DAS CONTAS CERTIFICADAS NO SEU DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO

Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças

Julho/2017



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Mateus Mireny Vasco Madaleno

A Importância da Certificação Legal das Contas nas PME: os efeitos das  
contas certificadas no seu desempenho económico e financeiro

Dissertação apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para a  
obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Finanças

Orientador: Professor Doutor José Manuel Bernardo Vaz Ferreira

Coimbra, 2017

## *Agradecimentos*

Agradeço, primeiramente, a Deus, por ter estado do meu lado no decorrer desta caminhada. Por ser meu guia e me dar forças para concluir este trabalho.

Aos meus pais João Carlos e Maria de Lourdes, por todo amor a mim dedicado, por todo o apoio prestado durante a formação, mesmo à distância, dando-me forças e rezando para que tudo corresse bem. Aos meus irmãos, Helena, Republicano, Serguei, Mirna, e ao meu Tio Hernani Chova, obrigado por toda força, por todo o carinho.

A Caixa de Segurança Social das Forças Armada Angolanas pela oportunidade que me foi concedida, permitindo cursar o mestrado, em especial o Dr. Paulo Rangel e a Dra. Adelina David.

A todos os professores da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), que direta ou indiretamente contribuíram para a minha formação durante o mestrado e, em especial, ao Professor Doutor José Manuel Bernardo Vaz Ferreira, por todo o apoio, motivação, paciência, disponibilidade, e exigência na orientação deste trabalho, o meu muito obrigado.

A Professora Doutora Ana Maria Rodrigues, por todos os seus conselhos, pelos conhecimentos transmitidos durante o curso.

Ao Professor Doutor João Lisboa pela sua amizade, pelos conselhos e motivação transmitida durante o curso.

A Doutora Marquinha, e ao Dr. Carlos Campos, por toda a paciência, por todo o conhecimento que me transmitiram e pelas horas dedicadas a este trabalho, expresso aqui os meus sinceros agradecimentos.

Ao Doutor Mário Silva, a Doutora Zélia Fernandes, e a Doutora Mariana, por todos os seus conselhos, e paciência em auxiliar-me e tirarem todas duvidas sobre metodologia e sobre o Software SPSS.

Aos meus amigos Pedro, Ernesto, Félix, Demilson, Tchibwabwa, José Inácio, Gelson Lobato, Raul, Francisco, Ana, Luís Gargalo, Eber, António Ferreira, que contribuíram direta ou indiretamente, apoiando e incentivando para a realização desta dissertação.

## ***Resumo***

Apesar do interesse e debate crescente em torno da pertinência da Auditoria no contexto corporativo, escassos são os estudos dedicados à descrição e análise do seu impacto. Com efeito, o presente trabalho procurou descrever e avaliar as mudanças registadas nos indicadores económicos e financeiros de uma amostra de sociedades por quotas portuguesas sujeitas à obrigatoriedade da certificação legal das contas. Para tal, recolheram-se duas amostras emparelhadas compostas por 40 empresas do setor secundário e terciário, avaliando-se em dois momentos (antes e após a certificação legal das contas), de período de 6 anos (entre 2003-2008), os indicadores económicos e financeiros - endividamento, imobilização do património, cobertura do passivo de curto prazo, cobertura do passivo de médio e longo prazo, solvabilidade, autonomia financeira, rendibilidade dos capitais próprios, ROI, rendibilidade das vendas, custo do capital alheio, rotação do capital próprio, fundo de maneio, liquidez geral, liquidez reduzida.

Este estudo também faz referência aos efeitos e consequências da auditoria nas entidades auditadas, assim como, o seu impacto e importância para as entidades auditadas e para as instituições reguladoras, que têm o papel de averiguar se a obrigação legal de certificação legal das contas esta a ser cumprida pelas empresas. Sendo que, a certificação legal das contas tem um papel importante a nível social, uma vez que é a segurança razoável de que as empresas auditadas apresentam uma imagem verdadeira e apropriada.

Os resultados, indo de encontro ao único estudo anterior realizado em Portugal, não demonstram diferenças estatisticamente significativas antes e após a certificação legal das contas. Porém, revelam uma evolução positiva após a certificação legal das contas nas várias medidas de desempenho. A conclusão deste estudo contempla sugestões para estudos futuros e a importância da compreensão destes resultados no contexto atual.

**Palavras-chave:** Auditoria financeira; Pequenas e médias empresas (PME); Certificação legal das contas (CLC); Desempenho económico e financeiro das empresas.

**JEL:** M41, M42.

## *Abstract*

Despite the growing interest and debate about the need for Auditory in the corporate context, few studies have described and analysed its impact. Because of that, the present work aimed to describe and measure changes in economic and financial rates in a sample of Portuguese Limited liability enterprises (LLEs) that had mandatory legal certification of accounts. To do so two paired samples were collected, each with 40 enterprises of the secondary and third sector, measured before and after legal certification of accounts, in a cohort of 6 years (2003-2008), with the economic and financial rates: debt, fixed assets, short-term liabilities, long-term liabilities, solvency, financial autonomy, return on equity, return on investment, sales profitability, cost of capital, sales return, working capital, general liquidity, reduced liquidity.

This study also refers to the effects and consequences of auditing on audited entities, as well as their impact and importance for audited entities and regulatory institutions, which have the role of ascertaining whether the legal obligation of legal certification of accounts is to be Companies. Legal certification of accounts plays an important social role, since it is reasonable assurance that the audited companies present a true and fair view.

The results, confirm a previous study conducted in Portugal, and don't show differences before and after legal certification of accounts. Nevertheless, there is a positive development in several domains after legal certification of accounts. Conclusions derived approach the importance of this results in the present context and suggestions for future research.

**Key-words:** Financial audit; Small and medium-sized enterprises; Legal certification of accounts; Economic and financial performance of companies.

**JEL:** M41, M42.





## ***Índice Geral***

<i>Agradecimentos</i> .....	ii
<i>Resumo</i> .....	iii
<i>Abstract</i> .....	iv
<i>Índice Geral</i> .....	vii
<i>Índice de Quadros</i> .....	x
<i>Índice de Figuras</i> .....	x
<i>Índice de Apêndice</i> .....	x
<i>Introdução</i> .....	1
<i>Parte I – Desenvolvimento teórico e revisão da literatura</i> .....	3
Capítulo I – PME e a Informação Financeira .....	3
1.1. Definição de Pequenas e Médias Empresas (PME) .....	3
1.1.1. PME: A sua importância no tecido português .....	4
1.2. Informação financeira .....	7
1.2.1. Necessidade da informação financeira .....	7
Capítulo II – Auditoria Financeira .....	12
2.1. Auditoria: uma eficaz exigência .....	12
2.1.1. Os efeitos e consequências da auditoria nas entidades auditadas .....	13
2.1.2. Responsabilidades da auditoria .....	19
2.1.3. Princípios, normas e diretivas de auditoria .....	20
Capítulo III – Etapas da realização de uma auditoria .....	24
3.1. Trabalhos de preparação da reunião com o potencial cliente .....	24
3.1.1. O processo de Auditoria .....	24
3.1.2. Planeamento .....	24
3.1.3. Execução .....	28
3.2. Materialidade .....	29
3.2.1. Materialidade e risco .....	31
3.3. Controlo interno .....	33
3.3.1. Importância do controlo interno .....	35
Capítulo IV – Procedimentos de auditoria .....	38



4.1. Procedimentos de auditoria .....	38
4.1.1. Meios financeiros líquidos .....	39
4.1.2. Compras de bens e de serviços, pessoal e dívidas a pagar .....	40
4.1.2.1. Os testes aos controlos .....	43
4.1.2.2. Os testes substantivos.....	44
4.1.3. Inventários e ativos biológicos.....	45
4.1.4. Investimentos .....	47
4.1.5. Ajustamentos e Reclassificações.....	48
4.1.6. Papéis de trabalho .....	50
4.1.7. Relatório de auditoria.....	51
4.1.8. Certificação legal das contas.....	52
Capítulo V – Pesquisas empíricas e análise do desempenho.....	54
5.1. Estudos empíricos: o desempenho económico e financeiro.....	54
5.2. Análise do desempenho através de indicadores económicos e financeiros .....	56
5.3. Tipos de rácios .....	59
5.3.1. Rácios de estrutura de capitais .....	61
5.3.2. Rácios de rendibilidade .....	64
5.3.3. Rácios de tesouraria .....	69
5.3.4. Rácios de liquidez .....	72
<i>Parte II. Metodologia</i> .....	78
1.1. Quanto à natureza da investigação .....	78
1.2. Quanto aos objetivos .....	78
1.3. Quanto à lógica .....	79
1.4. Quanto ao procedimento .....	80
1.4.1. Amostras do estudo .....	80
1.4.2. Caraterização das empresas.....	83
1.5. Desenho de investigação .....	83
<i>Parte III – Análise e discussão dos resultados</i> .....	86
3.1. Estatísticas Descritivas .....	88
3.2. Intercorrelações.....	89
3.3. Teste das hipóteses (Teste de Wilcoxon).....	93
<i>Conclusão</i> .....	97

<i>Limitações</i> .....	99
<i>Estudos futuros</i> .....	99
<i>Bibliografia</i> .....	100
<i>Apêndice</i> .....	111
<i>Anexos</i> .....	118
<i>ANEXO I: Wilcoxon signed Ranks Test (ME e MIP)</i> .....	129
<i>ANEXO II: Wilcoxon signed Ranks Test (MCPCP)</i> .....	130
<i>ANEXO III: Wilcoxon signed Ranks Test (MCPLP e MS)</i> .....	131
<i>ANEXO IV: Wilcoxon signed Ranks Test (MAF)</i> .....	132
<i>ANEXO V: Wilcoxon signed Ranks Test (MRCP)</i> .....	133
<i>ANEXO VI: Wilcoxon signed Ranks Test (MCCA e MR)</i> .....	134
<i>ANEXO VII: Wilcoxon signed Ranks Test (MRA e MFM)</i> .....	135
<i>ANEXO VIII: Wilcoxon signed Ranks Test (MLG e MLR)</i> .....	136
<i>ANEXO IX: Wilcoxon signed Ranks Test (MRCP)</i> .....	138

## ***Índice de Quadros***

Quadro 1 - Estudos mais relevantes sobre o contributo da auditoria.....	118
Quadro 2 - A Certificação legal das contas /relatório de auditoria tem a seguinte estrutura.....	119
Quadro 3 - Tipos de setores (distribuição).....	120
Quadro 4 - Estatísticas descritivas.....	121
Quadro 5 - Distribuição das amostras por setor.....	122
Quadro 6 - Distribuição por concelhos.....	124
Quadro 7 - Correlações ( <i>Spearman</i> ) entre os indicadores económico-financeiros (2003-2005).....	125
Quadro 8 - Correlações ( <i>Spearman</i> ) entre os indicadores económico-financeiros (2006-2008).....	127

## ***Índice de Figuras***

Figura 1 - Fórmula de cálculo do Risco de Auditoria .....	32
---	----

## ***Índice de Apêndice***

Apêndice 1 - Indicadores económicos e financeiros das empresas em estudo.....	111
---	-----

## Lista de siglas e abreviaturas

AICPA- *American Institute of Certified Public Accountants*

BCE- Banco Central Europeu

BdP- Banco de Portugal

CAE- Classificação das Atividades Económicas Portuguesas por Ramos de Atividades

Cash Flow- Quantidade de dinheiro quer é recebido e pago por um negócio durante um determinado período, por vezes associado a um projeto específico.

CE- Comissão Europeia

CEDP- Código de Ética e Deontologia Profissional

CEOROC- Código de Ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

CI- Controlo Interno

CLC- Certificação Legal das Contas

CMVM- Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

CNSA- Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria

COSO- Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission

CSC- Código das Sociedades Comerciais

DF- Demonstrações Financeiras

DL- Decreto-Lei

DRA- Diretrizes de Revisão/Auditoria

EC- Estrutura Concetual

EOROC- Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

EU- União Europeia

GAT- Guia de Aplicação Técnica

IAPMEI- Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas

IASB- *International Accounting Standards Board*

IFAC- *International Federation of Accountants*

IRC- Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

IRS- Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

ISA- *International Standards of Auditing*

ISO- Organização Internacional para Padronização

ISP- Instituto de Seguro de Portugal  
IT- Interpretações Técnicas  
IVA- Imposto Sobre o Valor Acrescentado  
MBV- Margem Bruta das Vendas  
NCRF- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro  
NTR/A- Normas Técnicas de Revisão/Auditoria  
PCAOB- *Public Company Accounting Oversight Board*  
PME- Pequenas e Médias Empresas  
ROC- Revisores Oficiais de Contas  
RT- Recomendações Técnicas  
SABI- Base de dados com Informação Empresarial sobre Entidades Portuguesas e Espanholas  
SCI- Sistema de Controlo Interno  
SGPS- Sociedades Gestoras de Participações Sociais  
SNC- Sistema de Normalização Contabilística  
TC- Tribunal de Contas  
TE- Tecido Empresarial  
UEC- *Union Européenne des Experts Comptables Économiques et Financiers*

## **Introdução**

Em resultado dos vários eventos que influenciam as dinâmicas empresariais, a auditoria financeira tem adquirido um papel de relevo no desempenho, na qualidade e na eficácia da informação financeira das organizações. Contudo, apesar da importância desta variável organizacional, o estudo científico dos processos e dos procedimentos de auditoria financeira são escassos.

Esta investigação incide, assim, na necessidade de contribuir para investigação sobre este tema no contexto português. Deste modo, o estudo foca-se nas mudanças que se operaram no desempenho económico e financeiro das sociedades por quotas portuguesas, após a certificação legal das contas.

Algumas sociedades por quotas portuguesas, por força da lei, estão obrigadas a realizar a revisão legal das contas. Essa obrigação tem levado a que gestores e sócios questionem a sua utilidade e debatam a sua importância, pois, a mesma tem um custo, e a sua dimensão e o sistema contabilístico usado dispensa certos requisitos. Neste sentido, pretendemos responder à seguinte questão de investigação: *Que diferenças existem no desempenho económico e financeiro das sociedades por quotas Portuguesas após a certificação legal das contas?*

O objetivo geral deste estudo é descrever as principais mudanças operadas no desempenho económico e financeiro de uma amostra de empresas portuguesas antes e após a certificação legal das contas. Especificamente procura-se analisar o desempenho económico e financeiro dessas empresas, através de rácios económicos e financeiros e comparar o seu desempenho antes e após a certificação legal das contas. A finalidade desta investigação visa obter indicadores e fundamentos operacionais, que permitam a adoção de procedimentos de auditoria financeira, com o objetivo de potenciar a eficácia da gestão empresarial.

No que diz respeito à sua organização este trabalho está dividido em três partes. A primeira parte foi desenvolvida ao longo de cinco capítulos e consiste na apresentação dos fundamentos e desenvolvimentos teóricos sobre os temas abordados numa revisão da literatura. Assim, apresentam-se os principais constructos estudados, designadamente, as PME, a auditoria financeira, suas etapas e procedimentos. Ainda nesta parte, sintetizam-se

alguns estudos empíricos de relevo sobre desempenho económico e financeiro, e faz-se a análise do desempenho através de indicadores económicos e financeiros.

Na segunda parte caracterizamos o método seguido nesta investigação, apresentamos as amostras em estudo, identificamos as variáveis e descrevemos o procedimento adotado.

Na terceira parte apresentamos, descrevemos e discutimos os resultados encontrados.

Este trabalho termina com a conclusão sustentada nas fases anteriores, onde salientamos as limitações e algumas sugestões para investigações futuras.

# **Parte I – Desenvolvimento teórico e revisão da literatura**

## **Capítulo I – PME e a Informação Financeira**

### **1.1. Definição de Pequenas e Médias Empresas (PME)**

A recomendação da Comissão Europeia (CE) de 6 de Maio de 2003, no seu art.º 1 do anexo da recomendação define empresa como qualquer entidade que, independentemente da sua forma jurídica, exerce uma atividade económica. São, nomeadamente, consideradas como tal as entidades que exercem uma atividade artesanal ou outras atividades a título individual ou familiar, as sociedades de pessoas ou as associações que exercem regularmente uma atividade económica.

O art.º 2.º do anexo da recomendação refere os efetivos e limiares financeiros que definem as categorias de empresas, que são:

- a. A categoria das Pequenas e Médias Empresas (PME) é constituída por empresas que empregam menos de 250 pessoas e cujo volume de negócios anual não excede 50 milhões de euros ou cujo balanço total anual não excede 43 milhões de euros;
- b. Na categoria das PME, uma pequena empresa é definida como uma empresa que emprega menos de 50 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 10 milhões de euros;
- c. Na categoria das PME, uma microempresa é definida como uma empresa que emprega menos de 10 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros.

A definição apresentada acima não é vinculativa ou obrigatória, é uma recomendação da União Europeia (UE).

Em Portugal vigoram muitos critérios para a definição de PME, existem diplomas que definem as PME, mas não estão em linha com a recomendação da UE. Será pertinente que Portugal adote em tempo útil a definição da UE. Por exemplo o art.º100.º do Código do Trabalho define os tipos de empresas, este só atende o número de trabalhadores, alinhado com a recomendação da UE.



O Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI) foi criado pelo Decreto-Lei n.º 51/75, de 7 de fevereiro. O instituto tem como missão promover a competitividade e o crescimento empresarial, assegurar o apoio à conexão, execução e avaliação de políticas dirigidas à atividade industrial, visando o reforço da inovação, do empreendedorismo e do investimento empresarial, especialmente nas PME. O IAPMEI define PME de acordo com o art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, alinhado com os valores e critérios estabelecidos na definição de PME constante da recomendação da UE.

A definição de PME adotada pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) está de acordo com o especificado na Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, referente às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas.

Esta Diretiva entrou em vigor a 1 de janeiro de 2016 com a publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, diploma que veio introduzir modificações significativas no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de junho (revogado pela Lei n.º 20/2010). A Diretiva foi adotada no âmbito de um conjunto de iniciativas europeias que, reconhecendo o papel significativo das PME na economia da UE, tem apelado à adoção de medidas com vista à redução do peso global da regulamentação, nomeadamente a redução da carga burocrática, tendo em vista o aumento da produtividade destas empresas. Portanto, o SNC define PME usando idênticos indicadores, tais como, balanço total, volume de negócio, número de trabalhadores, porém com escalas e limites diferentes.

### **1.1.1. PME: A sua importância no tecido português**

O papel das PME em Portugal é de extrema importância, uma vez que são o pilar do seu Tecido Empresarial (TE). Criam emprego e trazem um valor acrescentado à economia portuguesa. O TE nacional é basicamente do tipo familiar e recorre fundamentalmente aos seus proprietários e a instituições de crédito para obterem financiamento. A legislação portuguesa recomenda que seja o auditor a fiscalizar as demonstrações financeiras das sociedades.

É usual afirmar-se que o TE português é composto sobretudo por PME, essencialmente por micro empresas, Costa e Alves (2014).

As PME representam 99% do tecido empresarial português, em que 96,2% são consideradas microempresas, 3,2% são consideradas pequenas, e 0,5% são médias empresas, sendo que estas empresas geram 80% do emprego, o que é mais da metade dos negócios nacionais. Porém, de acordo os dados divulgados pelo Banco de Portugal, somente 10% das empresas têm as suas contas auditadas.

Para as empresas que possuem as contas auditadas deverá ser um fator diferenciador a ter em conta pelos *stakeholders* da empresa, interno e externos, pois passam a dispor de um selo de garantia de que a informação financeira que lhes é apresentada é credível e fiável, facilitando e tornando mais seguro o processo de tomada de decisão de se relacionarem futuramente ou não com a entidade. Uma empresa sem contas auditadas está mais suscetível que as mesmas possam ser manipuladas, uma vez que não são objeto de escrutínio por um profissional habilitado e independente que seja o garante da qualidade da informação que é prestada a terceiros Guimarães (2013).

Existe a perceção generalizada que a informação financeira produzida pelas PME terá uma qualidade menor, devendo os utilizadores dessa informação estar precavidos contra essa eventualidade (Martins *et al.*, 2016). Para além da qualidade da informação, resistência e ocultação propositadas, pois os gestores têm interiorizado que os relatórios de contas, contêm informação sensível e que pode prejudicar a empresa. A sua simples disponibilização a entidades externas é mais difícil, observando-se uma certa resistência a que tal aconteça em muitas empresas de pequena dimensão, muitas PME não estão sujeitas a auditoria externa, não estando cotadas em bolsa não são seguidas por analistas financeiros e não se submetem a operações de *rating* conduzindo a uma maior insegurança dos investidores.

Rocha *et al.* (2014: 7) advogam que:

Em Portugal um grande número de empresas desenvolve-se sob forma de sociedade. Diz-se que é uma sociedade quando a empresa tem, normalmente, mais do que um proprietário. Aos proprietários de uma empresa sob forma de sociedade chama-se sócios (nas sociedades por quotas) ou acionistas (nas sociedades anónimas).

Atualmente, as entidades sujeitas a certificação legal de contas são as sociedades anónimas, as sociedades por quotas que cumprem com as condições previstas no art.º 262.º n.º 2 do Código das Sociedades Comerciais (CSC)<sup>1</sup>, os municípios, as entidades de interesse público, as cooperativas agrícolas, as instituições particulares de solidariedade social (IPSS).

De acordo o Decreto-Lei n.º 495/88, de 30 de Dezembro, o qual foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 318/94, de 24 de Dezembro, todas as sociedades gestoras de participações sociais – SGPS – estão sujeitas a revisão legal de contas. Também o Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho refere que as entidades que sejam obrigadas a apresentar contas consolidadas estão sujeitas a revisão legal de contas. Igualmente as câmaras municipais estão sujeitas à revisão legal de contas conforme refere a Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro.

O trabalho foca-se nas sociedades por quotas que ultrapassaram dois dos três limites referenciados no art.º 262.º n.º 2 do CSC. Nas sociedades por quotas os sócios têm a responsabilidade limitada até ao montante do capital com que entraram para a sociedade, que corresponde à quota social de cada um. O capital social está dividido em quotas, e a cada sócio fica a pertencer uma quota correspondente à entrada, respondendo solidariamente pelas entradas acordadas no contrato social, o património social responde pelas dívidas da sociedade, a firma deve ser composta pelo nome ou firma de todos ou alguns dos sócios, por designação particular ou por ambos, acrescentado de “Limitada” ou “Lda.”.

A constituição de uma sociedade por quotas envolve as fases de subscrição e realização. Na fase de subscrição, os subscritores assumem o compromisso de entregar à sociedade determinados valores para a formação do capital social. Na fase de realização, os subscritores entregam à sociedade os valores com que se comprometeram.

---

<sup>1</sup> “As sociedades que não tiverem conselho fiscal devem designar um revisor oficial de contas (auditor) para proceder à revisão legal desde que, durante dois anos consecutivos, sejam ultrapassados dois dos três seguintes limites:

- a) Total do balanço: 1.500.000 euros;
- b) Total das vendas líquidas e outros proveitos: 3.000.000 euros.
- c) Número de trabalhadores empregados em média durante o exercício: 50”.

No que toca à gerência, o art.º 252.º do CSC explana a composição da mesma. A fiscalização das Sociedades por quotas compete ao Revisor Oficial de Contas (ROC), caso este seja o ROC, ou caso faça parte do conselho fiscal, conforme estabelece o n.º 1 do art.º 420.º e n.º 4 do art.º 413.º do CSC. Guimarães (2013) o ROC quando investido nas funções de órgão de fiscalização das entidades, tem como dever, designadamente, fiscalizar a gestão, alertando e recomendando as boas práticas, bem como vigiar pela observância da Lei e dos Estatutos por parte das entidades.

## **1.2. Informação financeira**

A informação financeira é um conjunto de dados contabilísticos sobre uma empresa que permitem, às pessoas que os consultam, tirar conclusões sobre a atividade daquela empresa no passado, presente e tomar decisões para o futuro (Rocha *et al.*, 2014: 18), “a noção de informação é multifacetada e ambígua, tanto se pode referir a conjunto de dados em bruto, como a dados organizados, como a capacidade dum canal de comunicação, etc..” (Borges e Rodrigues, 2014: 14). Assim, para as autoras Nunes e Serrasqueiro (2004) a informação financeira é crucial para decisões financeiras, tais como, distribuição de dividendos, conhecimento geral da empresa, decisões de financiamento, bem como decisões de investimento.

Segundo as autoras importa referir que as PME devido à flexibilidade da gestão e à ausência de responsabilidade limitada, os seus proprietários, embora não receberem dividendos, recebem-nos individualmente através, a título de exemplo, do uso de ativos da empresa para fins pessoais.

Também Agostinho (2016 *apud* Rodrigues, 2010) sustenta que, hoje, a contabilidade e a informação por ela divulgada passou a desempenhar uma função social, servindo toda a comunidade, com uma incidência centrada, entre outros. Os sistemas contabilísticos recolhem, tratam e divulgam informação específica, tendo em vista as finalidades das entidades e os utilizadores dessa informação (Gonçalves *et al.*, 2016).

### **1.2.1. Necessidade da informação financeira**

Rodrigues *et al.* (2013) referem sobre a necessidade da informação financeira, em que as demonstrações financeiras preparadas com propósito de proporcionar informação

que seja útil na tomada de decisões económicas devem responder às necessidades comuns da maior parte dos utentes para tomarem decisões económicas, nomeadamente para:

- a. Decidir, comprar, deter ou vender um investimento em capital próprio;
- b. Avaliar o zelo ou a responsabilidade do órgão gestão;
- c. Avaliar a capacidade de a entidade pagar e proporcionar outros benefícios aos seus empregados;
- d. Avaliar a segurança das quantias emprestadas à entidade;
- e. Determinar as políticas fiscais;
- f. Determinar os lucros e dividendos distribuíveis;
- g. Preparar e usar as estatísticas sobre o rendimento nacional; ou
- h. Regular as atividades das entidades.

De acordo a Estrutura Concetual (EC) os utilizadores da informação financeira são:

- a. Investidores: os proprietários das empresas (sócios ou acionistas), que fornecem o capital de riscos, e os seus consultores. Necessitam saber se compram ou vendem os títulos de uma determinada empresa e qual o retorno esperado do seu investimento, e para aconselhar a comprar, deter ou vender ações ou quotas de uma determinada empresa.
- b. Empregados: os trabalhadores, grupos responsáveis, por exemplo, os sindicatos. Estes precisam saber da estabilidade dos seus empregados, têm interesse em avaliar a capacidade de a empresa proporcionar remunerações, benefícios de reforma e oportunidade de emprego.
- c. Mutuantes: entidades que emprestam dinheiro às empresas, a título de exemplo, os bancos. Os bancos porque têm interesse em determinar se os seus empréstimos, e os juros que a eles respeitam, serão pagos quando vencidos.
- d. Fornecedores e outros credores: entidades a quem a empresa adquire os bens e serviços. Estas entidades estão interessadas em informação que lhes permita determinar se as quantias que lhes são devidas serão pagas nas datas de vencimento.
- e. Clientes: entidades a quem a empresa vende bens e serviços. Estas entidades precisam saber da continuidade de uma empresa, especialmente quando têm envolvimento por um período longo e estão muito dependentes.

- f. Governo e seus departamentos: o Governo e seus departamentos estão interessados na alocação de recursos, para saber a atividade das entidades, para determinar as políticas de tributação e como informação para estatísticas do rendimento nacional e outras semelhanças.
- g. Público: as entidades afetam o público (cidadãos e associações) de diversos modos. O público necessita saber sobre a contribuição para economia local, incluindo o número de pessoas que empregam e em que mediada patrocinam o comércio local, e para saber as tendências e desenvolvimentos recentes na prosperidade da entidade e o conjunto das suas atividades.

Os utilizadores da informação financeira têm diferentes objetivos, para além dos descritos acima, que vão desde obter informações sobre a estrutura financeira da empresa, a disponibilidade de meios financeiros líquidos para cumprir com os compromissos referente aos pagamentos nas datas previstas, a rentabilidade atingida pela empresa é compatível com o risco assumido, e outras situações. Para obter estas respostas é preciso analisar as informações contabilísticas das empresas. E para analisar estas informações é recomendado no mínimo, três anos, de forma a analisar as informações fornecidas em relação à evolução futura da empresa e identificar situações que afetam o desempenho da empresa. É necessário validar a qualidade da informação, recorrendo ao ROC, ao qual compete a revisão ou auditoria de contas, a fim de realizar a certificação legal das contas, emitindo a sua opinião sobre a situação financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da empresa em análise.

A qualidade da informação contabilística varia de acordo com a dimensão da organização (Danos *et al.*, 1989). No caso das pequenas e médias empresas a informação contabilística é geralmente de qualidade aceitável, o que é relevante para o processo de concessão de crédito. Já para as grandes empresas, as informações contabilísticas geralmente atingem alta qualidade, porque em geral as grandes empresas foram objeto de auditoria por tantas vezes com mais pormenor e tento do que é relatado para os investidores em relatórios anuais.

É importante que as demonstrações financeiras apresentadas pelas pequenas e médias empresas sejam credíveis, para que estas consigam financiamento junto a banca, e baixos juros. Kim *et al.* (2011) as empresas que aderem a auditoria de forma voluntária

pagam taxas de juros significativamente mais baixas dos empréstimos contraídos em relação as empresas que não auditam as suas informações financeiras.

Simunic e Stein (1996) dizem que o custo da dívida pode ser reduzido caso as demonstrações financeiras estejam auditadas. Quer isto dizer que as empresas auditadas criam uma poupança pela redução da taxa de juro conseguida nos financiamentos facultado pelas instituições credoras. O uso de um auditor reduz os custos de financiamento das empresas não cotadas e melhora o seu *rating* de crédito comercial no mercado (Hyytinen e Väänänen, 2007).

Para Rodrigues e Martins (2009 *apud* Moreira, 2006: 22) as empresas com contas auditadas aparentam uma menor probabilidade para relatar lucros sobrevalorizados, possivelmente porque estão mais constrangidas a uso de ações de contabilidade criativa ou gestão de resultados, ou ainda porque a auditoria à contabilidade atua como sinal de qualidade.

Reconhece-se a crescente importância social das organizações, pelo impacto que têm na comunidade. A obrigatoriedade de prestação de contas a diversas entidades é disso espelho (Borges e Rodrigues, 2014: 18).





## Capítulo II – Auditoria Financeira

### 2.1. Auditoria: uma eficaz exigência

Costa (2014 *apud* Edward Stamp) e Maurice Moonitz (1978) referem que a auditoria é um exame independente, por norma objetivo e necessariamente competente, de um conjunto de demonstrações financeiras de uma entidade, com prova de suporte, conduzida para obter informação fidedigna, através de um relatório escrito. Incide nas demonstrações financeiras de acordo com as normas da contabilidade geralmente aceitas. O objetivo é fornecer credibilidade às demonstrações financeiras, que são uma responsabilidade primária do órgão de gestão.

Alves (2015) entende auditoria como um processo de acumulação e avaliação de prova sobre certa matéria para determinar e relatar sobre o grau de correspondência entre essa matéria e os critérios estabelecidos para mesma. Essa matéria pode, de entre outras, revestir a forma de informação financeira ou não financeira, procedimentos, conduta das operações, resultados das operações, ou o cumprimento das leis, regulamentos e ordens. O autor advoga que, tendo em conta o seu objeto e objetivo, a auditoria pode classificar-se em auditoria interna e auditoria financeira respetivamente. Mas, considerando a natureza das entidades onde é realizada, pode dividir-se em auditoria no setor privado e auditoria no setor público. Portanto, quer a auditoria interna quer a auditoria financeira podem dizer respeito ao setor público ou ao setor privado.

O IFAC<sup>2</sup>, define que:

O objetivo de uma auditoria das demonstrações financeiras consiste em expressar uma opinião relativamente a se estas demonstrações apresentam ou não uma imagem verdadeira e apropriada da situação dos negócios da empresa à data do balanço e dos seus resultados do ano financeiro, tendo em consideração a lei e os costumes do país onde a empresa se encontra registada (Silva e Martins, 2016: 155).

---

<sup>2</sup> *International Federation of Accountants (IFAC). In International Auditing Guideline nº1.*

### **2.1.1. Os efeitos e consequências da auditoria nas entidades auditadas**

Pretende-se aqui saber a luz da literatura os efeitos e consequências das contas auditadas, bem como saber que conclusões os diversos autores chegaram e se as entidades auditadas e os auditores cumprem com os regulamentos.

De acordo o art.º 65.º do CSC (dever de relatar a gestão e apresentar contas) estabelece que os membros da administração devem elaborar e submeter aos órgãos competentes da sociedade o relatório de gestão, as contas do exercício e demais documentos de prestação de contas previstos na lei, relativos a cada exercício. O mesmo código no seu art.º 263.º, n.º 5 determina que nas sociedades sujeitas a revisão legal nos termos do art.º 262.º, n.º 2, os documentos de prestação de contas e o relatório de gestão devem ser submetidos a deliberação dos sócios, acompanhados de certificação legal das contas e do relatório do revisor oficial de contas.

Já o art.º 113.º do EOROC estabelece que tendo o ROC conhecimento de factos que possam vir a ser qualificados como crime, deve comunicá-los imediatamente ao Ministério Público competente, para efeitos de promoção da ação penal.

Guimarães (2005) alerta sobre as consequências legais da não submissão das demonstrações financeiras à revisão legal das contas, tais como:

- De ordem fiscal em sede IRC – O Ministério das Finanças emitiu o Ofício-Circulado n.º 11/97, de 2 de Dezembro de 1997, sob o título “Falta de nomeação do ROC pelas sociedades a ela legalmente obrigadas: a prestação de informação à Camara dos Revisores Oficiais de Contas (atualmente OROC), relativo a instruções internas para cumprimento das referidas disposições legais e no âmbito de fiscalização interna e externa (ver n.º 3 do art.º 94.º do CIRC e art.º 262.º e 416.º do CSC, art.º 121.º do CIRC e Portaria n.º 359/2000, de 20 de Junho) e não emissão da CLC e do relatório do fiscal único/conselho fiscal deverá conduzir à aplicação das respetivas penalidades previstas no Regime Geral das Infrações Tributárias (RGIT);
- Relativas ao depósito das contas – O art.º 1.º “Fins do registo” do Código do Registo Comercial (CRC) estabelece que o registo comercial destina-se a dar publicidade da situação jurídica das entidades, tendo em vista a segurança do comércio jurídico (ver art.º 3.º do CRC e n.º 1 do art.º 42.º do CRC);

- No âmbito da assembleia geral da sociedade – Face ao disposto no n.º1 do art.º 65.º do CSC, os membros da administração (ou gerência ou direção) devem elaborar e submeter aos órgãos competentes da sociedade o relatório de gestão, as contas do exercício e os demais documentos de prestações de contas, pelo que, na eventualidade da assembleia geral da sociedade se pronunciar sobre os documentos de prestação de contas sem os referidos documentos emitidos pelo ROC, poderão resultar consequências referidas nos n.º 1 do art.º 58.º “Deliberações anuláveis” do CSC, n.º 1 art.º 50.º do EOROC, art.º 515.º e 522.º CSC.

No que concerne o impacto do relatório de auditoria (Morgado, 2015 *apud* Serra, 2013 e Pucheta, 2001), destacam a importância e utilidade do relatório de auditoria, pela maior credibilidade que oferecem à informação financeira e pelos eventuais alertas relacionados com incertezas ao princípio de continuidade. Nestes estudos destacaram-se os seguintes contributos da auditoria, entre os mais relevantes, ver em anexos o quadro 1.

Ferreira (2009) faz referência ao impacto da CLC no parecer do conselho fiscal, nalguns casos mais graves de reservas de opinião, a CLC pode levar o Conselho Fiscal a propor à assembleia geral a não aprovação das contas.

Para Robu e Robu (2015) o relatório de auditoria é importante para os investidores apoiarem as suas decisões. Os autores concluíram que para as empresas romenas cotadas, as informações apresentadas nas demonstrações financeiras auditadas têm influência significativa sobre o retorno de ações, de acordo com a opinião no relatório de auditoria e sobre a adesão as Big 4.

Já Kim *et al.* (2011) entende que a auditoria externa é de valor de informação no preço da dívida privada, como empréstimos bancários, presumivelmente porque aumenta a credibilidade das demonstrações financeiras e, portanto, ajuda os bancos e outros credores privados a superar problemas de informação relacionados ao crédito mútuo de qualidade.

Segundo o bastonário da OROC clarifica que o relatório do ROC é um documento integrante dos *reporting* das empresas e quando a informação que lhe é fornecida não é clara quanto a determinado aspeto, este relatório apresenta ressalvas, o que pode não ser a situação mais desejável, mas é uma forma de, digamos, declarar que existe necessidade de corrigir ou a aprofundar uma determinada área (Rodrigues, 2017).

Crepaldi e Crepaldi (2016) referem a proteção que a auditoria oferece à riqueza patrimonial, dando maior segurança e garantia aos administradores, proprietários, fisco e financiadores do património apresenta os seguintes aspetos:

- ✓ sob o aspeto administrativo, contribui para redução de ineficiência, negligência, incapacidade e improbidade de empregados e administradores;
- ✓ sob o aspeto patrimonial, possibilita melhor controle dos bens, direitos e obrigações que constituem o património;
- ✓ sob o aspeto fiscal, é o fator de mais rigoroso cumprimento das obrigações fiscais, resguardando o património contra multas, o proprietário contra penalidades decorrentes da lei de sonegação fiscal e o fisco contra sonegação de impostos;
- ✓ sob o aspeto técnico, contribui para mais adequada utilização das contas, maior eficiência dos serviços contabilísticos, maior precisão das informações e a garantia de que a escrituração e as demonstrações contabilísticas foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos;
- ✓ sob o aspeto financeiro, riguarda créditos de terceiros, fornecedores e financiadores, contra possíveis fraudes e delapidações do património, permitindo maior controlo dos recursos para fazer face a esses compromissos;
- ✓ sob o aspeto económico, assegura maior exatidão dos custos e veracidade dos resultados, na defesa do interesse dos investidores e titulares do património;
- ✓ sob o aspeto financeiro a proteção que a auditoria oferece à riqueza patrimonial é a de resguardar crédito, contra possíveis fraudes.

Serra (2017 *apud* Pucheta, 2001) alude que o relatório de auditoria tem melhorado a qualidade da informação contabilística, conduzindo a uma maior utilização das demonstrações financeiras e à melhoria da qualidade das decisões dos *stakeholders*, proporcionando, por isso, maior credibilidade e eficiência aos mercados onde esta informação financeira é usada. De acordo com a autora, o principal objetivo do relatório de auditoria é mitigar as incertezas que giram em volta da credibilidade da informação financeira divulgada pela entidade.

Suárez *et al.* (2007) a opinião do auditor representa um indicador da qualidade da informação contabilística das empresas, para pareceres favoráveis confirmar a utilidade dela para análise, enquanto os relatórios qualificados são interpretados como "más

notícias", porque eles indicam que a fiabilidade da informação contabilística publicada pela empresa é no mínimo questionável.

Segundos os autores Santos e Grateron (2003: 9) os gestores das organizações, regra geral, se servem dos pareceres de auditoria para incluir ou tomar decisões de caráter económico-financeiro e requerem informação objetiva e oportuna que lhes permitam que tais decisões sejam as mais adequadas.

Para Dantas e Medeiros (2015: 54) a revisão exercida pelos auditores assume maior relevância se considerado o fato de que a elaboração das informações contabilísticas incorpora, cada vez mais, aspetos subjetivos de julgamento profissional, que podem facilitar uma eventual ação oportunista da administração no sentido de encobrir uma situação financeira ocasionalmente insatisfatória.

Os utentes da informação financeira devem ler a informação financeira prestada pelas empresas e o relatório que sobre ela o ROC emitiu, sendo que a opinião do auditor tem impacto nas empresas auditadas, pode se dar o caso de que essa opinião seja sem reservas e sem ênfases é um alerta que a empresa auditada não tem dificuldades financeiras para solver os seus compromissos, ou caso existam reservas ou ênfases é um indício de que a empresa possa ter problemas de continuidade (continuar a operar), ou mesmo falir, dificuldade de obtenção de financiamento junto aos credores bancários, ou problemas de reestruturar dívidas da empresa.

Porém, o art.º 44.º, n.º 5 da EOROC, refere que a revisão legal das contas não inclui uma garantia quanto à viabilidade futura da entidade auditada, nem quanto à eficiência ou eficácia com que o órgão de administração conduziu as atividades da entidade auditada.

Muitas empresas não cumprem com a obrigação de revisão das contas, e os órgãos reguladores e supervisores/fiscalizadores têm o papel de averiguar se esta obrigação legal esta a ser cumprida pelas empresas, ou seja, se as empresas cumprem as normas e regulamentos nacionais e internacionais, nomeando um ROC para emitir uma opinião sobre as demonstrações financeiras.

Por outro, a implementação do procedimento de auditoria nas empresas, não recolhe uma unanimidade entre vários autores. Uns claramente a favor da implementação ressaltando os benefícios decorrentes e outros contra enfatizando os custos operacionais.

Wallace (1981) observou que a auditoria contribui para a melhoria da eficácia e eficiência operacional, devido à avaliação do auditor aos processos internos, a dissuasão de delitos de gestão, aumento da vigilância dos limites legais e regulamentares, e permissão de mercado para realizar certas atividades. Knechel *et al.* (2008) referem que alguns estudos evidenciam que a auditoria é útil porque isso implica, melhorias na efetividade dos processos e ajuda ao cumprimento da regulação por parte das empresas.

Guimarães (2013) sem prejuízo da independência profissional que lhe é exigida, o ROC deverá ser entendido como um agente de criação de valor para as entidades a quem presta serviços. Relativamente ao custo-benefício, alguns estudos feitos anteriormente realçam que a auditoria não é entendida como um serviço substancialmente caro quando comparado com as vantagens que proporciona refere Collis (2010).

Corte *et al.* (2014) estudaram as PME espanholas com mais de 400 executivos, onde identificaram algumas vantagens específicas que se podem agrupar em vários fatores relevantes relacionados com a posição das empresas perante determinantes agentes de *rating*, sua gestão interna e o seu valor e imagem perante terceiros. Os aspetos mais valorizados do trabalho de auditorias são: o aumento da fiabilidade e credibilidade da informação financeira, o efeito positivo que para as agências de *rating* supõem ser uma opinião favorável de auditoria e a melhoria nas relações com as entidades financeiras. Os autores concluíram que as PME, as que são auditadas voluntariamente e as não familiares são as que mais valorizam a auditoria.

Rodrigues e Martins (2009) advogam que apesar de a auditoria se iniciar nas empresas portuguesas por imposição legal, é comum, após o primeiro ano de certificação de contas, os órgãos de gestão verem neste serviço um meio de validação e reconhecimento da veracidade das demonstrações financeiras perante os utilizadores externos. Huguet e Gandía (2014) estudaram se as auditorias obrigatórias ou voluntárias auxiliam na redução do custo da dívida. Para tal, usaram uma amostra de PME espanholas, no qual algumas empresas estavam isentas de auditoria e outras estavam obrigadas a auditoria. Os autores concluíram que não existe uma associação significativa entre as auditorias voluntárias e o custo da dívida, ao passo que, as empresas que violam a exigência de auditoria possuem um custo mais elevado da dívida do que as empresas que são obrigadas a auditoria.

Agostinho (2016) realizou três estudos e comprovou que, em primeiro lugar, a realidade portuguesa, no que toca aos limites para a obrigação das sociedades por quotas de certificar as suas contas se afasta da média europeia; em segundo lugar, a perceção dos gestores e diretores financeiros das entidades é bastante positiva sobre o trabalho do auditor; e em terceiro lugar, os ROC detetam algumas falhas no mercado de auditoria e esperam impactos negativos com a hipotética alteração dos limites do art.º 262.º do CSC para valores próximos dos seus pares na UE.

Rodrigues e Martins (2009) analisaram a revisão de contas e auditoria nas PME portuguesas e concluíram que os ajustamentos contabilísticos e fiscais propostos pela primeira auditoria às demonstrações financeiras das PME da amostra contribuíram para o incremento da matéria tributável ou para a diminuição do prejuízo fiscal.

Por outro lado, existem estudos que têm obtido resultados contrários, pondo em evidência que na opinião das empresas o custo da auditoria é superior aos benefícios que esta mostra Collis (2008). Freedman e Goodwin (1993) concluíram que para muitos proprietários de microempresas, os honorários de auditoria representam um custo adicional e a auditoria consome tempo que é retirado a outras matérias importantes, ou seja, a auditoria traz pequenos benefícios para as empresas e utentes externos da informação financeira.

De acordo a Comissão Europeia (CE) (2010) embora as PME ganhem valor com uma auditoria, por via da maior credibilidade da sua informação financeira, a revisão legal de contas foi também identificada como potencial fonte de encargos administrativos. Kim *et al.* (2011) concluíram que as auditorias voluntárias desempenham um papel mais importante no reforço da credibilidade das demonstrações financeira auditadas do que as auditorias obrigatórias desencadeadas por requisitos legislativos.

Agostinho (2016) verificou que a maioria das entidades, sociedades por quotas portuguesas continuaria com o serviço do seu auditor, ainda que este deixasse de ser obrigatório por imposição legal, o que segundo o autor ser um aspeto importante, visto que, como refere a literatura, as entidades em estudo, neste caso as PME atribuem à auditoria um papel bastante importante na validação da informação financeira.

A literatura nos mostra que ambas as correntes têm pontos a favor, a quem defenda os benefícios da auditoria e a quem não concorda, e não será sensato “obrigar” um certo tipo micro entidades incorrerem em procedimentos de auditoria senão aquelas que

ultrapassem os limites do n.º 2 do art.º 262.º do CSC, uma vez que a relação custo-benefício não se encontra demonstrada.

### **2.1.2. Responsabilidades da auditoria**

De acordo o dicionário da Língua Portuguesa (2013) entende-se por responsabilidade, a qualidade de quem é responsável, isto é, a obrigação de responder por atos próprios ou alheios, ou por uma coisa confiada. O auditor no decurso da sua atividade está sujeito a vários tipos de responsabilidades previstas no EOROC, tais como:

- a. Responsabilidade disciplinar: comete infração disciplinar o membro da Ordem que, por ação ou omissão, violar, dolosa ou culposamente, algum dos deveres estabelecidos no presente Estatuto ou em outros normativos aplicáveis, bem como os decorrentes das suas funções. Caso o auditor cometa uma infração disciplinar, estará sujeito a sanções que vão desde a advertência à expulsão.
- b. Responsabilidade penal: tendo o revisor oficial de contas conhecimento de factos que possam vir a ser qualificados como crime, deve comunicá-los imediatamente ao Ministério Público competente, para efeitos de promoção da ação penal.
- c. Responsabilidade civil: os revisores oficiais de contas no exercício das suas funções de interesse público, respondem perante as entidades às quais prestem serviços ou perante terceiros, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais em idênticas disposições legais relativas às demais empresas ou outras entidades, pelos danos que culposamente lhes causem; e fora do âmbito previsto ao que foi dito acima, os revisores oficiais de contas podem limitar a respetiva responsabilidade nos termos e condições previstos na lei civil.
- d. Responsabilidade patrimonial: de acordo o art.º 82.º, os revisores oficiais de contas respondem para com a sociedade e os sócios pelos danos que lhes causarem com a sua conduta culposa, sendo-lhes aplicável o art.º 73.º do mesmo código, e respondem para com os credores da sociedade nos termos previstos no art.º 78.º.
- e. Responsabilidade fiscal: os ROC são responsabilizados desde que se comprove que houve violação dos deveres tributários das sociedades, que derivou do



cumprimento das suas funções de fiscalização, segundo o estabelecido com o n.º 2 do art.º 153.º do Código de Processo Tributário.

Segundo Abreu *et al.* (2006) não se pode responsabilizar o ROC sempre que existirem erros ou desconformidades na informação financeira produzida pelo órgão de administração, que o ROC não detetou ou não revelou.

Para tal será necessário, que a não deteção dos erros e desconformidades seja enquadrada numa atuação profissional deficiente e negligente, isto é, que resulte de uma atuação ilícita e culposa. Portanto, o ROC é considerado responsável: se omitir o cumprimento das regras e princípios dos quais deveria nortear o exercício da sua atividade de revisão de contas, sempre que o seu comportamento seja negligente ou sempre que faça uso de atos fraudulentos com o intuito de fornecer resultados ilícitos. O ROC pode deixar de ser responsável se demonstrar que agiu sem culpa, isto é, que não lhe era exigível que tivesse atuado de outra maneira.

### **2.1.3. Princípios, normas e diretivas de auditoria**

Para exercer a atividade de auditoria, há que ter em conta uma série de princípios, normas e diretivas. Aqueles que merecem uma maior atenção são os “Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites”, pois estes encontram-se compostos por normas, regras e convenções que precisam de ser vistos no exercício da contabilidade em geral e na preparação, em especial, das demonstrações financeiras.

Existem organizações com competências reconhecidas, as quais podem emitir normas, diretivas e fazer recomendações para melhoria da prática da atividade da auditoria.

Principais organizações ou instituições:

1. AICPA – *American Institute of Certified Public Accountants*;
2. PCAOB – *Public Company Accounting Oversight Board*;
3. UEC – *Union Européenne des Experts Comptables Économiques et Financiers*;
4. IFAC – *International Federation of Accountants*;
5. OROC – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Em Portugal compete à OROC, definir as normas e procedimentos técnicos de atuação profissional, ou seja, todas as matérias de revisão legal de contas e serviços

relacionados a empresas ou outras instituições estão sujeitas ao controlo e regulamentação normativa da OROC.

Atualmente os Revisores Oficiais de Contas têm um regime jurídico novo instituído pela OROC em 2015 Lei n.º 140/2015 de 7 de Setembro, que aprova o novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Este novo decreto está adaptado ao contexto económico atual e nesse sentido responde aos desafios que este coloca, contempla a correção de falhas na aplicação do anterior, em entidades públicas e privadas, face às mudanças realizadas na lei comercial, fiscal e de mercado de valores mobiliários.

Na atualidade, a estrutura normativa profissional da OROC é composta por:

- a. Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (EOROC);
- b. Código de Ética e Deontologia Profissional (CEDP);
- c. Normas Internacionais de Auditoria (ISA);
- d. Diretrizes de Revisão/Auditoria (DRA) foram revogadas 18 diretrizes<sup>3</sup>;
- e. Recomendações Técnicas (RT) em avaliação;
- f. Interpretações Técnicas (IT) em avaliação;
- g. Circulares Técnicas;
- h. Guia de Aplicação Técnica (GAT).

As Normas Internacionais de Auditoria (ISA) são escritas no contexto de uma auditoria de demonstrações financeiras executadas por um auditor independente. Devem ser adaptadas conforme necessário nas circunstâncias quando aplicadas à auditoria de outra informação financeira histórica. Estas normas são de aplicação obrigatória.

As Diretrizes de Revisão/Auditoria complementam e desenvolvem as normas técnicas. As Recomendações Técnicas ajudam na execução do trabalho de auditoria, mas não são de observância obrigatória, ou seja, são facultativas. As Interpretações Técnicas destinam-se a orientar os revisores/auditores na aplicação das Normas e Diretrizes de Revisão/Auditoria e para promover a boa prática profissional.

A GAT n.º 1, de 28 de julho de 2016, publicada pela OROC, faz menção que o novo EOROC atende a aplicação das ISA (Normas Internacionais de Auditoria), assim sendo as normas nacionais somente aplicáveis de forma supletiva. Algumas DRA foram

---

<sup>3</sup> As Diretrizes de Revisão/Auditoria (DRA) revogadas são: DRA 230, DRA 300, DRA 310, DRA 320, DRA 400, DRA 410, DRA 500, DRA 505, DRA 510, DRA 545, DRA 580, DRA 700, DRA 701, DRA 702, DRA 720, DRA 790, DRA 800, DRA 910.

revogadas pelas GAT. Também a GAT n.º 2, de 31 de agosto de 2016, revogou a DRA 910, referente a exames simplificados.

Este estudo pretende abordar a auditoria financeira, a qual, segundo Costa (2014), tem como objeto as asserções subjacentes às demonstrações financeiras e como objetivo a expressão de uma opinião, por parte de um profissional competente e independente, sobre as demonstrações financeiras.

De acordo com a *International Standards of Auditing (ISA) 200*<sup>4</sup>, no seu terceiro parágrafo, o objetivo de uma auditoria é aumentar o grau de confiança dos destinatários e usuários das demonstrações financeiras. Isto é conseguido através da emissão de um parecer do auditor onde este opina sobre se as demonstrações financeiras são elaboradas, em todos os aspetos relevantes, de acordo com um relatório financeiro aplicável.

Somente o auditor e/ou revisor (importa indicar que o revisor tem competência para exercer funções tais como, assinar a certificação legal das contas o que é diferente do auditor que não tem esse poder) tem a função de emitir um parecer.

Almeida (2010) refere que o revisor tem como principal tarefa a validação da informação financeira produzida e divulgada pelas empresas, diminuindo o risco de a informação difundida conter erros ou omissões significativas<sup>5</sup>. Ao analisar as demonstrações financeiras, o auditor deverá, também, averiguar se as mesmas foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), sendo que estas deverão ser encaradas como “guias/imposições” para a prossecução da auditoria.

---

<sup>4</sup> ISA 200 - Objetivos Gerais do Auditor independente e a Execução de uma Auditoria de Acordo com as Normas Internacionais de Auditoria.

<sup>5</sup> De notar que uma auditoria é feita com base numa amostra e não numa base integral.



## **Capítulo III – Etapas da realização de uma auditoria**

### **3.1. Trabalhos de preparação da reunião com o potencial cliente**

O auditor ao ser contactado por um potencial cliente, que o aborda no sentido de proceder a uma auditoria, deverá recolher informação relevante sobre o cliente, preparando as reuniões com os representantes da empresa de forma a determinar o âmbito e objetivos da auditoria. Socorrendo-se de fontes de consulta aberta, (Informa DB, Conservatórias Registo Comercial, visita às instalações da empresa, etc).

Na primeira reunião o auditor deverá solicitar documentos relevantes tais como certidões de registo comercial, propriedades, relatórios e contas de anos anteriores, etc.

O auditor inicia o seu trabalho na empresa seguindo os vários procedimentos de auditoria e *confirming* dos valores constantes das demonstrações financeiras. O contacto com clientes e fornecedores é feito com uma carta tipo, para se fazer o *confirming*, ou seja, verificar os dados fornecidos com os dados conhecidos pois pode haver discrepância da informação. Analisar cuidadosamente os documentos legais relacionados com a empresa, e qual a sua validade (certidões, alvarás, licenças industriais, etc), comprovação da veracidade de todas as declarações da empresa.

#### **3.1.1. O processo de Auditoria**

O processo de auditoria pode ser explicado por fases. Taborda (2015) descreve que o trabalho de revisão legal das contas é um trabalho contínuo que implica refazer e considerar e avaliar provas, que poderão conduzir a melhores avaliações. De uma forma geral, os vários tipos de auditoria consideram três fases: planeamento, execução e relato, e a revisão legal de contas que não escapa à regra.

#### **3.1.2. Planeamento**

Para a realização de uma auditoria há que seguir diversos “passos” a que uns autores chamam as fases da auditoria e outros, o processo de auditoria (Costa, 2014). O autor frisa que em cada uma das fases há que executar um conjunto ordenado, sequencial e sistemático de procedimentos podendo os mesmos variar em função da natureza do

trabalho (auditoria, revisão/exame simplificado, etc.) e, conseqüentemente, do tipo de segurança ou garantia de fiabilidade proporcionado pelo auditor.

Assim sendo, existem 5 fases da auditoria:

1. Primeira fase - de aceitação ou continuação, por parte do auditor, do cliente que necessita que as suas demonstrações financeiras sejam auditadas;
2. Segunda fase - consiste em planejar a respetiva auditoria;
3. Terceira fase - em que o auditor terá de obter todas as provas de auditoria que entenda indispensáveis para o que terá de realizar - os respetivos testes de auditoria;
4. Quarta fase - consiste na obtenção das conclusões resultantes do trabalho efetuado;
5. Quinta fase - contempla a emissão de relatórios, sendo o mais importante o chamado relatório de auditoria ou certificação legal das contas. No final o auditor expressa a sua opinião sobre a forma como as demonstrações financeiras refletem, numa determinada data e relativamente a um determinado período, a posição financeira, o resultado e os fluxos de caixa da entidade auditada.

Gill *et al.* (2001) salientam que o planeamento da auditoria é muitas vezes considerado a parte crucial da mesma, pois o planeamento é o ponto de partida.

De acordo o §15 das NTR/A:

O revisor/auditor deve planejar o trabalho de campo e estabelecer a natureza, extensão, profundidade e oportunidade dos procedimentos a adotar, com vista a atingir o nível de segurança que deve proporcionar e tendo em conta a sua determinação do risco da revisão/auditoria e a sua definição dos limites de materialidade (DRA 300, OROC, 1999).

Revogada na sua aplicabilidade, porém os seus conceitos são válidos.

Por “planeamento” entende-se o desenvolvimento de uma estratégia geral e de uma metodologia detalhada quanto à natureza, tempestividade e extensão da revisão/auditoria, de modo que os respetivos trabalhos sejam executados de uma maneira eficiente e tempestiva (DRA 300, OROC 1999: §4).

O auditor deve acordar os termos do trabalho com a administração ou os responsáveis pela governação, conforme o caso. Tais termos devem ser registados na carta de contratação de auditoria ou numa outra forma adequada de acordo escrito e devem

incluir: o objetivo e escopo da auditoria das demonstrações financeiras; as responsabilidades do auditor; as responsabilidades de gestão; a identificação da estrutura de relatório financeiro aplicável para a preparação das demonstrações financeiras; e a uma referência à forma esperada e conteúdo de quaisquer relatórios a serem emitidas pelo auditor em declaração, sendo que pode haver circunstâncias em que um relatório pode ser diferente da sua forma esperada e conteúdo, assim refere a ISA 210.

Numa fase posterior à aceitação dos termos de trabalho apresentados pelo auditor ao cliente, o auditor terá de obter um conhecimento satisfatório de informações acerca do cliente (empresa a auditar) que lhe permitirá fazer planear a auditoria.

De acordo com a ISA 300 “planear uma auditoria envolve estabelecer a estratégia global para a auditoria e desenvolver um plano de auditoria, a fim de reduzir o risco da auditoria a um nível baixo”. Ora, o processo de estabelecer a estratégia global de auditoria ajuda o revisor a determinar, sujeito à conclusão dos procedimentos de avaliação do risco pelo auditor, sobre matérias tais como:

- a. Os recursos, a alocar às áreas específicas da auditoria, por exemplo, o uso de membros da equipa de auditoria com experiência apropriada para áreas de alto risco ou o envolvimento de peritos em matérias complexas;
- b. A qualidade de recursos a imputar a áreas específicas de auditoria, tal como o número de membros da equipa atribuídos para observar a contagem de inventários em localizações materiais, a extensão da revisão do trabalho de outros auditores no caso de auditorias de grupos, ou o orçamento de auditoria em horas para imputar a áreas de alto risco;
- c. Quando devem ser distribuídos estes recursos, tal como numa fase de auditoria intercalar ou se em datas de cortes; e
- d. Como são geridos, dirigidos e supervisionados tais recursos, tal como quando se esperam que sejam feitas reuniões de resumo ou de desenvolvimento, como se espera que se realizem as revisões do sócio responsável pelo trabalho e do gerente (por exemplo, no local ou fora dele), e as revisões de controlo de qualidade do trabalho concluído.

A ISA 300, no seu §17, refere que a documentação do plano de auditoria é um registo da natureza, tempestividade e extensão dos procedimentos de avaliação do risco e de procedimentos adicionais de auditoria ao nível de asserção em resposta aos riscos

avaliados. Também serve como registo do devido planeamento dos procedimentos de auditoria que podem ser revistos e aprovados antes da sua execução. O auditor pode usar programas de auditoria normalizados ou listas de verificações de conclusão de auditoria, feitos tendo em conta o necessário para refletir as circunstâncias particulares do trabalho.

No que toca à tempestividade, isto é, ao tempo no qual devem ser executadas algumas atividades de planeamento e realizados testes e procedimentos de auditoria, é frequente estabelecer-se dois períodos para um trabalho de auditoria, que são: fase inicial e fase final. Na fase inicial devem ser efetuados trabalhos associados aos procedimentos analíticos, os quais serão aplicados como procedimentos de avaliação do risco, com a perceção das normas aplicáveis à entidade e de maneira ainda a ser cumprido, demarcar os termos da materialidade, procedimentos acrescidos referentes a asserções para classes de transações, saldos de contas e divulgações que refletem os riscos, e não só.

A segunda fase ou fase final, está relacionada com o facto de o auditor ter de conhecer o negócio da entidade a auditar, o que vai possibilitar conhecer e avaliar os riscos de distorção material, quer devido a fraude quer a erro, aos níveis do relato financeiro e de asserção, através da compreensão da empresa e do seu ambiente, o controlo interno, de forma a planear e executar medidas que dão repostas aos riscos avaliados de distorção material.

Ao planear uma auditoria devemos tomar em consideração que o plano deve ser um processo dinâmico, devendo ser atualizado e modificado caso se mostre necessário, com o objetivo de alcançar uma melhor qualidade na auditoria. Por outro lado, a DRA 300 no seu §10 refere que um plano de auditoria deve considerar vários assuntos tais como:

- a. Conhecimento do Negócio;
- b. Conhecimento dos Sistemas Contabilísticos e de Controlo Interno;
- c. Risco e Materialidade;
- d. Natureza, Tempestividade e Extensão dos procedimentos;
- e. Utilização de Tecnologias de Informação pelo Revisor/Auditor e/ou pela Entidade;
- f. Outros assuntos.

Neste trabalho apenas serão relatados os temas:

1. Conhecimento do Negócio: o conhecimento do negócio pelo auditor auxiliará na identificação das operações a serem auditadas, transações e práticas que



possam ter um efeito materialmente relevante sobre o relato financeiro, o que permitirá ao auditor detetar os riscos inerentes e de controlo, a natureza, a tempestividade e poder fazer a extensão dos procedimentos de auditoria.

2. Conhecimento dos Sistemas Contabilístico e de Controlo Interno: é crucial que o auditor tenha o conhecimento acumulado do sistema contabilístico e do controlo interno para que possa ajuizar de forma célere e tomar decisões no que toca aos testes de controlo e aos procedimentos substantivos.
3. Risco e Materialidade: o auditor deve estimar o risco de auditoria e estabelecer os níveis de materialidade para revisão/auditoria, prestar atenção aos indícios, incluindo a experiência de períodos passados e de distorções materialmente relevantes ou de fraudes. É importante que o auditor consiga identificar as áreas contabilísticas complexas, incluindo as que envolvam estimativas contabilísticas.
4. Natureza, Tempestividade e Extensão dos Procedimentos: o auditor deve ter em conta as possíveis alterações da importância relativa de cada uma das áreas de revisão/auditoria específicas. Existem períodos em que os trabalhos de revisão/auditoria devem ser efetuados no final do exercício ou no decorrer deste.

Resumidamente, é importante que o auditor exiba uma compreensão das áreas descritas acima, com a finalidade de identificar e medir os riscos, definir a materialidade e fazer o planeamento da auditoria, determinando assim a natureza e oportunidade dos procedimentos de auditoria.

### **3.1.3. Execução**

Esta fase, segundo Taborda (2015), consiste na realização de testes e na acumulação, documentação e avaliação de evidências ou prova de auditoria obtida. O autor refere que este ponto, para além de retomar os testes aos controlos e os procedimentos substantivos, designadamente os que estão previstos nas normas de auditoria que têm a prova por objeto, aborda algumas situações especiais, que envolvem a execução de testes de auditoria, são elas a amostragem, as estimativas contabilísticas, a influência dos saldos de abertura e dos comprovativos das demonstrações financeiras, os acontecimentos subsequentes, a continuidade e as partes relacionadas.

Alves (2015) diz que devem existir políticas e procedimentos que garantam que o trabalho é executado em conformidade com as normas, as leis e os regulamentos e que os relatórios emitidos são adequados. Para isso deverão existir sistemas de informação, manuais e ferramentas que proporcionem informação aos colaboradores sobre o trabalho a realizar; processos que garantam o cumprimento das normas e supervisão e o treino; métodos de revisão do trabalho que por um lado prevejam a revisão dos juízos, dos relatórios e da documentação do trabalho, e por outro lado definam a extensão e a tempestividade da verificação.

A supervisão que o autor refere deve ser feita pelos membros mais experientes da equipa e implica, de entre outros, o acompanhamento do desenvolvimento dos trabalhos, a verificação de que estes estão a decorrer conforme o planeado, a identificação dos assuntos que devam ser colocados aos membros da equipa mais experientes.

Quanto à fase de relato, dado que corresponde em grande medida, à emissão da opinião na certificação legal das contas, desenvolveremos em secção posterior.

### **3.2. Materialidade**

Segundo a EC do IASB, os § 28 e 29 a relevância da informação é crucial para sua utilidade e é afetada pela sua natureza e materialidade. O § 30 da mesma norma refere que a informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas dos utentes, tomadas na base das demonstrações financeiras. A materialidade depende da dimensão do item ou do erro julgado nas circunstâncias particulares da omissão ou distorção. Por conseguinte, a materialidade proporciona um patamar ou ponto de corte, não sendo uma característica qualitativa primária que a informação tenha de ter para ser útil.

De acordo a DRA 320<sup>6</sup> (revogada na sua aplicabilidade, porém os seus conceitos são validos) § 4 define a materialidade como sendo um conceito de significado e importância relativos de um assunto, quer considerado individualmente, quer de forma agregada, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo. Um assunto é material se a sua omissão ou distorção puder razoavelmente influenciar as decisões económicas de um utilizador baseadas nas demonstrações financeiras. A materialidade não

---

<sup>6</sup> DRA 320 - Diretriz de Revisão/Auditoria – Materialidade de Revisão/Auditoria.

é suscetível de uma definição geral matemática, uma vez que envolve aspetos qualitativos e quantitativos ajuizados nas circunstâncias particulares da omissão ou da distorção.

Costa (2014) argumenta que a materialidade pode ser entendida quer em termos quantitativos (quantia) quer em termos qualitativos (natureza). Em termos quantitativos, a materialidade associada às distorções reflete-se geralmente no balanço e na demonstração dos resultados. É o caso, por exemplo, de ativos e réditos sobreavaliados e /ou de passivos e gastos subavaliados.

Em termos qualitativos, a materialidade reflete-se, geralmente no anexo por via de inadequadas divulgações de informações que devam desenvolver, comentar e complementar as quantias constantes nos documentos atrás referidos. São os casos, por exemplo, da deficiente divulgação das políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras ou da não divulgação dos honorários dos auditores e das remunerações de cada um dos membros dos órgãos sociais.

O auditor necessita de considerar a possibilidade de distorções de quantias relativamente pequenas que cumulativamente possam ter um efeito materialmente relevante sobre as demonstrações financeiras. Por exemplo, um erro num procedimento de final do mês pode ser um indício de uma distorção potencialmente material se esse erro se repetir todos os meses, assim refere o §7 da DRA 320.

A ISA clarificada 320, realça a responsabilidade do auditor ao aplicar o conceito de materialidade no planeamento e execução de uma auditoria de demonstrações financeira, e realça também que materialidade é aplicada na avaliação do efeito de distorções identificadas na auditoria e de distorções por corrigir, se existirem nas demonstrações financeiras de acordo a ISA 450.

Segundo o § 4 da ISA clarificada 320, a determinação de materialidade pelo auditor é uma matéria de um julgamento profissional, sendo afetada pela perceção do auditor das necessidades de informação dos utentes da informação financeira. Neste contexto, é razoável que o auditor assuma que os utentes: a) têm um conhecimento razoável do negócio e das atividades económicas bem como da contabilidade e a vontade de estudar a informação constante das demonstrações financeiras com a razoável diligência; b) entendem que as demonstrações financeiras são preparadas, apresentadas e auditadas com níveis de materialidade; c) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de quantias baseadas no uso de estimativas, de julgamento e na consideração de

conhecimentos futuros; e tomam decisões económicas razoáveis na base da informação constante das demonstrações financeiras.

A materialidade definida no planeamento da auditoria pode ser alterada de acordo com, o contexto ou situação em vista, carecendo de ser reajustada, sempre que for necessário fazê-lo se assim o auditor o entender, baseando-se no seu parecer profissional.

Para a determinação da materialidade não existem fórmulas matemáticas, porém pode-se recorrer a uma base inicial e utilizar uma percentagem a determinado indicador, com base em resultados das operações ou posição financeira da entidade, conforme a natureza da entidade ou da relevância que os utentes atribuem aos resultados ou situação financeira.

Por isso, a materialidade é determinada com base: nos resultados - se estes foram coerentes e consistentes e se os utilizadores dão importância aos resultados e no balanço - se a materialidade obtida pelos resultados não fizer sentido, porque estes negativos ou inconsistentes, ou se a posição financeira (liquidez e nível de solvência) merece mais atenção por parte dos utentes da informação financeira.

Vários autores que percebem que uma distorção, observada individual ou agregadamente, é capaz de ter um impacto material nas demonstrações financeiras no momento em que o seu efeito quantitativo for tido como relevante, se verificado em termos percentuais, com determinados indicadores, por exemplo, resultados antes de imposto (mínimo 5% e máxima 10%), resultados operacionais (mínimo 3% e máxima 6%), capital próprio (mínimo 1% e máxima 5%) e ativo total (mínimo 1% e máxima 3%).

### **3.2.1. Materialidade e risco**

Conforme o referido pela DRA 320 § 10, existe uma relação inversa entre a materialidade e o nível de risco de auditoria, isto é, quanto mais elevado o nível materialidade, mais baixo o risco de auditoria e vice-versa. O auditor toma em conta a relação inversa entre a materialidade e risco de auditoria quando determina a natureza, extensão, profundidade e oportunidade dos procedimentos de auditoria, o auditor compensa esta situação:

- a. Reduzindo o nível estimado de risco de controlo, se tal for possível, e suportando o nível reduzido, elevando a efeito testes de controlo alargados ou adicionais; ou

- b. Reduzindo o risco de detenção através da modificação da natureza, extensão, profundidade e oportunidade dos procedimentos substantivos planeados.

Para Marques (1997: 58) “A auditoria externa privilegia o risco associado a erros e omissões que possam influenciar significativamente as demonstrações financeiras”. E, por risco, entende-se a possível existência de um desfecho desfavorável. É composto pela dimensão quântia ou severidade que é a sua magnitude, e pela dimensão probabilidade da sua ocorrência (Alves, 2015).

Segundo a DRA 400<sup>7</sup> (revogada na sua aplicabilidade, porém os seus conceitos são validos), o risco de auditoria é a suscetibilidade do auditor dar uma opinião de auditoria inapropriada quando as demonstrações financeiras estejam distorcidas de forma materialmente relevante. O risco de auditoria é dividido em três componentes:

O risco inerente é a suscetibilidade de um saldo de conta ou classe de transações conter uma distorção que possa ser materialmente relevante, considerada individualmente ou quando agregada com distorções em outros saldos ou classes, assumindo que não existam os respetivos controlos internos.

O risco de controlo é a suscetibilidade de uma distorção, que possa ocorrer num saldo de conta ou numa classe de transações e que possa ser materialmente relevante, considerada individualmente quando agregada com distorções em outros saldos ou classes, não vir a ser prevenida ou detetada e corrigida atempadamente pelo sistema de controlo interno.

O risco de deteção é a suscetibilidade dos procedimentos substantivos executados pelo revisor/auditor não virem a detetar uma distorção que exista num saldo de conta ou classe de transações que possa ser materialmente relevante, considerada individualmente ou quando agregada com distorções em outros saldos ou classes.

Em suma, o risco inerente consiste na possibilidade de distorções materiais (contabilidade e controlo interno), o risco de controlo são distorções materiais não prevenidas e detetadas pelo controlo interno (auditoria), o risco de deteção são distorções materiais não detetadas e o risco de auditoria são erros materiais nas demonstrações financeiras, não mencionados no relatório (figura 1).

---

<sup>7</sup> DRA 400 – Diretriz de Revisão/Auditoria – Avaliação do Risco de Revisão/Auditoria.

**Figura 1.** Fórmula de cálculo do Risco de Auditoria

$$RA = RI \times RC \times RD$$

Em que: RA = Risco de auditoria; RI = Risco inerente; RC = Risco de controlo; RD = Risco de deteção

**Fonte:** Costa (2014). Elaboração própria.

É fulcral referirmos a importância da materialidade para auditoria, visto que o objetivo do auditor é emitir uma opinião sobre as demonstrações financeiras como um todo estando as mesmas isentas de distorções materiais correspondente a fraude ou erro. “A materialidade é um conceito de primordial importância para a auditoria externa, que analisa e avalia em função da maior ou menor relevância das consequências que os erros possam ter nas demonstrações financeiras” Marques (1997: 58). A materialidade deve ser considerada inicialmente, na fase do planeamento, em que são definidas a natureza, extensão e oportunidade dos procedimentos de auditoria e na fase de execução do trabalho, antes da emissão da opinião do auditor deve ser feita uma comparação do erro tolerável<sup>8</sup>, com o erro estimado e avaliar o efeito das distorções nas demonstrações financeiras.

### **3.3. Controlo interno**

O controlo interno (CI) da empresa sob exame é de fundamental importância para o trabalho do auditor independente e, por isso, a revisão do CI passou a ser consagrada como padrão de auditoria (Attie,2011: 284).

O CI esteve desde as suas origens associado à deteção e prevenção da fraude. É de senso comum que a existência de determinados controlos diminui a oportunidade de ocorrência de erros ou de apropriação indevida de bens e valores. Por outro lado, a existência de determinados procedimentos de controlo aumenta a fiabilidade da informação financeira e, por isso, vai ter consequências também ao nível da auditoria

---

<sup>8</sup> Taborda (2015) refere que o erro tolerável é o valor máximo de desvio ou de distorção que o auditor está disposto a aceitar.

financeira (também designada como auditoria externa ou auditoria às demonstrações financeiras) (Inácio,2014: 23).

De acordo a DRA 410<sup>9</sup>, §4 (revogada na sua aplicabilidade, porém os seus conceitos são validos) o:

Sistema de controlo interno significa todas as políticas e procedimentos (controlos internos) adotados pela gestão de uma entidade que contribuam para a obtenção dos objetivos da gestão de assegurar, tanto quanto praticável, a condução ordenada e eficiente ao seu negócio, incluindo a aderência às políticas da gestão, a salvaguarda de ativos, a prevenção e detenção de fraude e erros, o rigor e a plenitude dos registos contabilísticos, o cumprimento das leis e regulamentos e a preparação tempestiva de informação financeira credível.

O CI é o processo concebido, implementado e mantido pelos encarregados da governação, pela gerência e por outro pessoal para proporcionar segurança razoável acerca da consecução dos objetivos de uma entidade com respeito à fiabilidade do relato financeiro, eficácia e eficiência das operações, e cumprimento de leis e regulamentos aplicáveis. O termo “controlos” refere-se a qualquer aspeto de um ou mais componentes do CI, ISA 315 clarificada, §4.

Esta definição e outros aspetos desta ISA respeitantes ao CI, estão alinhados com o modelo COSO<sup>10</sup>.

Para Costa (2014: 235) “O COSO é uma organização privada dedicada a melhorar a qualidade do relato financeiro através da ética nos negócios, de controlos internos eficazes e da governação das empresas”. O autor advoga que para o COSO, são três os objetivos-chave do CI: a eficácia e a eficiência das operações; a credibilidade do relato financeiro; e o cumprimento das leis e dos regulamentos aplicáveis.

Morais e Martins (2013: 30) referem que a empresa possui um CI quando, na sua generalidade, está dotada de uma entidade própria de antecipação dos riscos a fim de minimizar as consequências e otimizar a sua *performance*.

---

<sup>9</sup> DRA 410 – Diretriz de Revisão/Auditoria – Controlo Interno.

<sup>10</sup> COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission. Grupo de trabalho constituído por vários organismos internacionais com o objetivo de definir um novo conceito de controlo interno, constituído pelo AAA (*American Accounting Association*), AICPA, NAA (*National Association of Accountants*), FEI (*Financial Executives Institute*) e IIA (*Institute of internal Auditors*).

As autoras argumentam que qualquer entidade, independentemente da sua dimensão, tem uma organização própria, dotada dos meios necessários para otimização da gestão. Ao passo que nas pequenas entidades, é o proprietário que define as regras e orienta o seu negócio (tem o controlo do negócio), tal não é possível quando a entidade cresce e a complexidade se instala, daí a necessidade de implantar um eficiente e eficaz sistema de controlo interno (SCI). Não existe nenhum SCI padronizado, no entanto deve assentar na relação custo benefício.

Órgão de gestão tem a responsabilidade de implementar e fazer a manutenção do SCI, e cabe ao auditor fazer a avaliação do mesmo.

Silva e Marins (2016: 157) referem que todos os trabalhos de auditoria iniciam-se com o conhecimento do CI implantado na empresa. O auditor deve identificar os ciclos ou áreas operacionais com maior risco, de maneira a concentrar nelas maior atenção no estudo e avaliação do CI existente.

### **3.3.1. Importância do controlo interno**

É incontornável que o SCI tem vindo a assumir uma importância acrescida dentro de qualquer entidade, quer na ótica preventiva, quer na ótica de correção de irregularidades, fruto, sobretudo, dos escândalos financeiros que temos assistido nos últimos anos, sugere Gomes (2014: 30). Nenhum trabalho de auditoria externa deverá realizar-se sem que seja efetuada uma análise e testes aos sistemas instituídos.

O CI compreende todos os meios planeados numa empresa para dirigir, restringir, governar e conferir suas várias atividades com o propósito de fazer cumprir os seus objetivos. Os meios de controlo incluem, mas não se limitam a forma de organizações, políticas, sistemas, procedimentos, instruções, padrões, comités, plano de contas, estimativas, orçamentos, inventários, relatórios, registos, métodos, projetos, segregação de funções, sistemas de autorização e aprovação, conciliação, análise, etc. (Attie,2011: 190).

A importância do CI fica patente a partir do momento em que se torna impossível conceber uma empresa que não disponha de controlos que possam garantir a continuidade do fluxo de operações e informações proposto (Attie,2011: 191).

Segundo o autor acima mencionado, a confiabilidade dos resultados gerados por esse fluxo que transforma simples dados em informações a partir das quais os empresários,



utilizando-se de sua experiência administrativa, tomam decisões com vistas no objetivo comum da empresa, assume vital importância.

A ISA 315 clarificada no seu § 12 refere que o auditor deve obter uma compreensão do CI relevante para a auditoria. Se bem que a maior parte dos controles relevantes para a auditoria se relacionam provavelmente com o relato financeiro, nem todos os controles que se relacionam com o relato financeiro são relevantes para a auditoria. É uma matéria de julgamento profissional do auditor se um controle, individualmente ou em combinação com outros, é relevante para a auditoria.

É frequente as PME terem problemas de CI por negligência da gestão, assimetria de informação, distorção da informação, falta de controlo dos processos e procedimentos, o que leva a muitas PME encerrar as suas atividades. Zhang *et al.* (2007 *apud* Ge e McVay, 2005 e Doyle *et al.*, forthcoming) constataram que as deficiências no CI são mais prováveis para as empresas de menor dimensão, menos lucrativas, mais complexas, em rápido crescimento ou em processo de reestruturação.

É importante que as organizações tenham sistemas que previnam, detetem ou corrijam situações deficiências no CI. Referindo Gomes (2014 *apud* McDounough, 2004) um bom CI é um dos mais efetivos dissuasores da fraude.



## **Capítulo IV – Procedimentos de auditoria**

### **4.1. Procedimentos de auditoria**

Depois do que foi exposto nos capítulos anteriores, importa abordar a prática e os procedimentos de auditorias em algumas áreas, as quais precisam de maior atenção por parte do auditor.

Procedimentos de auditoria são o conjunto de procedimentos técnicos com base nos quais o auditor obtém evidências ou provas que sejam suficientes e adequadas para fundamentar o seu parecer sobre as demonstrações financeiras auditadas (Honorato e Secchi, 2011 *apud* Ferreira, 2010). Segundo o Tribunal de Contas (TC) (1999: 27) os procedimentos consistem, portanto, na aplicação pelos auditores de métodos e técnicas que dependem do seu julgamento e da qualidade e âmbito do CI implantado na organização a auditar, visando definir o modo como o auditor deve orientar o seu trabalho para que procure atingir de forma sistemática o objetivo da auditoria.

Os procedimentos podem classificar-se em gerais e específicos. Os procedimentos gerais são os que têm aplicação em várias fases da execução do exame. Os procedimentos específicos são os que têm apenas aplicação em certas áreas e tipos de auditoria. Os procedimentos gerais compreendem as seguintes técnicas de verificação: inspeção, observação, entrevista, confirmação, análise, cálculo.

Os testes a serem feitos em auditoria vão depender do CI implementado nas empresas. Os testes em auditorias são: testes de controlo e testes substantivos. Os testes de controlo permitem verificar se o CI foi adequado no período da auditoria, por exemplo inspeção dos documentos do funcionamento do CI, indagação ao pessoal, reprocessamento ou reavaliação de transações selecionadas. Os testes substantivos permitem obter prova da auditoria para detetar distorções materialmente relevantes nos saldos das contas que integram as demonstrações financeiras. Para isso são usados procedimentos analíticos, por exemplo análise de tendências, análise de rácios, análise de segmentos de informações, análise de variância, e regressão estatística.

As áreas a serem abordadas são:

1. Meios financeiros líquidos;
2. Compras de Bens e de Serviços, Pessoal e Dívidas a Pagar;

3. Inventários e ativos biológicos;
4. Investimentos.

#### **4.1.1. Meios financeiros líquidos**

A classe 1 destina-se a registar os meios financeiros líquidos que incluem, quer o dinheiro, quer o depósito bancários, assim como ativos ou passivos financeiros mensurados ao justo valor. E integram as seguintes: caixa, depósitos à ordem, outros depósitos bancários e outros instrumentos financeiros.

Os meios monetários são os mais vulneráveis e suscetíveis de apropriação indevida, é necessário a implementação de um SCI, sendo importante a existência de segregação de funções, por parte das pessoas responsáveis pelo manejo dos valores e por parte das pessoas responsáveis pelo registo contabilístico destes valores.

O SCI desta área passa pelos seguintes pontos: os pagamentos em dinheiro devem ser apenas em quantias pequenas, ou seja, para os que se referem a pequenas despesas (por exemplo selos, registos de correio, transportes públicos, táxis, etc.), a empresa deve adotar o fundo fixo de caixa, que deve ser repostado periodicamente. Em relação aos restantes pagamentos devem ser feitos através de transferências bancárias, de cartões de débitos ou de crédito ou *home banking*; todo o dinheiro recebido pela empresa deve ser diariamente e integralmente depositado nos bancos (seja esse dinheiro recebido por valores recebidos pelo correio, valores recebidos através de cobradores, valores recebidos diretamente na tesouraria, valores recebidos por via de vendas a dinheiro); as reconciliações bancárias devem ser regulares e tempestivas, feitas mensalmente e por um empregado que não pertença à secção de tesouraria, ou secção de contabilidade, ou seja que não tenha acesso às contas correntes. Posteriormente à sua elaboração devem ter o visto do responsável. Importa ter atenção aos itens de reconciliação que figuram dois meses consecutivos na reconciliação, os mesmos devem ser objeto de investigação, de igual modo os débitos ou créditos do banco ainda não contabilizados pela empresa e os cheques que permaneçam vários meses pendentes de levantamentos.

Os procedimentos de auditoria a implementar, são: Inspeção física ou contagem da caixa; Confirmação dos saldos das contas de depósitos bancários e de outros ativos financeiros; Análise das transferências entre bancos. O procedimento de auditoria mais importante a realizar na conta caixa consiste na inspeção física, realizada de surpresa, aos valores existentes na caixa, a qual deve ser sempre efetuada na presença dos respetivos

responsáveis. A data do procedimento, deve ser escolhida entre os gerentes e administradores e não deve ser comunicada aos visados.

O saldo de caixa, seja qual for o sistema utilizado, não deve incluir: vales, selos de correio, senhas de refeição, senhas de combustível, documentos de despesa, cheques pré-datados, cheques devolvidos dos bancos, letras devolvidas, etc., a não ser os meios líquidos de pagamento.

Ao desenvolver este procedimento o auditor deve deixar prova (evidências) das contagens ou inspeções físicas que visa realizar num mapa de trabalho.

A confirmação de saldos nas contas bancaria sem nome da empresa junto das instituições bancarias consiste na confirmação dos saldos expressos na contabilidade da empresa.

O auditor deve solicitar junto dos responsáveis administrativos, os documentos de reconciliação bancaria. Para que na posse das mesmas o auditor possa aplicar os testes substantivos (soma aritmética das mesmas), entretanto, ter obtido do chefe da contabilidade uma fotocópia de todas as reconciliações. Da posse de cada uma das reconciliações, o auditor deve começar por verificar se as mesmas estão aritmeticamente corretas e se os valores segundo o extrato bancário e segundo a razão estão de facto de acordo com os saldos referidos, respetivamente, na carta recebida diretamente do banco e das/nas contas de razão.

Finalizado o trabalho do auditor na implementação dos testes substantivos, nestas rubricas, os saldos correspondentes deverão estar relevados no balanço de acordo, com o normativo contabilístico aplicável e as demais informações correspondentes a esta rubrica deve ser divulgada nos anexos.

#### **4.1.2. Compras de bens e de serviços, pessoal e dívidas a pagar**

Paralelamente e em conjunto às outras áreas apresentadas é necessário que se análise o SCI desta área, o qual passará pelas seguintes fases:

Processamento da compra: os testes substantivos, nesta área, às medidas de controlo interno, incidem geralmente no processo respeitante às compras de inventários e tem início na secção da gestão de stocks.

Antes da realização da compra, a secção de compras deve consultar fornecedores, comparar propostas e escolher a melhor proposta. Pode-se dar o caso de ser necessário

realizar consultas diretas a fornecedores, isto é, quando os bens a adquirir são de venda exclusiva de um número muito limitado de fornecedores, e por outro lado por concurso público (por exemplo todas as compras efetuadas por entidades públicas devem ser realizados apenas por meio de plataformas eletrónicas de contratação pública), os quais são anunciados na imprensa e têm efeito quando se pretende atribuir por meio de concurso público grande quantidades de encomendas.

Depois de selecionado o fornecedor, a secção de compras terá de emitir a ordem de compra. A ordem de compra terá de mencionar as quantidades e todas as especificações dos produtos a comprar, preço unitário, descontos, prazos de entrega e de pagamento, etc. A ordem de compra terá de ser aprovada pelos responsáveis da secção de compras e pelo financeiro, o qual irá inserir o pagamento da fatura no seu plano de tesouraria.

Receção dos bens: ao fazer-se a receção dos bens enviados pelos fornecedores deve depreender geralmente dois aspetos que são: o quantitativo e o qualitativo.

Posteriormente à chegada da encomenda, o responsável pela receção tem de solicitar ao transportador a guia de remessa e mandar realizar, de seguida a contagem (pesagem ou medição) dos bens. Na hipótese de coincidirem as quantidades contadas com as mencionadas na guia de remessa, deve o responsável rubricar ou firmar a guia de remessa e entregar o recibo, prevenindo, caso necessário, que se realize a receção qualitativa por parte da secção de controlo de qualidade.

A seguir à receção deve ser emitida uma guia de receção que terá de fazer menção aos números da ordem de compra e da guia de remessa do fornecedor e discriminar os produtos e as quantidades. Se porventura a receção for feita no próprio armazém não será necessário a emissão de uma guia de entrada, pois prevalece a guia de receção.

De vez em quando, há empresas que contabilizam as compras com base no original da guia de entrada em armazém e na ordem de compra, creditando a conta fornecedores faturas em receção e conferências e saldada quando se recebe a fatura do fornecedor. Uma outra situação é quando o próprio cliente procede à emissão das faturas do fornecedor com base nos dois documentos atrás referidos. Estamos na presença de uma autofacturação, a qual deve cumprir com o estipulado no código do IVA, o artigo 36º n.º 11<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup>A elaboração de faturas por parte do adquirente dos bens ou dos serviços fica sujeita às seguintes condições: a) A existência de um acordo prévio, na forma escrita, entre o sujeito passivo transmitente dos

Conferência de faturas do fornecedor: os testes substantivos, relativos aos SCI de conferência de faturas, engloba dois fatores distintos, a efetuar por amostragem: a confirmação de que o fornecedor está a faturar o que foi encomendado e recebido e nas condições acordadas; e a verificação de que os cálculos da fatura estão aritmeticamente corretos. A fatura deverá dar indícios de que foi devidamente conferida e de que esteve autorizado o seu pagamento, colocando um carimbo na mesma.

A seguir à verificação da fatura a mesma deverá ser classificada contabilisticamente com a designação dos códigos da conta ou contas a debitar e do código da conta do fornecedor.

Controlo das dívidas a pagar aos fornecedores: os testes substantivos relativos ao SCI, efetuados por amostragem, o controlo das contas e títulos a pagar, faz-se normalmente através da escrituração em contas individuais (corrente, faturas em receção e conferência, títulos a pagar, etc.).

Se por acaso, existirem compras a fornecedores que se situam fora da zona euro, quer para inventários, serviços ou investimentos, essas contas deverão ser objeto de codificação própria. Igualmente as contas individuais deverão ser escrituradas em euros e nas relativas divisas.

A empresa deverá elaborar no final de cada mês balancetes de todas as subcontas das contas de fornecedores, assim como das restantes contas a pagar (por exemplo, credores). Os balancetes devem incluir informações tais como: débitos do mês, créditos do mês, débitos acumulados até à data, créditos acumulados até à data, saldos devedores e saldos credores.

Os mesmos devem ainda incluir informação respeitante à data de vencimento das dívidas. Os balancetes referentes às contas títulos a pagar deverão ser elaborados de acordo em informações colhidas no livro de registo e devem proporcionar informações tais como: número do título, data de emissão, data de vencimento, valor.

É preciso ter atenção ao saldo das subcontas em relação ao saldo da conta principal, na possibilidade de existirem divergências, as mesmas devem ser investigadas e

---

bens ou prestador dos serviços e o adquirente ou destinatário dos mesmos; b) O adquirente provar que o transmitente dos bens ou prestador dos serviços tomou conhecimento da emissão da fatura e aceitou o seu conteúdo; c) Conter a menção “autofacturação” a fim de cumprir com termos fiscais.

imediatamente regularizadas. Devem ser analisados os descontos de pronto pagamento concedidos pelos fornecedores e que não são usufruídos.

#### **4.1.2.1. Os testes aos controlos**

O trabalho do auditor nesta rubrica/área deve começar com a realização do teste aos controlos das compras e das dívidas aos fornecedores com a finalidade de poder concluir se o sistema de controlo interno é ou não credível. Após os resultados obtidos (com a realização deste teste) devem ser confrontados com as conclusões que se obtiverem na altura dos “cortes” de receção e de compras.

Primeiramente deve-se fazer a análise mensal da conta compras, contemplando elementos que figuram do mapa de trabalho para esta área, sendo que o auditor selecionará um ou mais meses para efetuar o teste. Depois é necessário obter por parte do pessoal responsável da empresa, a justificação para possíveis variações verificadas, não só entre meses do mesmo ano como também em relação ao período anterior e aos valores estimados para o período em causa.

O teste acima referido baseia-se geralmente no diário de compras, caso em que o ponto de partida será a análise das faturas dos fornecedores. Com o diário das compras, utilizar-se-ia uma das técnicas de seleção de amostras, que se baseia em selecionar as faturas que serão objeto de teste. Ainda como alternativa, a base das faturas a selecionar para o teste pode ser o diário de pagamentos (Bancos).

Seguidamente para cada uma das faturas selecionadas, e na presença de todos os documentos de suporte considerados necessários, dá-se resposta a cada uma das perguntas do teste, adotando a seguinte terminologia: resposta afirmativa; negativa; não aplicável (a pergunta não se aplica à fatura em causa).

Deve-se evidenciar as respostas negativas, assinalando dentro de cada círculo, e por ordem sequencial, o número de cada exceção à medida que as mesmas forem surgindo.

É importante que se faça um breve resumo do trabalho efetuado indicando o critério usado para a realização do teste e evidenciando as conclusões delineadas, considerando-se que as mesmas devem fazer menção à qualidade do sistema de controlo interno e à eficácia do seu funcionamento, qualificando-o em bom, regular ou deficiente.



O auditor deve colher informações sobre as análises mensais comparativas com os valores reais do período anterior e com valores estimados para períodos em causa, isto no que tange às contas de gastos (exceto gastos com o pessoal pois estes requerem outro tipo de análise).

Caso existam variações significativas em relação aos valores reais do período anterior e em relação aos valores estimados para o período em curso, estas devem ser explicadas pelas pessoas responsáveis da empresa.

Importa ainda analisar as contas que evidenciam saldos mais importantes, selecionando um ou mais meses e dentro deles os débitos mais significativos, suportados pela respetiva documentação: autorização para realização da despesa; relação da natureza da despesa com a atividade da empresa; existência de rendimentos que contrabalance o gasto; apropriada classificação e especialização contabilística.

Existem determinadas contas de gastos que não necessitam de uma análise mensal visto que os débitos são repetitivos ao longo do ano. Por exemplo, ao explorar as rendas de edifícios, faz-se uma análise acerca dos contratos de arrendamento e verifica-se se o saldo apresentado no final do ano está ou não calculado corretamente e faz referência ao ano em causa. O auditor deve fazer referências cruzadas às contas de gastos que estão diretamente ligadas com contas de balanço, é o caso das depreciações, amortizações e gastos e perdas de financiamento.

Analisar as contas de gastos ajuda na deteção de quantias que deveriam ter sido consideradas como ativos ou passivos com o objetivo global de implementar o regime do acréscimo ou de periodização económica.

#### **4.1.2.2. Os testes substantivos**

Procedimentos básicos: inicialmente verificar se os saldos que figuram no balanço e são representativos de dívidas a pagar estão de acordo com os dos respetivos balancetes, caso não se encontrem desta forma deverão ser objeto de investigação, dando seguimento a correção do saldo do Razão.

No que se refere aos balancetes de títulos a pagar estes devem integrar informações recolhidas a partir do respetivo livro de registo, onde constam as seguintes

colunas: nomes dos sacadores, números das letras, datas de emissão e de vencimento e valores.

No balanço não deve haver saldos que representam o valor líquido dos saldos credores e devedores dos balancetes, o que obrigaria a efetuar reclassificações, não sendo aceitável efetuar compensação de saldos, a não ser que estes sejam imateriais.

No que diz respeito à classificação das dívidas a pagar no balanço, devem ser verificadas se aquelas ou parte delas que têm vencimento para além de um ano após a data do balanço estão neste incluídas, em passivo não corrente, ao contrário das restantes que se apresentam em passivo corrente, pois a separação é crucial para efeitos de determinação de rácios financeiros.

#### **4.1.3. Inventários e ativos biológicos**

Esta classe inclui os inventários: detidos para venda no decurso da atividade empresarial, no processo de produção para essa venda, ou na forma de matérias consumíveis a serem aplicados no processo de produção ou na prestação de serviços.

Integra, também, os ativos biológicos (animais e plantas vivos), no âmbito da atividade agrícola, quer consumíveis no decurso do ciclo normal da atividade, quer de produção ou regeneração. Os produtos agrícolas colhidos são incluídos nas apropriadas contas de inventários.

Os inventários devem ser mensurados pelo custo ou valor realizável líquido<sup>12</sup>, dos dois o mais baixo.

O controlo físico dos inventários faz-se através da sua contagem física. O auditor deve realizar contagens físicas, quer parciais (por itens), quer rotativas, com o propósito de verificar a conformidade dos registos contabilísticos com as existências físicas.

As empresas auditadas podem optar pelo sistema de inventário intermitente ou sistema de inventário permanente. Se optar pelo sistema intermitente, a contagem física terá necessariamente de ser feita no final do ano, se optar pelo sistema de inventário permanente, que se baseia no registo de todas as operações que afetam, quer a quantidade, quer o valor dos inventários, não necessitará de realizar a contagem física dos seus inventários no final do ano. Ainda assim, deve verificar sempre se as informações

---

<sup>12</sup> Valor realizável líquido: é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

prestadas pelo sistema são confiáveis, isto é, estão em conformidade com a realidade física.

O sistema de inventário permanente permite conhecer, a todo o momento, as quantidades e o valor dos bens em inventário, bem como o custo dos bens vendidos e consumidos.

Alguns dos procedimentos de auditoria nesta rubrica de inventários e ativos biológicos são: teste às contagens físicas, “corte” de recepção e de compra e de expedição e de vendas de inventários e ativos biológicos, testes às mercadorias em trânsito e em poder de terceiros, testes às listagens de inventários finais, testes ao custo de aquisição ou de produção e à forma de custear as saídas dos inventários dos armazéns, testes à valorimetria dos inventários finais e análise do saldo das perdas por imparidades acumuladas.

Analisando todas as contas da rubrica inventários e ativos biológicos o auditor deve pedir um conjunto de faturas de fornecedores para visualizar os lançamentos para ver se o procedimento de compra e descontos comerciais está a ser corretamente executado. Normalmente as compras de mercadorias numa empresa, são importantíssimas, pois representam em média 30% do valor do ativo.

O auditor deve identificar o sistema de inventário através do balancete, e o método de valorização das existências através da ficha de armazém ou através do cálculo do preço médio unitário das existências em armazém e se existe ou não divisão de lotes de entrada. Deve também analisar o departamento de compras centralizado, saber quantas pessoas são responsáveis por “comprar”, isto é, quantas pessoas determinam o que comprar, a quem comprar, a que preço, com que condições de compra. Analisar o estilo de vida das pessoas do departamento de compras, ver o fluxo de informação de *cross check* de encomendas, seleção de fornecedores, avaliação de fornecedores, assim como ter atenção aos aspetos legais sobre as mercadorias, aspetos de obsolescência, descontinuidade das mercadorias.

O auditor deve ter atenção aos acertos dos valores da classe dos inventários, tais como descontos comerciais obtidos, quebras e ofertas, ver se os eventos que provocaram as quebras são seguráveis, e se foi feito um seguro, se a quebra é normal ou anormal, em relação as ofertas de mercadorias que políticas e critérios foram usados, as devoluções de compras já existam saber o porquê, mercadorias em trânsito ou em poder de terceiros procurar saber quais as razões para tal, se a razão foi *outsourcing*, verificar os fornecedores,

ou vendas à consignação, verificar o prazo para transformar a consignação de mercadorias em fatura remetida ao cliente. Verificar ainda as devoluções de mercadorias por parte dos clientes e se estes são de consignação, verificar o prazo de 60 dias para transformar a consignação em fatura. Se existirem muitas devoluções dos clientes saber de que forma os comerciais da empresa são remunerados na parte das comissões sobre vendas, e analisar as perdas por imparidades das mercadorias.

#### **4.1.4. Investimentos**

São diversas as opções de investimentos que geralmente têm associadas diferentes taxas de rendibilidade (ganho), risco (probabilidade de perder total ou parcialmente a quantia investida) e liquidez (facilidade de vender o ativo, no momento em que se pretende) (Gonçalves *et al.*, 2016: 710).

Esta classe 4 inclui os bens detidos com continuidade ou permanência e que não se destinem a ser vendidos ou transformados no decurso normal das operações da entidade, quer sejam de sua propriedade, quer estejam em regime de locação financeira (*ou leasing*). Engloba os investimentos financeiros, as propriedades de investimentos, os ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis, os investimentos em curso e os ativos não correntes detidos para venda.

O auditor deve verificar se está correto o método de contabilização desta classe, quer sejam instrumento financeiro (mensurados ao justo valor, alterações reconhecidas em resultados), quer sejam investimentos financeiros (mensurados ao custo, justo valor ou ao método da equivalência patrimonial (MEP), ou acionistas sócios, esta conta regista, para além de outras operações, os empréstimos concedidos aos acionistas/sócios. No caso de se tratar de sociedades por quotas a contabilização de uma compra de quotas, o auditor pode obter informações desta operação na conservatória do registo comercial, verificando o contrato de compra e venda de sociedades, o qual deve ser registado a escritura pública.

Se os investimentos financeiros (ações, obrigações, títulos de participações, etc.) se referirem a valores mobiliários escriturais, isto é, evidenciados por registos em conta, é preciso pedir ao banco em que estão depositadas várias informações sobre investimentos financeiros.

No caso de os investimentos financeiros concernirem a valores mobiliários titulados, isto é, evidenciados por documentos em papel, o auditor deve realizar à sua

contagem física, os valores mobiliários se encontrarem-se no cofre da entidade a ser auditada, ou executar o procedimento descrito acima, caso os mesmos se encontrarem à guarda de um banco.

Os auditores devem pedir todos os anos, em janeiro uma certidão junta a conservatória do registo comercial (certidão permanente) a mesma deve figurar o capital das entidades participadas. Em alguns casos as empresas incorporaram no seu capital a totalidade ou parte das suas reservas (de revalorização de ativos fixos tangíveis ou outras) por isso é importante que o auditor execute esse procedimento.

#### **4.1.5. Ajustamentos e Reclassificações**

O objetivo da auditoria é expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras, se estas representam corretamente a posição patrimonial e financeira, o resultado de suas operações e as origens e aplicações de recursos relacionadas aos períodos em análise, segundo os princípios basilares de contabilidade. Para que esse objetivo seja atingido, é necessário aplicar as normas de auditoria, sendo que o auditor após ponderação procederá às reclassificações e ajustamentos que melhor reflitam a verdade material da empresa e as circunstancias exógenas que conduziram a reclassificação ou ajustamento. Assim sendo, utilizará todos os procedimentos de auditoria aceitáveis nas situações a analisar, de modo que possibilitem que o auditor forme uma opinião justificada sobre o seu trabalho, e carecerão de estar evidenciadas em apropriados papéis de trabalho que certificam as suas conclusões e posições obtidas pelo auditor.

Após a verificação das rubricas das demonstrações financeiras, auditamos os saldos constates nas rubricas, e estes saldos auditados podem levar aos ajustamentos e reclassificações de auditoria derivados da realização de procedimentos substantivos.

Ajustamentos: verifica-se a necessidade de efetuar lançamentos contabilísticos de ajustamentos a valores e rubricas previamente calculadas e relevadas, quando em resultado do trabalho desenvolvido pelo auditor. Por exemplo, o reforço das perdas por imparidade acumuladas para clientes de cobrança duvidosa, a qual a empresa calculou com base no critério fiscal, que evidência que não é suficiente para estimar tais perdas de acordo critérios de prudência económica.

Reclassificações: verifica-se a necessidade de efetuar lançamentos contabilísticos que não afeta o resultado ou capital próprio, é necessário traduzir a imagem apropriada e verdade das demonstrações financeiras, de forma a refletirem corretamente a posição da empresa. Por exemplo, nas rubricas do passivo existência de saldos credores nas contas de clientes, neste caso a empresa contabilizou indevidamente no ativo a quantia líquida referente aos saldos devedores e credores.

Os ajustamentos e reclassificações identificados pelo auditor após os procedimentos substantivos, só são considerados materialmente relevantes se analisados individualmente ou agregados, e que o órgão de gestão concorde em figurarem nas demonstrações, caso não aconteça a certificação legal das contas e relatório de auditoria terá de integrar reservas por desacordo, ênfases ou até mesmo originar uma opinião adversa.

A prova em auditoria é toda a informação recolhida pelo auditor que serve de suporte para emitir uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Esta prova é por natureza cumulativa, e é basicamente conseguida com suporte a procedimentos de auditoria realizados no período corrente da auditoria, que poderá também agregar prova de outras fontes, incluindo anteriores auditorias.

A recolha da prova em auditoria é indispensável, e esta associada com a diminuição do risco de auditoria, isto é, o risco de o auditor emitir uma opinião inadequada sobre as demonstrações financeiras.

A prova obtida externamente é mais credível que a gerada internamente, a prova gerada internamente é mais credível quando forem eficazes os respetivos sistemas contabilísticos e de CI. Por sua vez a prova obtida diretamente pelo auditor é mais credível que a obtida pela empresa e a prova documental ou a escrita é mais credível que a obtida oralmente.

O auditor ao obter a prova em auditoria deve ter em atenção aos aspetos que podem afetar a fiabilidade dessa prova, tais como, integridade do órgão de gestão, do risco económico do cliente, da qualidade do sistema de informação do cliente, da envolvente e do sistema de controlo interno implementado.

De acordo a ISA 500 o auditor deve obter prova de auditoria suficiente e apropriada para reduzir o risco em auditoria a um nível baixo, a suficiência e a apropriação da prova de auditoria estão inter-relacionadas.

A prova de auditoria suficiente está relacionada com a quantidade de prova que deve ser obtida, dependendo esta do julgamento do auditor (neste caso, o auditor pode utilizar ferramentas estatísticas que o ajudem a determinar a quantidade necessária). A prova de auditoria apropriada tem a ver com a qualidade da mesma, ou seja, se a prova recolhida é relevante e fiável. No que toca a relevância, a mesma está relacionada com a asserção que se pretende testar (por exemplo, a resposta a um pedido de confirmação de um saldo de fornecer, fornece-nos prova sobre a asserção da existência, mas não nos fornece prova sobre a asserção da plenitude). A fiabilidade da prova depende das circunstâncias em que é obtida.

Os procedimentos de auditoria para obter prova de auditoria podem integrar inspeção, observação, confirmação externa, recálculo, nova execução, procedimentos analíticos e indagação.

#### **4.1.6. Papéis de trabalho**

A ISA 230 trata da forma, conteúdo e extensão da documentação de auditoria, também referida como papéis de trabalho. A ISA 230 define papéis de trabalho como sendo o registo dos procedimentos de auditoria executados, da prova de auditoria relevante obtida, e das conclusões a que o auditor chegou. Attie (2011: 235) considera que:

Os papéis de trabalho formam um conjunto de formulários e documentos que contém as informações e apontamentos obtidos pelo auditor durante seu exame, bem como as provas e descrições realizações; constituem a evidência do trabalho executado e o fundamento de sua opinião.

Os papéis de trabalho dividem-se em *dossiers* permanentes e *dossiers* correntes.

*Dossiers* permanentes englobam todas as informações que o auditor considera importantes e que tenham de ser consultadas durante a realização das auditorias presentes e futuras. São várias as informações que devem incluir nos *dossiers* permanentes, dependendo do serviço, da atividade e da dimensão da empresa. A informação a incluir deve ser arquivada de modo sistematizado com o objetivo de facilitar uma acessível consulta.

Em relação aos *dossiers* correntes, englobam todos os dados, informações, documentos e exames relativos a cada auditoria específica. Este *dossier* pode ser constituído por dois grupos: programas de trabalho e mapas de trabalho.

#### **4.1.7. Relatório de auditoria**

“Os relatórios são o último passo no trabalho de auditoria e servem para comunicar os achados de auditoria. Devem ser coerentes com o compromisso do auditor com a entidade ou a disposição legal ou estatutária que determina a elaboração do mesmo”, considera Alves (2015: 505). E Jonhstone *et al.* (2001) referem que os relatórios de auditoria acrescentam valor à informação contabilística organizada pelos gestores das empresas para os detentores de capital, devido ao exame independente dos auditores.

O ROC no exercício das suas funções de interesse público para além da Certificação legal das contas (CLC), também trata de matérias relacionadas aos trabalhos com finalidade especial, como por exemplo, exame de DF'S preparadas de acordo com um regime de contabilidade que não seja o das normas nacionais ou internacionais de contabilidade (ISA 800); exames sobre rubricas das DF'S (ISA 805); exames sobre a conformidade com requisitos contratuais ou legais; exame sobre DF'S resumidas (ISA 810). Trabalhos decorrentes de disposições legais tais como, a emissão do relatório referente as entradas em espécie (DRA 841) e art.º 28.º CSC para realização de capital das sociedades; aquisição de bens a acionistas (em sociedade anónima ou em comandita por ações) art.º 29.º CSC; aumento do capital por incorporação de reservas art.º 93.º CSC; fiscalização do projeto de fusão entre duas ou mais sociedades (DRA 842) e art.º 99.º CSC; cisão de uma sociedade (tratamento idêntico as fusões, com as necessárias aplicações) art.º 120.º CSC; transformação de sociedades art.º 132.º CSC, (DRA 843); adiantamentos sobre distribuição de lucros aos acionistas no decurso do exercício art.º 297.º CSC é preciso a elaboração de um relatório de certificação de informação financeira intercalar pelo ROC, o ROC também trata de matérias relacionadas com relatório de revisão limitada anteriormente denominado (exame simplificado).



#### 4.1.8. Certificação legal das contas

Após o exercício de revisão/auditoria o ROC elabora a Certificação legal das contas, onde exprime a sua opinião sobre a qualidade das demonstrações financeiras, isto é, se as mesmas apresentam, ou não, de forma verdadeira e apropriada, à posição financeira da empresa, igualmente os resultados das suas operações, em relação à data e o período em que as mesmas se referem.

Da revisão legal das contas, origina a certificação legal das contas. Tabora (2015: 61) destaca que “na CLC o auditor expressa a sua opinião na forma positiva, uma vez que o nível de segurança proporcionado é elevado<sup>13</sup>, em documento normalizado”. Relativamente a CLC o auditor usa como referência as ISA 700, ISA 701, ISA 705, ISA 706, ISA 710, ISA 720.

Existem dois tipos de certificação legal das contas: CLC/RA com opinião não modificada (ISA 700 revista) e CLC/RA com opinião modificada (ISA 705 revista), ver anexos referente a estrutura da CLC/RA constante do GAT 1. Uma opinião não modificada é quando o auditor expressa uma opinião que inclui que as DF’S estão preparadas em todos os aspetos ou matérias, segundo as normas de relato financeiro aplicáveis, ou seja, sem qualquer reserva (opinião limpa). Já uma opinião modificada ocorre quando existem situações que é necessário o auditor emitir uma opinião modificada, isto é, quando o auditor inclui reservas no seu relatório.

Por isso, podemos ter opinião sem reservas (normalmente denominada de opinião limpa); opinião sem reservas e com ênfases; opinião com reservas e sem ênfases; opinião com reservas e com ênfases; opinião adversa e escusa de opinião (declaração de impossibilidade). Ver o quadro 2 em anexo referente a esta temática.

As empresas que são obrigadas por lei apresentar os documentos de prestação de contas, e não apresentam estes documentos, são obrigadas a pagar uma coima aplicada pela Inspeção-Geral Tributária. O art.º 42.º do EOROC alínea a) a revisão legal das contas, exercida em cumprimento de disposição legal ou estatutária; b) a revisão voluntária de contas, exercida em cumprimento de vinculação contratual. Queremos com isto dizer que,

---

<sup>13</sup> O nível de segurança elevado ou aceitável traduz-se numa garantia razoável de fiabilidade das demonstrações financeiras e que nunca poderá ser absoluto. Repita-se que as normas internacionais utilizam a expressão <<razoável>>, que corresponde a <<aceitável>> ou <<elevado>>, na terminologia adotada pelas normas técnicas da OROC, Tabora (2015: 61).

existe certificação legal e a certificação voluntária. No que toca a certificação legal ou estatutária que obriga as entidades submeterem as suas contas a revisão, Rodrigues e Martins (2009) frisam que na legislação portuguesa, a forma como está organizada a revisão legal das contas das sociedades comerciais encontra-se prevista, fundamentalmente, no CSC aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de Setembro, e no Estatuto da OROC, regulamentado pelo DL n.º 487/99, de 16 de Novembro, atualmente revogado pela Lei n.º 140/2015 de 7 de Setembro. Taborda (2015: 27) refere que esta norma “não tem merecido o respeito devido pela legislação ulterior. Com efeito, tem vindo a ser introduzidas diversas disposições legais em legislação específica, ora alargando o espectro de entidades sujeitas, ora restringindo-o, desprezando as regras gerais que constam do mencionado preceito”.

A CLC tem um papel importante a nível social, uma vez que é o garante de que as empresas auditadas apresentam uma imagem verdadeira e apropriada. Portanto, o auditor deve ponderar sempre o bem-estar social, o sistema financeiro faz parte do bem-estar social, qualquer problema nele afeta o bem-estar social como numa empresa qualquer. Uma perturbação numa empresa por mais minúscula que seja afeta o bem-estar social.

## **Capítulo V – Pesquisas empíricas e análise do desempenho**

### **5.1. Estudos empíricos: o desempenho económico e financeiro**

Neste capítulo será apresentado um resumo de alguns estudos empíricos de análise do desempenho através de indicadores económicos e financeiros.

Cabanda e Pajara-Pascual (2007) observaram o desempenho das empresas (financeiro e operacional) de WG&A, após o evento de fusão do ponto de vista económico-financeiro. Foram três períodos de análise, no primeiro período analisaram três anos antes à fusão, no segundo período analisaram três anos imediatamente após a fusão para uma análise de curto prazo, e no terceiro período analisaram sete anos após a fusão para uma análise de longo prazo. O período de análise empírica cobriu os anos de 1994 a 2003, o referente artigo aplicou a contabilidade convencional e uma abordagem financeira por forma a analisar os efeitos da fusão no desempenho corporativo das empresas de transporte convencional.

Os autores testaram a principal hipótese, se houve melhoras significativas no desempenho corporativo da WG&A após ao evento de fusão, utilizando um teste de estatística paramétrica. As teorias de fusão preveem que M&As podem aumentar ou diminuir a rentabilidade, bem como a eficiência. O artigo tenta estender a teoria da organização industrial e as suas previsões sobre M&As na indústria naval das Filipinas, além disso, as implicações políticas de fusões e aquisições no setor do transporte marítimo filipino são estabelecidas neste artigo.

Os resultados empíricos mostraram que os valores pré e pós-fusão obtiveram resultados mistos. Algumas medidas de desempenho corporativo, tais como o teste de taxa de ácido, o volume total de ativos e receita líquida sugerem ganhos estatisticamente significativas na análise de longo prazo, na sequência de M&As, outras variáveis de desempenho, tais como lucro líquido, retorno sobre o ativo (ROA), retorno sobre vendas (ROS), retorno sobre o património líquido (ROE), margem de lucro líquido, despesas de capital, despesas de capital/vendas (CESA), e despesa de capital/ativo total (BETA) não apresentou ganhos significativos após a fusão na análise de curto prazo. Resultados mistos verificados neste estudo contribuem significativamente para a literatura empírica sobre

fusões e aquisições no setor de transporte. Assim sendo, a fusão industrial naval Filipina não leva a um melhor desempenho das empresas tanto a curto prazo como a longo prazo, como é evidente neste artigo.

Souza e Correa (2014) estudaram os indicadores de desempenho em pequenas e médias empresas, com a intenção de responder a duas perguntas importantes: as pequenas e médias empresas (PME) empregam indicadores de mensuração de desempenho? As características organizacionais influenciam no emprego de indicadores de mensuração de desempenho? E para melhor compreender essas questões aplicaram uma pesquisa de campo com uma amostra não probabilística por conveniência com 87 empresas do setor de calçados de Santa Catarina. O método privilegiado foi o quantitativo e na análise dos resultados aplicaram técnicas estatísticas com auxílio do SPSS. Os resultados revelaram que as empresas pesquisadas adotam indicadores financeiros e não financeiros, porém os indicadores financeiros são mais utilizados. Para coletar os dados primários elaboraram um questionário com base na revisão teórica.

Ferreira (2013) no seu estudo sobre a comparação do desempenho das empresas, do ponto de vista da reestruturação empresarial, analisou o impacto das formas de reestruturação de empresas no desempenho das empresas portuguesas. Assim, numa perspectiva teórica, apresentou os vários tipos de reestruturação de empresas, os motivos que levam as empresas a recorrerem a estes processos, e os efeitos daí decorrentes, em particular no seu desempenho económico e financeiro.

Do ponto de vista prático procedeu-se a uma comparação dos indicadores económicos e financeiros das empresas antes e após os processos de reestruturação. O estudo pretendeu dar respostas às seguintes questões: 1- Existem diferenças estatísticas significativas entre os indicadores económicos e financeiros das empresas antes e após a reestruturação? 2- A reestruturação tem impacto no desempenho económico e financeiro da empresa? 3- As empresas conseguem obter um melhor desempenho económico e financeiro após a passagem por um processo de reestruturação?

E o objetivo geral do estudo foi essencialmente efetuar a análise comparativa do desempenho económico e financeiro das empresas portuguesas antes e após os processos de reestruturação, e os objetivos específicos foram: analisar o desempenho económico e financeiro das empresas através dos indicadores económicos e financeiros; e identificar os motivos que levam as empresas a optarem pela reestruturação.

A hipótese testada foi: H1- existe melhoria nos indicadores económicos e financeiros das empresas após a reestruturação. Esta hipótese testada através do teste estatístico não paramétrico de Wilcoxon, dado que as variáveis em análise não seguiram uma distribuição normal. Os resultados obtidos com o teste de Wilcoxon demonstraram que não existem diferenças significativas entre indicadores económicos e financeiros para os anos em estudo. Ou seja, a autora concluiu que não existem melhorias nos indicadores para o ano de 2011 em relação aos mesmos indicadores para o ano de 2009. Desta forma, a reestruturação não alterou o desempenho económico e financeiro das empresas em estudo e também concluiu que não houve aumento de lucros para as empresas analisadas.

## **5.2. Análise do desempenho através de indicadores económicos e financeiros**

O desempenho financeiro agrega alguns aspetos económicos. No nosso estudo iremos abordar apenas alguns desses aspetos e não a sua generalidade.

A análise económica visa avaliar a capacidade de a empresa gerar valor ou rendimentos o que assegura a satisfação dos sócios, fornecedores e outros agentes económicos com os quais a empresa se relaciona. Com base nas demonstrações dos resultados, conseguimos calcular um conjunto de indicadores relevantes para a gestão, tais como, a margem bruta das vendas, os resultados operacionais, antes de impostos e resultados líquidos, o excedente bruto de exploração, o valor acrescentado bruto, a produtividade e a rendibilidade. Logo, são indicadores que possibilitam aos gestores e analistas e proprietários da empresa e os todos os interessados pela gestão da empresa analisar a empresa numa perspetiva económica.

Por outro lado, a análise financeira suporta os seus relatórios nos documentos contabilísticos tais como, balanço, demonstração dos resultados por natureza, demonstração das alterações no capital próprio, demonstração dos fluxos de caixa e anexos.

É importante elaborar um *ranking* das empresas congéneres que atuam no mercado e para estes *rankings* os indicadores mais usados que são uma forma de simultaneamente os auditores posicionarem a empresa e obterem informações adicionais para o processo de auditoria que conduzem a indicadores, tal como quota de mercado de

cada empresa e com isso elaborar uma graduação das mesmas. É importante para o auditor saber o valor total do mercado onde a empresa se move.

Segundo Nabais (2015) a análise económica e financeira é a responsável:

1. Pelo estudo da rendibilidade, produtividade, valor acrescentado excedente bruto de exploração;
2. Pelo estudo da estrutura financeira (relação entre capitais próprios e capitais alheios, situação da tesouraria e da liquidez, equilíbrio financeiro e risco financeiro) e demais informações sobre a atividade, competitividade e estratégia da empresa e da situação económica, rendibilidade e risco económico);
3. Pela apreciação crítica da função financeira, nomeadamente determinar o montante do valor criado para os acionistas numa análise histórica e previsional e, ainda, explicar a situação que originou ou não a criação de valor da empresa de forma a aferir da sua capacidade competitiva e servir de base à formação de uma estratégia futura.

O autor refere que a análise económica e financeira é feita com base em:

1. métodos e técnicas de análise: comparação de balanços sucessivos e de contas de resultados, gráficos e percentagem e indicadores ou rácios;
2. documentos: balanço, demonstração dos resultados líquidos. A análise financeira assenta principalmente na análise do balanço, enquanto a análise económica recorre ao estudo da demonstração dos resultados.

E de acordo com as perspetivas estática (referente a um determinado momento) e dinâmica (referente a momentos diferentes).

O método dos indicadores ou rácios económico-financeiros é a técnica mais utilizada, no que toca a análise financeira de uma empresa. A análise financeira consiste em estabelecer relações entre contas e agrupamentos de contas do balanço, da demonstração de resultados e da demonstração dos fluxos de caixa, ou ainda entre grandezas económico-financeiras. Não existe concordância na designação das relações acima mencionadas, estas relações têm várias designações, tais como: rácios, índices, coeficientes, quocientes, indicadores, etc, (Neves,2015). Silva (2016b: 157) afirma que para exprimir as diferentes dimensões da situação económico-financeira da empresa, pode-se recorrer à elaboração de rácios.

Borges e Rodrigues (2014: 320) definem rácios:

Como um quociente entre duas ou mais rubricas, representativo da situação, da atividade ou da rentabilidade de uma empresa ou setor. E por se tratar de um quociente, a sua análise de ser especialmente cuidadosa, pois pode conduzir a conclusões completamente erradas.

Para Neves (2015) os rácios são um instrumento de apoio para sintetizar uma quantidade abundante de dados e comparar o desempenho económico-financeiro das empresas e a sua evolução no tempo. Os rácios, como nome indica, expressam uma relação entre duas grandezas e obtêm-se dividindo um valor pelo outro, os rácios ajudam a fazer as perguntas certas, mas não dão as respostas, adverte Silva (2016b: 157). As respostas encontram-se nos aspetos qualitativos da gestão, indica Neves (2015).

Carmo (2013 *apud* Santos, 1981) destaca a importância de fazer a distinção entre rácios e indicadores. Segundo o autor, os primeiros consistem numa relação entre dois elementos expressos sob forma de quociente ou percentagem, enquanto que os indicadores abrangem não só as relações anteriormente (é mais amplo) descritas, como também relações que podem não se encontrar expressas da mesma forma, mas que confrontam elementos relevantes à análise da empresa, como por exemplo a margem bruta.

Nabais (2015: 160) considera:

O conceito de indicador é mais amplo do que o de rácio. Abrange, para além das relações entre grandezas sob a forma de quocientes ou percentagem, outras que comparam elementos considerados significativos: MBV, fundo de manuseio, etc.

Por outro lado, os autores Breia *et al.* (2014) advogam que os rácios consistem numa relação entre grandezas, fornecendo uma informação em termos relativos e, logo, mais adequada que a informação em valor absoluto (valores monetários). Por exemplo um milhão de euros de disponibilidade, não possibilita qualquer opinião. No entanto, se comparado com o passivo a curto prazo, já permite avaliar, por exemplo, a capacidade de a empresa fazer face aos seus compromissos.

Para estes autores é a noção relativa que interessa aos analistas. Por isso, os rácios permitem:

1. Resumir e sistematizar informação financeira;
2. Articular a leitura de várias grandezas (gastos financeiros/passivo, resultados/vendas, resultados/ativos, ativo circulante/passivo, circulante, etc);

3. Comparar o desempenho económico e financeiro (em termos históricos ou setoriais).

O objetivo dos rácios é conseguir uma informação distinta e complementar da informação contida nos valores absolutos e com evidente utilidade para a análise económica e financeira da empresa (Silva, 2016b: 157).

Silva (2016b: 157) defende que a formulação dos rácios deve obedecer a critérios de relevância (cingindo-se aos que proporcionam informação útil) e de relacionamento (as magnitudes devem relacionar-se, caso contrário, a informação carece de sentido).

### **5.3. Tipos de rácios**

Relativamente à classificação dos indicadores económico-financeiros estes são, frequentemente, classificados segundo o tipo de informação proporcionada pelos mesmos. Não existe um padrão para a classificação dos indicadores, cada autor faz a sua designação e agrupa os diferentes conjuntos de indicadores. A classificação mais usual separa os diferentes indicadores existentes em função da sua natureza, poderão ser por exemplo, financeira, económica, económico-financeira ou técnica. Assim sendo, uma maneira de agrupar os indicadores poderá ser a posterior:

1. Indicadores financeiros: são aqueles que versam os aspetos que se relacionam exclusivamente com aspetos financeiros (por exemplo, diversas rubricas do balanço). Analisam-se aspetos tais como a estrutura financeira, a capacidade de endividamento e a solvabilidade;
2. Indicadores económicos: são os que tratam de revelar aspetos respeitantes à situação económica, com base em grandezas que figuram nas demonstrações dos resultados. Tratam de aspetos tais como a estrutura de ganhos e de gastos, as margens de rendibilidade e a capacidade de autofinanciamento;
3. Indicadores económico-financeiros: explicam os aspetos económico-financeiros, assim como, a rendibilidade dos capitais, as rotações dos diferentes elementos de ativo (por exemplo, rubricas do balanço e da demonstração de resultados);
4. Indicadores de funcionamento ou de atividade: estes ajudam a explicar os impactos financeiros da gestão ao nível do ciclo de exploração, ou seja, procuram avaliar a gestão de ativos (todo ou em parte) ou de alguns recursos



(por exemplo, rácios de rotação dos diferentes tipos de ativos ou prazos médios);

5. Indicadores técnicos: estão ligados aos aspetos respeitantes à produção e às atividades em geral, geralmente expressos em unidades físicas. Estes indicadores permitem estudar o rendimento do equipamento, a produtividade da mão-de-obra;
6. Indicadores de mercado: são importantes por refletirem a visão (do mercado) da sua sustentabilidade e do retorno suscetível de ser gerado pela empresa. Estes indicadores não são aplicáveis a todo tipo de empresas, restringindo-se as empresas que se encontram cotadas em bolsa.

Neves (2015) afirma que os rácios poderão construir-se sobre diferentes fontes, a começar pelos documentos contabilísticos históricos da empresa, os orçamentos, as médias e medianas do setor, a média de uma amostra de empresas representativas, o concorrente mais importante da indústria, etc.

Brealey *et al.* (2013) fazem menção de que os rácios podem ser agrupados da seguinte forma: rácios de liquidez; rácios de endividamento; rácios de rendibilidade ou eficiência; rácios de funcionamento; rácios de valor de mercado.

Os autores argumentam que, por exemplo, se o objetivo da análise é entender a rendibilidade de uma empresa, as razões que se relacionam com os retornos, que incluem margens de lucro e utilização de ativos, são importantes se quisermos entender a eficácia de uma empresa e suas políticas de crédito e cobrança, nos concentraremos em relações que envolvem as suas contas a receber. Para avaliar a solvabilidade de uma empresa, um analista pode se concentrar em proporções relacionadas com as dívidas da empresa e sua capacidade de satisfazer essas obrigações.

Ao interpretarmos os indicadores económico-financeiros deve-se ter atenção que estes por si só não representam a conjuntura económico-financeira da empresa, quer dizer, versam meramente resultados numéricos que devem ser explicados de modo adequado. Para isso é crucial que o analista financeiro tenha o conhecimento razoável do negócio em que a empresa opera, para poder interpretar os resultados através do uso método dos rácios, assim como, deve ter o conhecimento em matérias relacionadas com análise financeira e contabilidade.

De seguida far-se-á a descrição de alguns dos essenciais rácios económico-financeiros citados na literatura.

Apenas serão citados alguns desses rácios visto que só foi possível analisar os rácios abaixo mencionados, devido à informação disponível pelas empresas em análise.

Com base em informações contabilísticas, tais como, o balanço, a demonstração de resultados, a demonstração de fluxo de caixa, a demonstração de variação de capital próprias, informações constantes dos anexos das demonstrações financeiras, dados que estão disponíveis na base de dados SABI, foi possível fazer uma análise do desempenho económico e financeiro de uma amostra representativa das sociedades por quotas portuguesas.

Os rácios foram agrupados da seguinte forma: rácios de estrutura de capitais, rácios de rendibilidade, rácios de tesouraria, rácios de liquidez.

### **5.3.1. Rácios de estrutura de capitais**

Segundo Neves (2015), com vista a ter uma análise financeira compatível com as finanças da empresa, interessa analisar o funcionamento na perspetiva dos capitais obtidos. O capital obtido ou de financiamento é constituído por capitais próprios e capitais alheios. O passivo cíclico não é, nesta ótica, considerado capital, mas um recurso cíclico da exploração que aparece a deduzir às necessidades cíclicas de exploração.

O autor refere que o setor em que a empresa se insere pode influenciar o nível de ativo fixo e de necessidades em fundo de maneo, mas em relação aos capitais obtidos para financiamento, sejam próprios ou alheios, são decisões que dependem estritamente da estratégia da empresa.

Para Clayman *et al.* (2012) a estrutura de capital de uma empresa é a mistura de dívida e capital próprio que a empresa usa para financiar seus negócios. O objetivo de uma decisão de estrutura de capital de uma empresa é determinar a alavancagem financeira ou a estrutura de capital que maximiza o valor da empresa, minimizando o custo médio ponderado do capital.

Em seguida seguem os rácios que compõem a estrutura de capital.

## **Endividamento**

Este indicador mede a quantia total da dívida (longo prazo e curto prazo) que uma empresa usa no financiamento das suas atividades.

Endividamento = (Passivo total / Ativo total) x 100.

De acordo com Carmo (2013: 25):

Na opção pela utilização desse rácio, o analista terá que ter especial atenção ao facto dessa fórmula incluir os passivos não remunerados (por exemplo, conta fornecedores), devendo retirá-lo do numerador no caso de pretender analisar o endividamento apenas com recurso a passivos remunerados (por exemplo, empréstimos bancários, locações financeiras, etc.).

## **Imobilização do Património**

Este indicador mede quanto do património líquido da empresa está investido no ativo não corrente, isto é, a quantia referente ao ativo não corrente da empresa é financiada pelo património líquido, demonstrando, dessa maneira, a maior ou menor dependência de fundos de terceiros para continuidade das atividades da empresa.

Imobilização do Património = (Ativo não Corrente/ Capital próprio) x100.

César (2010) refere que quanto mais a empresa investir no ativo não corrente, menos recursos próprios sobrarão para o ativo corrente e, em consequência, maior será a dependência a capitais de terceiros para o financiamento do ativo corrente. O ideal em termos financeiros é a empresa dispor de património líquido suficiente para cobrir o ativo não corrente e ainda sobrar uma parcela suficiente para financiar o ativo corrente.

## **Cobertura do passivo de curto prazo**

Este indicador mede o grau de cobertura do ativo pelo passivo, isto é, se o valor dos ativos corrente da empresa paga o passivo corrente da empresa. Por exemplo, podem ocorrer situações tais como, o valor do ativo não cobre o valor do passivo, então teremos que alocar alguma venda de ativo fixo tangível para cobrir ou “estender/alisar” algum

passivo, isto é, tornar uma dívida de curto prazo numa de longo prazo antes da falência da empresa.

$$\text{Cobertura do passivo de curto prazo} = (\text{Ativo Corrente} / \text{Passivo Corrente}) \times 100.$$

### **Cobertura do passivo de médio longo prazo**

Este indicador mede o grau de cobertura do ativo pelo passivo, isto é, se o valor dos ativos não corrente da empresa paga o passivo não corrente da empresa.

$$\text{Cobertura do passivo de médio prazo} = (\text{Ativo não Corrente} / \text{Passivo não Corrente}) \times 100.$$

### **Solvabilidade**

Este indicador avalia a capacidade de a empresa cumprir as suas obrigações. Usa-se este indicador para avaliar o risco financeiro de uma empresa. O risco financeiro é o risco decorrente da escolha por parte de uma empresa, de como financiar o seu negócio com dívida ou capital próprio.

$$\text{Solvabilidade} = (\text{Capital próprio} / \text{Passivo total}) \times 100.$$

Silva (2016a: 62) afirma que o rácio de solvabilidade determina o grau de cobertura do passivo por capitais próprios. Reflete o risco que os credores correm. Os valores indicativos para este rácio são os seguintes:

- rácio de solvabilidade  $<1$ -> risco para os credores, na medida em que o capital próprio não assegura a totalidade do passivo. Valores inferiores a 0,5 podem comprometer o equilíbrio financeiro a médio e longo prazo;
- rácio de solvabilidade  $>1$ -> a empresa detém capital próprio suficiente para assegurar a cobertura da totalidade do passivo. Por questões de prudência, é recomendável que a empresa mantenha um rácio de solvabilidade  $>1$ .

Breia *et al.* (2014: 91) argumenta que um rácio de solvabilidade elevado não garante a inexistência de problemas de tesouraria no curto prazo (o passivo é tratado na sua globalidade).

### **Autonomia financeira**

Este indicador indica a percentagem do ativo que passa a ser financiado pelos capitais próprios da empresa, ou seja, facultar informação da percentagem dos ativos que são financiados pelos capitais próprios da empresa. Este indicador tem como limite máximo o valor 1 e como limite mínimo o valor zero.

$$\text{Autonomia financeira} = (\text{Capital próprio} / \text{Ativo total}) \times 100.$$

Correia (2014 *apud* Costa, 2003) refere que a autonomia financeira é um rácio que varia entre 0 e 1 (embora possa assumir valores negativos quando o capital próprio da empresa é negativo) e que representa a percentagem dos ativos da empresa financiados por capitais próprios. Este rácio revela a solidez financeira da empresa e a sua capacidade para solver os seus compromissos não correntes. Assim sendo, quanto maior o seu valor, menor o peso dos capitais alheios no financiamento dos ativos da empresa e menores os respetivos encargos financeiros (juros de empréstimos obtidos). Este é um rácio utilizado por instituições de crédito e outras entidades, para medir o risco de crédito.

Nabais (2015: 162) explica que se a autonomia financeira for baixa, a empresa está muito dependente dos credores e pode prejudicar futuros financiamentos; se a autonomia financeira for alta, a empresa está pouco dependente dos credores, mas pode significar má política de financiamento porque pode não estar a aproveitar os benefícios do crédito bancário; valores demasiados elevados podem representar excesso de capital próprio e, por conseguinte, irão afetar a rentabilidade financeira (resultado líquido/capital próprio); a maioria dos analistas financeiros considera a autonomia financeira igual a 0,35 um valor normal, ou seja, quando o ativo líquido está a ser financiado por valores próximos dos 35% do capital próprio.

### **5.3.2. Rácios de rentabilidade**

Os rácios de rentabilidade analisam a capacidade da empresa de gerir os seus gastos de modo a gerar lucros nas suas vendas.

Borges e Rodrigues (2014: 300), e Nabais (2015) argumentam que “o conceito de rentabilidade é um dos mais importantes ao diagnosticarmos a situação económica e

financeira de uma empresa ou de empresas”. Nabais (2015: 169) afirma que a “análise da rendibilidade permite-nos avaliar o desempenho económico e financeiro da empresa identificando de forma coerente e integradora os grandes fatores que a influenciam”.

Correia (2014 *apud* Costa, 2003) refere que a análise da situação económica ou estudo da rendibilidade permite avaliar se uma empresa é rentável e a eficiência dos recursos utilizados, podendo ser desenvolvida através da análise de rácios, mas também a partir da estrutura de rendimentos e gastos.

“Existem vários indicadores que permitem medir a rendibilidade, e importa neste caso termos presente que tipo de rendibilidade nos interessa analisar” consideram Borges e Rodrigues (2014: 300). “Tendo por base a demonstração dos resultados da empresa, a estrutura de rendimentos e gastos permite conhecer a evolução do peso percentual de cada uma das rubricas<sup>14</sup>, no volume de negócios da empresa” (Correia, 2014 *apud* Costa, 2003). Para o autor a análise da estrutura de rendimentos e gastos ao longo do tempo permite obter uma perspetiva dinâmica da atividade da empresa e da importância relativa de cada uma daquelas rubricas. As alterações significativas na estrutura de rendimentos e gastos constituem um fator de alerta, sugerindo a necessidade de averiguar as suas causas. Tais alterações podem estar associadas a mudanças de estratégias (por exemplo, opção por internalizar algumas operações do processo produtivo que anteriormente eram subcontratadas, o que se refletiria no aumento do peso dos gastos com pessoal e na redução dos fornecimentos e serviços externos) ou indicarem problemas que exijam a intervenção dos gestores (por exemplo, redução da produtividade).

Na análise dos rácios de rendibilidade salientamos os seguintes rácios:

### **Rendibilidade dos capitais próprios**

Este indicador também designado na literatura e relatórios das empresas como *Return on Equity* (ROE), mede a capacidade e eficácia de remuneração dos capitais investidos pelos sócios ou acionistas da empresa. Este indicador diz-nos qual é a percentagem de lucro por cada valor (por exemplo, euro) investido.

A análise da rendibilidade dos capitais próprios permite-nos avaliar de maneira concisa a influência dos principais fatores que contribuem para a formação do valor na

---

<sup>14</sup> Por exemplo, os consumos, os fornecimentos e serviços externos ou os gastos com o pessoal.

empresa e seu crescimento, por isso, analistas e gestores devem dar importância a este indicador.

Neves (2015: 351) chama atenção quanto ao significado deste rácio em termos de SNC e IFRS/NIC, afirmando que no passado o capital próprio era sempre suportado a custos históricos, com as exceções das autorizações governamentais de reavaliações do ativo corpóreo ocorridas em consequência da inflação, agora o capital próprio é apresentado, supostamente ao seu justo valor. Supostamente porque as opções de valorização dos ativos tão diversas e deixam à gestão um certo grau de discricionariedade. É importante analisar se o capital próprio está registado ao custo histórico ou se está registado ao justo valor.

*Return on Equity* (ROE) = (Resultado líquido/Capitais Próprios) x 100.

### **Rendibilidade do investimento**

Retorno do investimento ou *Return on Investment* (ROI) mede o retorno do capital investido numa empresa e facilmente podemos comparar com investimentos diferentes, permite avaliar a capacidade dos ativos para gerar resultados.

Nabais (2015: 171) “quanto maior for este rácio maior é a capacidade do ativo gerar resultados. Os resultados gerados são distribuídos aos acionistas e aos financiadores externos”.

Os investidores normalmente querem saber quanto é o retorno que têm por investir numa empresa, quando podem investir em outros ativos. Este rácio incorpora uma análise de mercado de capitais, e hoje todos os investimentos são analisados à luz do princípio da teoria da carteira de ativos e sintetiza todos os outros.

Para Nabais (2015: 171) “este tipo de rendibilidade analisa em que medida o capital investido foi capaz de gerar meios para remunerar o investimento, independentemente de se recorrer a capitais próprios ou a capitais alheios”.

*Return on Investment* (ROI) = (Resultado líquido/Ativo total) x 100.

### **Custo médio do capital alheio**

Este indicador mede a remuneração exigida pelos titulares de capitais alheios, tendo em conta os níveis de risco baseados nas respetivas aplicações.

Custo médio do capital alheio = (Gastos financeiros/Passivo total) x 100.

Breia *et al.* (2014: 136) referem que:

No custo médio do capital alheio, ao utilizar-se no denominador o passivo total incluindo a componente cíclica (fornecedores) sem correspondência a nível dos gastos financeiros (em condições normais), procura-se, deliberadamente, evidenciar a importância do financiamento associado ao ciclo de exploração.

Os autores afirmam que este rácio deverá sempre utilizar passivos médios (quer se trate do passivo total ou do passivo remunerado) quando existirem grandes oscilações ao longo do ano.

É possível que existam frequentes distorções geradas pelo passivo não declarado nas contas (por exemplo, *factoring* ou desconto de letras abatidas no ativo/clientes). A existência de percentagens muito elevadas respeitantes ao custo do passivo deverá atuar como indicador de alarme.

O custo médio do capital alheio não está relacionado com a taxa de juro média do passivo financeiro (remunerado), o uso do passivo total neste rácio visa facultar, a comparação entre duas taxas, avaliar o efeito do passivo não remunerado (principalmente fornecedores).

### **Rendibilidade das vendas**

Este indicador mede a rendibilidade que a empresa tem após terem sido suportados todos os gastos operacionais, encargos financeiros, e impostos. Retrata a política de preço, os gastos do processo produtivo e a eficiência na utilização dos fatores.

Rendibilidade das vendas = (Resultado Líquido/Volume de negócios) x 100.



Para Neves (2015: 346) “A rendibilidade das vendas é o rácio que analisa a relação entre os resultados e as vendas<sup>15</sup>. Consoante o tipo de numerador, assim se tem uma diferente noção de rendibilidade das vendas (ou do volume de negócios)”. Segundo o autor, para o acionista interessa saber que contributo obtém do volume de negócios realizadas, pelo que usa a rendibilidade líquida das vendas.

Silva (2016a: 72) defende que a rendibilidade das vendas “mistura a eficiência das vendas para criar valor com os efeitos do financiamento e da política fiscal”. O autor afirma que a rendibilidade das vendas pode aumentar com medidas tais como, a diminuição dos gastos, o aumento do volume de negócio a taxas mais elevadas que o crescimento dos gastos associados, nomeadamente, através de: aumento do preço de venda; aumento das quantias vendidas ou ambos.

Correia (2014) refere que ainda que a análise da rendibilidade contabilística em termos históricos ajude a avaliar se a empresa é rentável e a medir a sua eficiência, ela apresenta duas importantes limitações:

1. nada nos diz sobre a rendibilidade futura da empresa; e
2. ignora o risco da atividade (sendo errado assumir que duas empresas são igualmente rentáveis se tiverem rácios de rendibilidade idênticos, mas uma apresentar uma atividade muito arriscada que a outra).

### **Rotação do ativo**

Os rácios de rotação medem quantas vezes num período a empresa utiliza os seus ativos para produzir um benefício.

O rácio de rotação de ativo indica quanto das vendas é gerada pelos ativos, ou seja, indica qual é o grau de utilização dos ativos.

Rotação do ativo = (Volume de negócio/Ativo total) x 100.

Para Neves (2015: 327) “a rotação do ativo é o rácio que indica o grau de utilização dos ativos. Um rácio muito elevado pode significar que a empresa está a trabalhar perto do limite de capacidade. O inverso indica substituição de recursos”.

---

<sup>15</sup> Quando em finanças nos referimos a vendas, estamos a considerar o volume de negócios e não apenas o conceito contabilístico de vendas das mercadorias e produtos acabados, que é um conceito contabilístico.

### **Rotação do capital próprio**

Este indicador é bastante utilizado para combinar com a rentabilidade operacional das vendas. Refere Nabais (2015: 163): “A rotação do capital próprio é um indicador que quantifica a relação entre o volume de negócios e o capital próprio. Indica o número de vezes que este último foi vendido durante o período de análise”.

Rotação do capital próprio = (Volume de negócio/Capital próprio) x 100.

Neves (2015) explica que a rotação do capital próprio como indicador de eficiência pode decompor-se na análise de dois rácios de eficiência que são:

1. a análise da eficiência da gestão do capital fixo através da rotação do ativo fixo; e
2. análise da eficiência da gestão do ciclo financeiro de exploração através do tempo médio do ciclo financeiro de exploração em dias de vendas (dias de volume de negócios).

### **5.3.3. Rácios de tesouraria**

De acordo Silva (2016b: 173) são rácios obtidos a partir da demonstração dos fluxos de caixa ou do mapa de tesouraria, cujo objetivo é salientar os recebimentos e pagamentos realizados no período. Permitem detetar as necessidades de tesouraria e os potenciais riscos<sup>16</sup>.

Fazem parte da tesouraria os seguintes elementos:

1. elementos ativos de tesouraria (EAT) - disponibilidades;
2. elementos passivos de tesouraria (EAT) – empréstimos a curto prazo.

O valor da tesouraria pode calculado pela diferença entre os elementos ativos de tesouraria e os elementos passivos de tesouraria, ou seja:

**Tesouraria** = Elementos ativos de tesouraria - Elementos passivos de tesouraria

Deste cálculo podem surgir três situações:

- Tesouraria = 0, existe um equilíbrio financeiro;
- Tesouraria > 0, existe um excesso de recursos de médio e longo prazo;
- Tesouraria < 0, existe insuficiência de recursos de médio e longo prazo.

---

<sup>16</sup> A partir dos fluxos de atividade operacionais, de investimento e financiamento.

Caso não exista equilíbrio financeiro, o excedente ou déficit é denominado por tesouraria. Pode ser obtida através da seguinte fórmula de cálculo:

Tesouraria = (Fundo de maneiio – necessidade de fundo de maneiio) x 100.

A tesouraria pode ainda ser calculada pela diferença entre as rubricas do ativo que não são consideradas necessidades de fundo e as mesmas rubricas do passivo também não consideradas para o cálculo dos recursos de fundo de maneiio (Gomes e Pires 2011: 896).

“O fundo de maneiio expressa o diferencial entre os recursos estáveis da empresa (exigível a mais de um ano e capitais próprios) e as aplicações duradouras (realizável a mais de um ano)” (Borges e Rodrigues, 2014: 291).

Segundo os autores esse diferencial, sendo positivo evidencia uma margem de segurança do financiamento sobre as aplicações permanentes.

Silva (2016a: 26) partilha a mesma ideia, e refere que “o fundo de maneiio traduz o equilíbrio entre as aplicações duradouras (ativo não corrente ou ativo fixo) e o financiamento estável ou capitais permanentes (capitais próprio e passivo não correntes)”.

**Fundo de maneiio** = (Capitais permanentes – Ativo fixos) x 100.

onde, Capitais permanentes = capital próprio + passivo não corrente.

Ou

**Fundo de maneiio** = (ativo corrente – passivo corrente) x 100.

Os capitais permanentes são os recursos estáveis determinados pela política de financiamento, tais como, o aumento de capital social, os excedentes criados e não distribuídos e os empréstimos a médio e longo prazo, integram as chamadas operações de capitais. O ativo fixo deriva das aplicações de investimento tendo em conta as decisões de investimento.

Silva (2016a: 26) argumenta que “aos capitais permanentes são colocadas exigências acrescidas. Devem ser suficientes para financiar as aplicações em ativos não correntes e as necessidades permanentes de funcionamento do ciclo de exploração”.

Breia *et al.* (2014: 75) afirmam que dadas as características de relativa imobilização com os saldos de clientes e inventários, a parte não coberta pelo

financiamento de fornecedores ou equiparável deve ser financiada pelos capitais permanentes.

Os autores querem com isto dizer que, levar-nos-á inevitavelmente à conclusão de que não bastará um fundo de maneiio igual a zero para que possa existir equilíbrio financeiro estável a curto prazo.

O fundo de maneiio deverá ser positivo, de forma a evitar ruturas de tesouraria e a provocar situações de dificuldade para a entidade ao nível da liquidez (Gomes e Pires, 2011: 895). Quando o valor do fundo de maneiio for negativo, isto indica que parte dos financiamentos de curto prazo estão a financiar ativos fixos, o que, por si só, é um fator de fraqueza da estrutura financeira, que acarreta riscos financeiros (Neves, 2015).

Existem casos em que, ainda assim, determinadas empresas, necessariamente o seu ciclo de exploração operacional, conseguem operar com fundo de maneiio negativo, considerando que apresentam simultaneamente necessidades de fundo de maneiio tanto ou mais negativas, refletindo-se na apresentação de tesouraria positiva, a título de exemplo, os hipermercados.

A principal preocupação do auditor ao analisar o fundo de maneiio é verificar a solvabilidade e tesouraria da empresa, pois se a empresa não tiver fundo de maneiio suficiente para cobrir os compromissos que vencem, entretanto, estará tecnicamente falida. A persistência desta situação conduzirá à insolvência da empresa. É importante que o auditor assegure o montante correto das necessidades de fundo de maneiio e quais as suas causas se existirem discrepâncias.

Silva (2016a: 27) “realça que a tesouraria líquida (diferença entre tesouraria ativa e a tesouraria passiva) traduz a situação de equilíbrio ou desequilíbrio financeiro, pelo que o seu valor deve aproximar-se do zero”. Para Borges e Rodrigues (2014: 292) “a tesouraria constitui o indicador de equilíbrio financeiro. Se o seu saldo se aproxima do zero significa que o fundo de maneiio está adequado às necessidades em fundo de maneiio “. Um valor negativo sistemático indicia que o fundo de maneiio é suficiente para cobrir as necessidades de fundo de maneiio, forçando a empresa a recorrer a financiamentos frequentes de tesouraria e a outros expedientes financeiros de curto prazo<sup>17</sup>, mostra Silva (2016a: 27).

---

<sup>17</sup> Por exemplo, o adiantamento do pagamento de faturas de fornecedores.

Por sua vez, um valor elevado indicia também um desequilíbrio financeiro porque poderá significar que a empresa mantém capitais ociosos, sem que contribuam para criação de valor (Silva, 2016a: 27).

Em suma, a nível financeiro não é recomendável considerar que, seja a tesouraria seja o fundo de maneiio, serão melhores quanto mais elevado o respetivo valor.

A análise de fundo de maneiio deve ser integrada alguns rácios de liquidez que possibilitam analisar o equilíbrio financeiro de curto prazo.

#### **5.3.4. Rácios de liquidez**

Os rácios de liquidez indicam a capacidade de a empresa cumprir com os seus compromissos de curto prazo. A liquidez é analisada e trabalhada todos os dias, na empresa ou em qualquer outra entidade, de modo a garantir que existe tesouraria adequada a todo o momento para pagar as dívidas que se vencem no dia a dia (Neves, 2015: 249). A liquidez permite concluir sobre a capacidade da empresa em solver as responsabilidades a curto prazo, isto é, com ativos relativamente líquidos (Silva, 2016b: 171).

Correia (2014) os rácios de liquidez fornecem informação sobre a capacidade de cumprimento das responsabilidades exigíveis a curto prazo da entidade, nomeadamente o pagamento das dividas a fornecedores, ao estado e a outros credores correntes, bem como a amortização de financiamento com maturidade inferior a 1 ano.

Uma entidade é solvente no curto prazo à medida que é capaz de cumprir com os pagamentos que derivam de seu ciclo de exploração. Havendo liquidez, há equilíbrio financeiro a curto prazo.

Neste cenário, analisaremos os rácios de liquidez geral e de liquidez reduzida.

**Liquidez geral** = (Ativo corrente/Passivo, corrente) x 100.

Este indicador determina a relação existente na estrutura patrimonial corrente entre investimentos e financiamentos. Representa o fundo de maneiio patrimonial (ativos correntes – débitos correntes), que não deve ser confundido com o fundo de maneiio funcional, do qual o cálculo e significado são profundamente diferentes (Silva, 2016b).

Quando a liquidez geral maior que 1, significa baixo risco para os credores da empresa, visto que a realização dos ativos correntes em liquidez é satisfatória para fazer face às dívidas a curto prazo. Representa o fundo de maneiio positivo, a liquidez geral igual a 1,5 é considerado normal, liquidez geral menor que 1, neste caso poderá refletir dificuldades de tesouraria, e estas dificuldade podem ser mitigado se a velocidade da rotação dos inventários e de outros ativos correntes possibilitarem fazer face aos prazos de exigibilidades das dívidas a curto prazo, tal situação corresponde ao fundo de maneiio negativo, e quando a liquidez geral for igual a 1, a empresa cumpre com a regra do equilíbrio financeiro mínimo, não obstante, o fundo de maneiio é nulo, cenário instável e que pode gerar dificuldades de tesouraria. Situação normal se a empresa receber a pronto e pagar a prazo.

Gomes e Pires (2011) afirmam que, no entanto, esta liquidez depende de vários fatores de caraterísticas dinâmicas e ou estáticas, como sejam:

1. capacidade de libertar meios através da sua atividade operacional; e
2. prazos de recebimentos e de pagamentos e capacidade de obtenção de novos financiamentos.

Silva (2016b: 171) advoga que “não se pode fixar um valor de referência válido para todas as empresas, embora haja quem convencione que o valor apurado deva, perfeitamente, ser superior a 1”.

Existem limitações a este indicador, e para Silva (2016b: 171) uma limitação visível deste indicador é que não faz distinção entre os diferentes tipos de ativos correntes e que são bastante heterogéneos entre si. Como exemplo, quando uma empresa pode estar a ficar com problemas de tesouraria e ter um forte rácio de liquidez geral.

Sendo assim, muitos analistas decidem escolher o rácio de liquidez reduzida, do qual o numerador somente engloba créditos e meios financeiros líquidos (caraterizado como ativo fácil de manejar). Este rácio admite dificuldades conjunturais e de falência.

**Liquidez reduzida** = (Ativo corrente – existências) / (Passivo corrente) x 100.

Ou

**Liquidez reduzida** = (Ativo corrente – existências- ativos biológicos –ativo não corrente detido para venda) /Venda / (Passivo corrente) x 100.

Este indicador indica o peso que os inventários, ativos biológicos e ativos não correntes detidos para venda têm no ativo corrente da empresa. Em relação a este indicador deve-se retirar ao ativo corrente os ativos aparentemente mais difíceis de converter em meios financeiros líquidos num curto espaço de tempo.

Liquidez reduzida igual a 1, quando é igual a 1 é considerada normal.

Silva (2016b: 172) refere que a interpretação deste rácio que deve ser cautelosa:

1. um valor igual a 1 tanto pode querer dizer que a empresa mostra dificuldades de pagamento atuais ou futuras como pode querer dizer que sabe gerir bem a tesouraria e evita a liquidez inútil e dispendiosa;
2. por isso, há que atender às características de cada empresa e à sua política de recebimentos e pagamentos.

Brealey *et al.* (2013: 666) argumentam que “os índices de liquidez também têm algumas características menos desejáveis. Como os ativos e passivos de curto prazo são facilmente alterados, as medidas de liquidez podem se tornar rapidamente ultrapassadas”.

Para Correia (2014) na análise dos rácios de liquidez, é preciso ter em conta o ciclo de exploração da empresa (natureza/sazonalidade) e os prazos médios de recebimentos e pagamento comuns no setor.

À semelhança de outros indicadores, os rácios de liquidez não devem ser utilizados individualmente para caracterizar a situação financeira da empresa a curto prazo, e tal como todos os indicadores que têm por base o balanço, têm natureza estática, traduzindo a situação da empresa num determinado momento. Assim sendo, confirma-se a relevância da análise da evolução temporal dos rácios e da comparação setorial e concorrencial.

Existem também outros tipos de rácios, apesar de não serem analisados neste estudo é importante frisar para que nos futuros estudos possam ser analisados, são os rácios de não conformidade, defeitos e má qualidade, número de devoluções, número de reclamações, número de cancelamentos de encomendas, número de encomendas não satisfeitas.

No que concerne a estes rácios, o auditor deve fazer uma reflexão acerca dos mesmos e emanar recomendações, deve comparar com outras empresas do setor e também analisar a evolução da empresa face os anos anteriores e tentar perceber que motivos causaram tais desvios, uma vez que estes rácios fornecem informações preciosas sobre o

futuro imediato da empresa e da sua relação com o mercado dos consumidores. Um consumidor insatisfeito se tiver a possibilidade muda de fornecedor, daí o risco ser maior e é necessário avaliar corretamente e atuar proactivamente, sendo necessário o auditor, chamar a atenção, confrontar a gestão e estando bem documentado propor as medidas para corrigir a situação, evitando o pior para a empresa.

Por outro lado, os rácios de funcionamento, tais como, tempo médio de receção de mercadorias, tempo médio de entregas, níveis de satisfação das encomendas, tempo médio de paragem, devido a falta de matérias primas, nível correto de *stocks* de mercadorias ou inventários, medição do grau de dependência da empresa face a fornecedores, análise ao peso da estrutura de custos fixos e variáveis, equiparação tecnológica entre empresas do mesmo setor, análise do financiamento do ciclo de investimento, o auditor deve recolher informações junto dos fornecedores de equipamentos de ativos fixos tangíveis, normalmente dizem sempre a quem venderam máquinas nos últimos tempos, mas do que isso saber se os *cash flows* libertos pelo investimento em ativo fixo tangível corresponde aos pagamentos dos financiamentos obtidos, ou seja o auditor vai procurar saber se o equilíbrio financeiro da empresa é obtido pela previsão e ajuste correto entre o prazo de exploração e financiamento do investimento, com o período de vida útil do equipamento e o período de manutenção do contrato de financiamento. O período de vida útil do ativo fixo tangível deve estar ajustado ao prazo de financiamento, por isso é importante o inquérito ao tempo médio do ativo fixo tangível para depois percebermos se os prazos dos financiamentos estão ajustados.

Em suma, podemos construir qualquer tipo de rácio, desde selecionados ponderadamente, com significado e não redundantes, não sejam precisos vários rácios para suportar uma análise económico-financeira. É mais aconselhável selecionar um número não muito vasto de rácios, com suficiente conteúdo informativo, capazes de uma análise satisfatória ou correta, depois de verificados com tento as possíveis causas de enviesamento, por exemplo, a fiabilidade das demonstrações financeiras, as políticas de depreciação e correlação entre os dados entre outros.

A análise dos rácios pode ser estática, no momento em que compara rácios de uma empresa com os rácios de outra empresa, ou quando compara com a média do setor, ou dinâmica, sempre que considera a condição tempo e analisa a evolução dos rácios de uma empresa no decorrer de vários períodos.



Os rácios quando analisados individualmente não têm grande significado, devem ser analisados em conjunto. Todos os rácios são importantes, porém o auditor deve eleger o ROI porque mede basicamente o retorno do capital investido numa empresa e facilmente podemos comparar com investimentos e investir numa empresa, para investidores racionais, querem saber quanto é o retorno que têm por investir numa empresa, quando podem investir em outros ativos. Este indicador incorpora uma análise de mercado de capitais, e hoje todos os investimentos são analisados à luz do princípio da teoria da carteira de ativos e sintetiza todos os outros.

Os rácios são importantes instrumentos apropriados à avaliação da *performance* das empresas e ajudam de forma favorável na definição de uma política de gestão e na deteção de problemas operacionais inerentes ao bom funcionamento da empresa. Existe na literatura vários autores que constatarem as limitações do uso do método dos rácios. Assim, recorreremos as limitações sublinhadas por Borges e Rodrigues (2014: 321) que serão descritas mais abaixo, assim sendo, as principais limitações dos rácios são as seguintes:

- permitem a quantificação de factos, mas não a sua explicação;
- necessidade de informação complementar;
- um rácio não pode ser analisado isoladamente, exige a comparação com outros rácios de outros períodos ou empresas/setor;
- não reflete as variações nas componentes do rácio;
- dois valores idênticos podem traduzir realidades bastante diferentes.

Todas estas limitações devem ser levadas em consideração, pois ajudam a refletir de maneira a melhorar os procedimentos e processos de auditoria. Logo a auditoria tornou-se um sistema de informação e conhecimento dinâmico que se regenera e se renova, com críticas, eventos, e contributos de cada um dos participantes.

O enquadramento concetual apresentado constata que a realidade empresarial portuguesa nesta década é composta cada vez mais por microempresas, que as necessidades de informação credível por parte de *shareolders* são cada vez maiores, que a própria gestão deve perceber o conceito de “investimento seguro” em lutar pela credibilidade da informação da entidade. Que o escrutínio público exige melhores regras de transparência e ética, vivemos numa sociedade de informação, onde googlar (verbo de

pesquisa de informação) caso essa informação não exista ou a que exista não seja credível, estaremos sem dúvida a perder o negócio.

## **Parte II. Metodologia**

### **1.1. Quanto à natureza da investigação**

A investigação científica é um processo sistemático de recolha de dados observáveis e verificáveis e tem em vista descrever, explicar, prever ou controlar fenómenos ou factos (Fortin, 2009 *apud* Seaman, 1987) o que permite ao investigador, a partir do conhecimento existente, descrever a natureza e as características dos acontecimentos e por vezes determinar algumas associações entre eles.

De acordo com Coutinho (2014 *apud* Charles, 1998; Wiersma, 1995) a investigação, segundo a finalidade, é pura ou básica quando se pretende obter novos conhecimentos, e ampliar a teoria. Considera-se investigação aplicada, quando se pretende a resolução de problemas práticos, sem preocupações de generalização e construção de teorias.

A nossa investigação quanto à sua natureza é uma investigação aplicada. A investigação aplicada tem como característica fundamental a aplicação, utilização e consequências práticas do conhecimento. A sua principal preocupação reside na aplicação imediata do conhecimento, num determinado contexto (Gil, 2008).

### **1.2. Quanto aos objetivos**

As investigações podem ser do tipo exploratória, descritiva e explicativa. A nossa investigação é do tipo descritiva, isto é, procuramos descrever as características de uma amostra portuguesa de sociedades por quotas, estabelecendo relações entre as variáveis analisadas (Gil, 2008).

A investigação descritiva procura estudar as características de um grupo, com o objetivo de levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população. Visam fundamentalmente estudar a existência de associações entre variáveis, como por exemplo, as pesquisas eleitorais que indicam a relação entre preferência político-partidária e o nível de escolaridade. No nosso estudo pretendemos testar a existência de associações entre as variáveis económicas e financeiras (Gil, 2008).

Fortin (2009) refere que a maior parte dos estudos descritivos limita-se a caracterizar o fenómeno pelo qual alguém se interessa. Na maioria dos casos, o estudo descritivo satisfaz pelo menos dois princípios:

1. A descrição de um conceito relativo a uma população (estudo descritivo simples, estudo de caso de tipo descritivo) e,
2. A descrição das características de uma população no seu conjunto (inquérito).

Os desenhos descritivos podem variar em complexidade, indo do estudo de um conceito ao estudo de vários conceitos. O objetivo do estudo descritivo consiste em determinar os fatores determinantes ou conceitos que, eventualmente, possam estar associados ao fenómeno em estudo. São procuradas relações entre os conceitos a fim de obter um perfil geral do fenómeno, mas o exame dos tipos e dos graus de relações não é o objetivo deste nível de investigação. Os estudos descritivos cuja finalidade é a descoberta de relações antecedem os estudos de associação que visam a exploração e a explicação de relações entre os fenómenos (Fortin, 2009).

### **1.3. Quanto à lógica**

Quanto à sua abordagem (lógica) é uma investigação dedutiva. O método dedutivo, de acordo com a aceção clássica, é o método que parte do geral e, a seguir, desce ao particular. Parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica. É o método proposto pelos racionalistas (Descartes, Spinoza, Leibniz), segundo os quais só a razão é capaz de levar ao conhecimento verdadeiro, que decorre de princípios à *priori* evidentes e irrecusáveis. O raciocínio dedutivo é o silogismo, que consiste numa construção lógica que, a partir de premissas, retira uma conclusão (Gil, 2008).

Esta investigação parte dos conceitos, normas e da legislação relacionada com o tema em questão, designadamente o Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de Setembro e Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro, atualmente revogado pela Lei n.º 140/2015 de 7 de Setembro, a partir dos quais extraímos as particularidades exigidas às PME por quotas portuguesas após a certificação das contas. Tendo em conta o carácter específico do

problema em análise e os objetivos enunciados, formulámos as seguintes hipóteses de investigação:

- H1. Existem diferenças significativas entre os desempenhos económicos e financeiros das sociedades por quotas Portuguesas após a certificação legal das contas.
- H2. Não existem diferenças significativas entre os desempenhos económicos e financeiros das sociedades por quotas Portuguesas após a certificação legal das contas.

#### **1.4. Quanto ao procedimento**

O procedimento é o conjunto das etapas concretas de investigação. Refere-se aos passos técnicos a serem utilizados, proporcionando ao investigador os meios adequados para garantir a objetividade e a precisão. O procedimento sistematizado é aquele por meio do qual novos conhecimentos são obtidos com recurso a fontes primárias. Neste sentido, a investigação não se resume a confirmar ou a reorganizar dados já conhecidos, mas antes procura e exige verificação. Enfatiza os princípios gerais, transcende as situações particulares e utiliza procedimentos de amostragem, para inferir a totalidade da população (Marconi e Lakatos, 2007).

De acordo Coutinho (2014) população é o conjunto de pessoas ou elementos a quem se pretende generalizar os resultados e quem partilham uma característica comum. População acessível ou disponível é a parte da população da qual se selecionará a amostra. A amostra é um conjunto de sujeitos (pessoas, documentos, etc.) de quem se recolherá os dados e deve ter as mesmas características das da população de onde foi extraída (Coutinho, 2014).

##### **1.4.1. Amostras do estudo**

No nosso estudo trabalhamos com duas amostras emparelhadas das sociedades por quotas portuguesas que cumprem com as condições previstas no n.º 2 art.º 262º do CSC que refere o seguinte:

1. Total do balanço: 1500 000 euros;
2. Total das vendas líquidas e outros proveitos: 3 000 000 euros;

### 3. Número de trabalhadores empregados em média durante o exercício: 50.

As amostras emparelhadas são construídas utilizando os mesmos sujeitos, tendo como base algum critério unificador dos elementos da amostra (por exemplo, amostras em que a mesma variável é medida antes e depois de determinado tratamento nos mesmos sujeitos).

Neste tipo de amostras, os sujeitos que constituem as amostras estão propositadamente relacionados. Podem mesmo ser os mesmos indivíduos (por exemplo, em estudos longitudinais ou de medições repetidas) ou indivíduos com características emparelhadas (nos estudos em blocos estatísticos). Quando se trata de amostras emparelhadas as fontes de variabilidade externa ao tratamento são reduzidos por utilizarmos os mesmos indivíduos, a título de exemplo, antes e depois do tratamento. Assim sendo, as variações observadas são, com maior confiança, atribuíveis ao tratamento, indica Marôco (2014).

Deve-se usar este tipo de amostras quando à partida o investigador tem conhecimento que existem outros fatores ou fontes de variabilidade que não possuem nenhuma ligação com os fatores em estudo, mas que podem interferir com os seus efeitos. Visto que existem duas amostras, que incidem sobre as mesmas 40 empresas, com o registo das mesmas variáveis antes e após a certificação legal das contas, define-se como sendo amostras emparelhadas.

Para a obtenção das 40 empresas, foi feita uma pesquisa na base de dados SABI, a qual contém informação empresarial sobre as entidades portuguesas e espanholas. Foi selecionado um total de 42 empresas, sendo que duas delas foram excluídas por falta de informação de valores nas rubricas necessárias ao cálculo dos indicadores económicos e financeiros. Foi feito antes um rasteio nas 300 primeiras empresas da base de dados e destas empresas. Através do número de contribuinte e com o auxílio do portal da justiça foi possível saber o ano do corte, ou seja, o ano em que as empresas tiveram a certificação legal das contas. Obtiveram-se 42 empresas, das quais não tinham certificação legal das contas nos anos de 2003 a 2005 e passaram a ter certificação legal das contas no ano de 2006 a 2008. Após a eliminação das duas empresas, obtivemos 40 empresas, que irão ser analisadas quanto ao desempenho económico e financeiro antes e após a certificação legal das contas.

Desta forma, temos duas amostras emparelhadas em estudo:

1. Amostra 1: 40 empresas antes da certificação legal das contas, ano de 2003 a 2005;
2. Amostra 2: 40 empresas após a certificação legal das contas, ano de 2006 a 2008.

Sendo que o ano de 2006 foi o ano de corte, isto é, o período em que as empresas em análise nomearam um revisor oficial de contas para certificação legal das contas. Assim sendo, analisou-se o desempenho económico e financeiro antes da certificação legal das contas (2003-2005) e após a certificação legal das contas (2006-2008).

Para a análise dos dados recorremos ao programa estatístico SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) versão n.º 23. Recorremos a estatísticas descritivas, tais como as medidas de tendência central e de dispersão. Os dados em análise também são ordinais, por isso recorreu-se às frequências, à amplitude de variação e aos valores da mediana, e ao desvio-padrão, e as médias e medianas foram as medidas analíticas privilegiadas por serem dados métricos.

Fortin (2009: 202) refere que “qualquer trabalho de amostragem requer uma definição precisa da população a estudar e, portanto, dos elementos que a compõem”. Após o processo de amostragem foi possível definir as variáveis em estudo. As variáveis em estudo são quantitativas e contínuas, variáveis cuja escala de medida permite a ordenação e quantificação de diferenças entre elas, e estas variáveis podem ser medidas numa escala intercalar e escala de medida de razão. As variáveis quantitativas são mensuráveis e podem assumir qualquer valor num determinado intervalo de números reais.

As variáveis podem ser compostas por categorias, opções de respostas possíveis dos atributos (aquilo que se pretende estudar), neste caso estas respostas são dadas através de indicadores económicos e financeiros, que seguidamente serão apresentados. O desempenho das sociedades por quotas portuguesas foi calculado recorrendo aos indicadores económicos e financeiros.

As hipóteses de investigação foram verificadas através de testes estatísticos, que avaliam a associação das variáveis em estudo (rácios económicos e financeiros) num período de seis anos, ou seja, três anos antes (2003-2005) e três anos após (2006-2008).

### **1.4.2. Caraterização das empresas**

No anexo apresentamos um Quadro, Quadro 5, na qual subdividimos as empresas pelos setores de atividade a que se referem.

O setor terciário está representado em 26 empresas e o setor secundário está representado com 14 empresas. No Quadro 6 apresentamos as 40 empresas por concelhos.

No Quadro 6, em anexo, o concelho com maior número de empresas é de Lisboa com 9 empresas. As restantes empresas encontram-se distribuídas pelos restantes concelhos. Porto tem 5 empresas, Amadora, Carnaxide, Mem Martins, Ovar, Queluz de baixo, têm 2 empresas cada, e por último com uma empresa por concelho, Aldeia de Juízo, Areal, Avanca, Baçal, Coimbra, Évora, Maia, Miraflores, Paço de Arcos, Ponte do Rol, Praia da Vitória, São João Madeira, Santiago do Bougado, Vale da Estrela, Vila Cortês do Mondego, Vila Nova de Gaia.

### **1.5. Desenho de investigação**

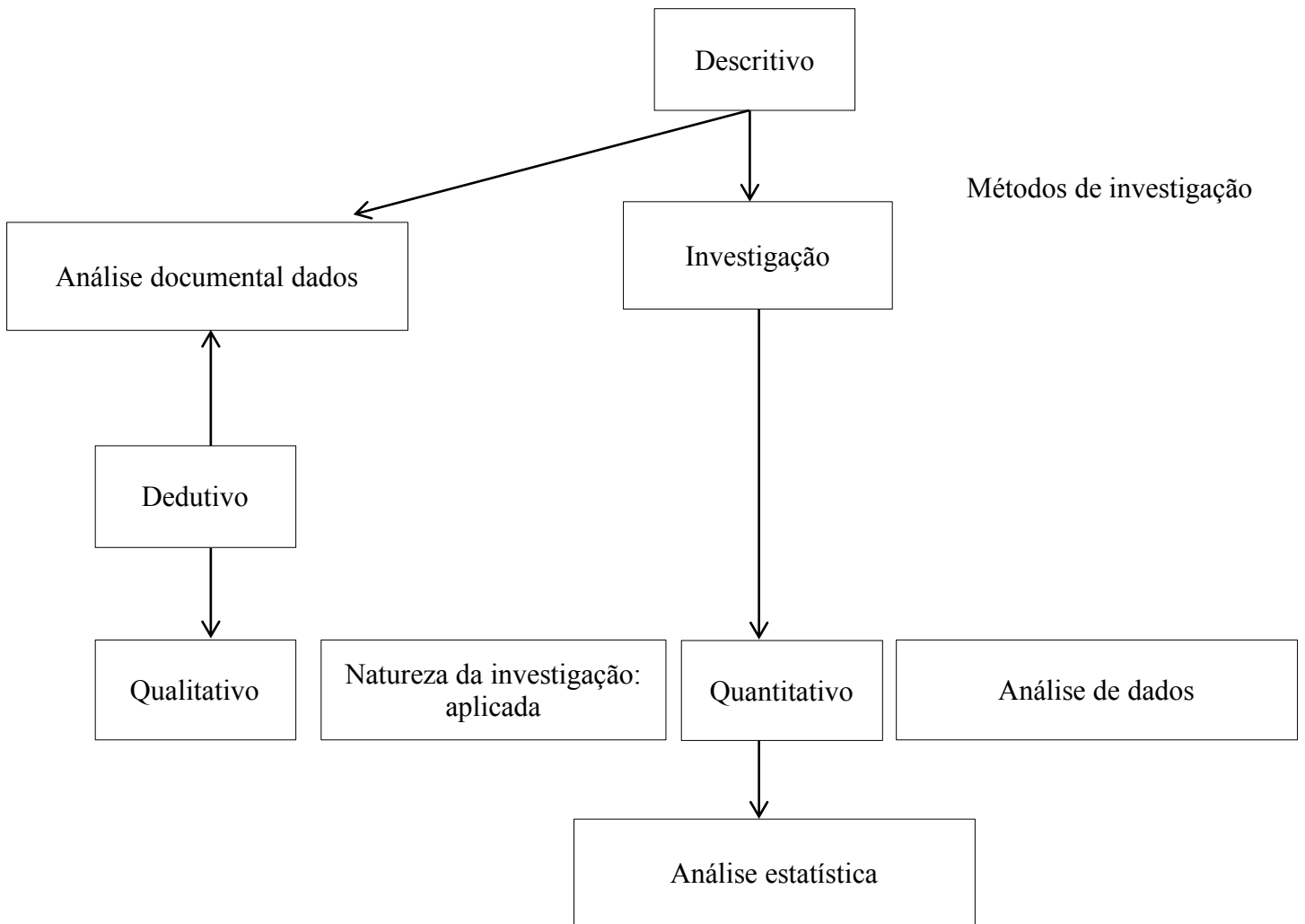
O desenho de investigação é um plano lógico, criado pelo investigador, com vista a obter respostas válidas às questões ou às hipóteses formuladas. Trata-se de informação que confere uma imagem clara do fenómeno a observar. Para além de responder às questões de investigação, o desenho controla as potências fontes de enviesamento, que podem influenciar os resultados do estudo (Fortin, 2009).

Elaborando cuidadosamente o seu projeto de investigação, o investigador pode eliminar ou, pelo menos, reduzir as fontes de erro de maneira que só explicação razoável emerja dos resultados obtidos. No fundo, o desenho de investigação permite ao observador analisar os dados, para assegurar um controlo sobre as variáveis em estudo (Fortin, 2009).

O desenho permite isolar as variáveis importantes das outras variáveis e medi-las com precisão a fim de assegurar a credibilidade dos dados.



## Tipo de investigação





### **Parte III – Análise e discussão dos resultados**

Neste ponto são apresentadas as estatísticas descritivas bem como as correlações entre as variáveis em estudo. O presente trabalho consiste em analisar os indicadores económico e financeiros de 40 empresas para seis anos (2003-2008), de forma a responder aos objetivos definidos. Esta análise será feita através da utilização de testes não paramétricos de Wilcoxon para amostras emparelhadas para determinar a validade de uma das hipóteses anteriormente citada.

A distribuição das variáveis analisadas não é normal, ou seja, verificou-se que 13 variáveis não seguem a distribuição normal e 3 variáveis seguem a distribuição normal (por exemplo, o Endividamento, o *ROI* e a Autonomia Financeira), pelo que optámos por realizar testes não paramétricos de Wilcoxon para amostras emparelhadas para a comparação das médias.

Os testes não paramétricos são testes de hipóteses que não precisam de pressupostos para a distribuição dos dados. Para Marôco (2014) os testes paramétricos são geralmente considerados como alternativa aos testes paramétricos quando as condições de aplicação destes, nomeadamente a normalidade da variável sob estudo e a homogeneidade de variâncias entre os grupos, não se verificam.

De acordo com os autores consultados (Coutinho, 2014 *apud* Gibbons, 1993: 63), devemos recorrer a procedimentos não paramétricos sempre que seja verdadeiro um dos itens e passamos a referir:

1. Os dados são contagens ou frequências de diferentes tipos de resultado (variável dependente);
2. A escala de medida da variável é nominal;
3. A escala de medida da variável é ordinal;
4. Os pressupostos requeridos para validade do corresponde teste paramétrico não são totalmente cumpridos;
5. A forma da distribuição da população de onde provém a amostra é desconhecida;
6. A amostra é pequena;
7. As medições são imprecisas;

8. Existem valores estranhos e/ou extremos nos dados que nos levam a considerar a mediana mais representativa do que a média.

Os testes não paramétricos apresentam algumas vantagens e desvantagens, pelo que passamos a descreve-las:

As vantagens dos testes não paramétricos são:

1. Se a dimensão da amostra é muito pequena, pode não haver alternativa senão o recurso a testes não paramétricos, a não ser que a distribuição exata da população seja conhecida;
2. Os testes não paramétricos requerem usualmente poucos pressupostos acerca dos dados e podem ser mais relevantes para uma determinada situação prática;
3. Estão disponíveis testes paramétricos para analisar dados medidos apenas numa escala ordinal. Para este tipo de dados os testes paramétricos não se podem aplicar;
4. Existem testes não paramétricos para dados categorizados, ou seja, que são medidos numa escala nominal. Nenhuma técnica paramétrica se aplica a tais dados.
5. Existem testes não paramétricos adequados para amostras provenientes de diversas populações.

As desvantagens dos testes não paramétricos são:

1. Se todos os pressupostos de um modelo estatístico paramétrico forem satisfeitos e as hipóteses de interesse puderem ser testadas usando testes paramétricos, estes gozarão de preferência sobre testes não paramétricos por serem mais potentes.
2. Ao contrário dos testes paramétricos que têm sido sistematizados de tal modo que testes diferentes são simplesmente uma variação de um tema central, os testes não paramétricos são alicerçados em propriedades empíricas.

O teste não paramétrico a usar para testar a hipótese de investigação será o teste de Wilcoxon, este teste é equivalente ao teste *t-Student*. Para Marôco (2014) a aplicação mais conhecida do teste de Wilcoxon é, porém, a comparação de duas medianas populacionais a partir de amostras emparelhadas. Este teste pode também ser utilizado como alternativa ao teste *t-Student* para amostras emparelhadas quando o pressuposto de distribuição normal da variável nas duas medições não se verifica e ou não é possível (caso de amostras pequenas) ou desejável (caso de distribuições muito enviesadas ou

platicúrticas) defender a robustez dos métodos paramétricos quando este pressuposto não é válido.

O teste de Wilcoxon permite formular hipóteses sobre a distribuição  $F(X)$  da variável  $X$  em duas populações genéricas 1 e 2 de onde foram extraídas amostras aleatórias emparelhadas. As hipóteses estatísticas podem escrever-se como:

$H_0: F(X_1) = F(X_2)$  vs.  $H_1: F(X_1) \neq F(X_2)$  para um teste bilateral;

$H_0: F(X_1) \leq F(X_2)$  vs.  $H_1: F(X_1) > F(X_2)$  para um teste unilateral à direita; e

$H_0: F(X_1) \geq F(X_2)$  vs.  $H_1: F(X_1) < F(X_2)$  para um teste unilateral à esquerda.

Onde  $F$  representa a mediana da população.

Nas secções seguintes são apresentadas as estatísticas descritivas bem como as correlações entre as variáveis em estudo. No final discriminam-se os resultados do teste de Wilcoxon.

### **3.1. Estatísticas Descritivas**

As estatísticas descritivas apresentadas são: número de casos, média, mediana, desvio-padrão e sig do teste de normalidade Shapiro-Wilk, as associações entre as variáveis como se pode ver nos quadros em anexos (quadros 7 e 8).

Nos anos de (2003-2005), o indicador com maior mediana é o fundo de maneio, com 6298,83, isto significa que a observação central/intermédia deste indicador das 40 empresas apresenta o valor 6298,83. O custo de capital alheio é o indicador com menor valor de mediana, 0,0290. Em relação a média, o fundo de maneio é o indicador com maior valor 12986,3 e o custo do capital alheio é o indicador com menor valor 0,0379.

Para os anos (2006-2008) o fundo de maneio continua com a maior mediana, cujo valor é 8741,17 e com a maior média com o valor de 18015,8. A rendibilidade das vendas apresenta menor mediana com o valor de 0,0340 e igualmente para a média a rendibilidade das vendas é o indicador com menor valor 0,0424.

Em geral, constata-se que, em média, houve evolução positiva dos indicadores, uma vez que os mesmos se encontram com valores mais elevados nos anos (2006-2008) em relação os anos (2003-2005), como se pode observar no quadro 4, em anexo.

### 3.2. Intercorrelações

Nesta secção apresentam-se, as correlações entre as variáveis em estudo. A correlação é uma medida de qualidade da aproximação da relação entre duas variáveis medida por uma reta, ou seja, a correlação mede a força da associação linear entre as variáveis.

O coeficiente de correlação de Spearman é uma medida de associação não paramétrica entre duas variáveis pelo menos ordinais. O coeficiente de correlação de Spearman permite a avaliação da força e direção dessa associação, varia entre +1 e -1.

De seguida passamos a descrever as correlações e consideramos aquelas em que é maior ou igual ( $r \geq 0.50$ ), visto que nem todas as correlações traduzem informações que acrescem valor, ou seja, traduzem informação relevante ao modelo (ver Quadros 7 e 8).

De acordo com o (Quadro 7, em anexo) verificou-se que as correlações entre as diferentes medidas indicam que o MIP tem uma correlação negativa significativa com MCPCP ( $r = -0.66$ ,  $p < 0.001$ ), e que tem uma correlação negativa significativa com MFM ( $r = -0.68$ ,  $p < 0.001$ ), que tem uma correlação negativa significativa com MLG ( $r = -0.66$ ,  $p < 0.001$ ), que tem uma correlação negativa significativa com MLR ( $r = -0.60$ ,  $p < 0.001$ ), que tem uma correlação negativa significativa com ME ( $r = -0.63$ ,  $p < 0.001$ ), que tem uma correlação negativa significativa com MIP ( $r = -0.66$ ,  $p < 0.001$ ), que tem uma correlação positiva significativa com MS ( $r = 0.66$ ,  $p < 0.001$ );

As correlações entre as diferentes medidas indicam que o MS tem uma correlação negativa significativa com ME ( $r = -.99$ ,  $p < 0.001$ ), e que tem uma correlação positiva significativa com MCPCP ( $r = .66$ ,  $p < 0.001$ ), que tem uma correlação positiva significativa com MAF ( $r = .99$ ,  $p < 0.001$ ), que tem uma correlação positiva significativa com MROI ( $r = .62$ ,  $p < 0.001$ ), que tem uma correlação positiva significativa com MR ( $r = .69$ ,  $p < 0.001$ ), que tem uma correlação positiva significativa com MFM ( $r = .57$ ,  $p < 0.001$ ), que tem uma correlação positiva significativa com MLG ( $r = .66$ ,  $p < 0.001$ ), que tem uma correlação positiva significativa com MLR ( $r = .78$ ,  $p < 0.001$ ), que tem uma correlação negativa significativa com MRCP ( $r = -.74$ ,  $p < 0.001$ );

As correlações entre as diferentes medidas indicam que o MAF tem uma correlação negativa significativa com ME ( $r = -1.000$ ,  $p < 0.001$ ), e que tem uma correlação positiva significativa com MCPCP ( $r = .63$ ,  $p < 0.001$ ), que tem uma correlação positiva significativa com MS ( $r = .99$ ,  $p < 0.001$ ), que tem uma correlação positiva significativa com

MROI ( $r=.65$ ,  $p<0.001$ ), que tem uma correlação positiva significativa com MR ( $r=.68$ ,  $p<0.001$ ), que tem uma correlação positiva significativa com MFM ( $r=.55$ ,  $p<0.001$ ), que tem uma correlação positiva significativa com MLG ( $r=.63$ ,  $p<0.001$ ), que tem uma correlação positiva significativa com MLR ( $r=.76$ ,  $p<0.001$ ), que tem uma correlação negativa significativa com MRCP ( $r=-.71$ ,  $p<0.001$ );

As correlações entre as diferentes medidas indicam que o M Rendibilidade tem uma correlação positiva significativa com MROI ( $r=.74$ ,  $p<0.001$ ), e que tem uma correlação positiva significativa com MR ( $r=.61$ ,  $p<0.001$ );

As correlações entre as diferentes medidas indicam que o MROI tem uma correlação negativa significativa com ME ( $r=-.65$ ,  $p<0.001$ ), e que tem uma correlação positiva significativa com MS ( $r=.62$ ,  $p<0.001$ ), que tem uma correlação positiva significativa com MAF ( $r=.65$ ,  $p<0.001$ ). que tem uma correlação positiva significativa com M Rendibilidade CP ( $r=.74$ ,  $p<0.001$ ), que tem uma correlação positiva significativa com MR ( $r=.89$ ,  $p<0.001$ ), que tem uma correlação positiva significativa com MLR ( $r=.51$ ,  $p<0.001$ );

As correlações entre as diferentes medidas indicam que o MR tem uma correlação negativa significativa com ME ( $r=-.68$ ,  $p<0.001$ ), e que tem uma correlação positiva significativa com MS ( $r=.69$ ,  $p<0.001$ ), que tem uma correlação positiva significativa com MAF ( $r=.68$ ,  $p<0.001$ ), que tem uma correlação positiva significativa com M Rendibilidade CP ( $r=.61$ ,  $p<0.001$ ), que tem uma correlação positiva significativa com MROI ( $r=.89$ ,  $p<0.001$ ), que tem uma correlação positiva significativa com MLR ( $r=.62$ ,  $p<0.001$ ), que tem uma correlação positiva significativa com MRCP ( $r=.75$ ,  $p<0.001$ ), que tem uma correlação negativa significativa com MRCP ( $r=-.51$ ,  $p<0.001$ );

As correlações entre as diferentes medidas indicam que o MLG tem uma correlação negativa significativa com ME ( $r=-.63$ ,  $p<0.001$ ), e que tem uma correlação negativa significativa com MIP ( $r=-.66$ ,  $p<0.001$ ), que tem uma correlação positiva significativa com MCPCP ( $r=1.00$ ,  $p<0.001$ ), que tem uma correlação positiva significativa com MS ( $r=.66$ ,  $p<0.001$ ), que tem uma correlação positiva significativa com MAF ( $r=.63$ ,  $p<0.001$ ), que tem uma correlação positiva significativa com MFM ( $r=.87$ ,  $p<0.001$ ), que tem uma correlação positiva significativa com MLR ( $r=.82$ ,  $p<0.001$ ), que tem uma correlação negativa significativa com MRCP ( $r=-.61$ ,  $p<0.001$ );

As correlações entre as diferentes medidas indicam que o MLR tem uma correlação negativa significativa com ME ( $r=-.76$ ,  $p<0.001$ ), e que tem uma correlação negativa significativa com MIP ( $r=-.60$ ,  $p<0.001$ ), que tem uma correlação positiva significativa com MCPCP ( $r=.82$ ,  $p<0.001$ ), que tem uma correlação positiva significativa com MS ( $r=.78$ ,  $p<0.001$ ), que tem uma correlação positiva significativa com MAF ( $r=.76$ ,  $p<0.001$ ), que tem uma correlação positiva significativa com MROI ( $r=.51$ ,  $p<0.001$ ), que tem uma correlação positiva significativa com MR ( $r=.62$ ,  $p<0.001$ ), que tem uma correlação positiva significativa com MFM ( $r=.73$ ,  $p<0.001$ ), que tem uma correlação positiva significativa com MLG ( $r=.82$ ,  $p<0.001$ ), que tem uma correlação negativa significativa com MRCP ( $r=-.55$ ,  $p<0.001$ ).

De igual modo, analisou-se o (Quadro 8, em anexo) e constatou-se que as correlações entre as diferentes medidas indicam que o MIP tem uma correlação positiva significativa com ME ( $r= 0.66$ ,  $p<0.001$ ), e que tem uma correlação negativa significativa com MCPCP ( $r=-0.72$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação negativa significativa com MS ( $r=-0.66$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação negativa significativa com MAF ( $r=- 0.66$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação negativa significativa com MFM ( $r= -0.63$ ,  $p<0.001$ ), que tem uma correlação negativa significativa com MLG ( $r= -0.72$ ,  $p<0.001$ ), que tem uma correlação negativa significativa com MLR ( $r= -0.69$ ,  $p<0.001$ );

As correlações entre as diferentes medidas indicam que o MS tem uma correlação negativa significativa com ME ( $r=-.91$ ,  $p<0.001$ ), e que tem uma correlação negativa significativa com MIP ( $r=-.66$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação positiva significativa com MCPCP ( $r=.71$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação positiva significativa com MAF ( $r=.91$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação positiva significativa com MROI ( $r=.60$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação positiva significativa com MR ( $r=.57$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação negativa significativa com MRA ( $r=-.73$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação negativa significativa com MRC ( $r=-.73$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação positiva significativa com MFM ( $r=.63$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação positiva significativa com MLG ( $r=.71$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação positiva significativa com MLR ( $r=.79$ ,  $p<0.001$ );

As correlações entre as diferentes medidas indicam que o MAF tem uma correlação negativa significativa com ME ( $r=-1.00$ ,  $p<0.001$ ), e que tem uma correlação negativa significativa com MIP ( $r=-.66$ ,  $p<0.005$ ), tem uma correlação positiva significativa com MCPCP ( $r=.71$ ,  $p<0.005$ ), tem uma correlação positiva significativa com



MS ( $r=.91$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação positiva significativa com MROI ( $r=.51$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação positiva significativa com MR ( $r=.57$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação negativa significativa com MRA ( $r=-.73$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação negativa significativa com MRC ( $r=-.73$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação positiva significativa com MFM ( $r=.63$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação positiva significativa com MLG ( $r=.71$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação positiva significativa com MLR ( $r=.78$ ,  $p<0.001$ );

As correlações entre as diferentes medidas indicam que o MRCP tem uma correlação positiva significativa com MROI ( $r=.61$ ,  $p<0.001$ ), e que tem uma correlação positiva significativa com MR ( $r=.52$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação positiva significativa com MRA ( $r=.54$ ,  $p<0.001$ );

As correlações entre as diferentes medidas indicam que o MROI tem uma correlação negativa significativa com ME ( $r=-.51$ ,  $p<0.001$ ), e tem uma correlação positiva significativa com MS ( $r=.60$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação positiva significativa com MAF ( $r=.51$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação positiva significativa com MR ( $r=.89$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação positiva significativa com MLR ( $r=.59$ ,  $p<0.001$ );

As correlações entre as diferentes medidas indicam que o MR tem uma correlação negativa significativa com ME ( $r=-.57$ ,  $p<0.001$ ), e que tem uma correlação positiva significativa com MS ( $r=.57$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação positiva significativa com MAF ( $r=.57$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação positiva significativa com M Rendibilidade CP ( $r=.54$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação positiva significativa com MROI ( $r=.89$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação positiva significativa com MLR ( $r=.54$ ,  $p<0.001$ );

As correlações entre as diferentes medidas indicam que o MRA tem uma correlação positiva significativa com ME ( $r=.73$ ,  $p<0.001$ ), e que tem uma correlação negativa significativa com MCPCP ( $r=-.61$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação negativa significativa com MS ( $r=-.73$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação negativa significativa com MAF ( $r=-.73$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação positiva significativa com MRC ( $r=1.00$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação negativa significativa com MLG ( $r=-.61$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação negativa significativa com MLR ( $r=-.56$ ,  $p<0.001$ );

As correlações entre as diferentes medidas indicam que o MLG tem uma correlação negativa significativa com ME ( $r=-.71$ ,  $p<0.001$ ), e que tem uma correlação negativa significativa com MIP ( $r=-.72$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação positiva

significativa com MCPCP ( $r=1.00$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação positiva significativa com MS ( $r=.71$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação positiva significativa com MAF ( $r=.71$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação negativa significativa com MRA ( $r=-.61$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação negativa significativa com MRC ( $r=-.61$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação positiva significativa com MFM ( $r=.89$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação positiva significativa com MLR ( $r=.84$ ,  $p<0.001$ );

As correlações entre as diferentes medidas indicam que o MLR tem uma correlação negativa significativa com ME ( $r=-.78$ ,  $p<0.001$ ), e que tem uma correlação negativa significativa com MIP ( $r=-.69$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação positiva significativa com MCPCP ( $r=.84$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação positiva significativa com MS ( $r=.79$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação positiva significativa com MAF ( $r=.78$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação positiva significativa com MROI ( $r=.59$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação positiva significativa com MR ( $r=.54$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação negativa significativa com MRA ( $r=-.56$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação negativa significativa com MRC ( $r=-.56$ ,  $p<0.001$ ), tem uma correlação positiva significativa com MFM ( $r=.74$ ,  $p<0.001$ ), que tem uma correlação positiva significativa com MLG ( $r=.84$ ,  $p<0.001$ ).

### **3.3. Teste das hipóteses (Teste de Wilcoxon)**

Pretende-se com este estudo avaliar se existem diferenças nos indicadores económicos e financeiros das empresas entre os anos de (2003-2008), com a obrigatoriedade legal de revisão de contas.

Os indicadores em estudo são variáveis quantitativas e contínuas, sendo números e podem assumir qualquer valor dentro de um intervalo de valores reais. Quer dizer que sendo as variáveis quantitativas contínuas e cuja distribuição não é normal, justifica-se a utilização do teste de Wilcoxon para amostras emparelhadas para determinar se existe diferenças nas empresas após a certificação das contas (ver quadro 9 e seguintes, em anexo).

As amostras em estudo são emparelhadas, um total de 40 empresas e para as mesmas empresas são estudados os mesmos indicadores económico e financeiros nos anos de (2003-2008), onde o mesmo grupo de empresas será comparado consigo mesmo em dois momentos temporais distintos (antes e após a certificação legal das contas), e as

variáveis dependentes são intercalares (scale), ou seja, os indicadores económicos e financeiros. De seguida descreve-se os resultados do teste de Wilcoxon.

Há diferenças marginalmente significativas entre o indicador de endividamento (2003-2005) e o endividamento (2006-2008),  $Z = -0.27$ ,  $p = 0.98$ . O indicador de endividamento após a certificação legal das contas teve uma evolução, embora não significativa.

Há diferenças marginalmente significativas entre o indicador de imobilização do património (2003-2005) e a imobilização do património (2006-2008),  $Z = -0.12$ ,  $p = 0.90$ . O indicador de imobilização do património após a certificação legal das contas teve uma evolução, embora não significativa.

Há diferenças marginalmente significativas entre o indicador de cobertura do passivo a curto prazo (2003-2005) e a cobertura do passivo a curto prazo (2006-2008),  $Z = -0.63$ ,  $p = 0.53$ . O indicador de cobertura do passivo a curto prazo após a certificação legal das contas teve uma evolução, embora não significativa.

Há diferenças marginalmente significativas entre o indicador de cobertura do passivo a longo prazo (2003-2005) e a cobertura do passivo a longo prazo (2006-2008),  $Z = -0.75$ ,  $p = 0.45$ . O indicador de cobertura do passivo a longo prazo após a certificação legal das contas teve uma evolução, embora não significativa.

Há diferenças marginalmente significativas entre o indicador de solvabilidade (2003-2005) e a solvabilidade (2006-2008),  $Z = -0.52$ ,  $p = 0.60$ . O indicador de solvabilidade após a certificação legal das contas teve uma evolução, embora não significativa.

Há diferenças marginalmente significativas entre o indicador de autonomia financeira (2003-2005) e a autonomia financeira (2006-2008),  $Z = -0.27$ ,  $p = 0.98$ . O indicador de autonomia financeira após a certificação legal das contas teve uma evolução, embora não significativa.

Há diferenças marginalmente significativas entre o indicador de rendibilidade do capital próprio (2003-2005) e a rendibilidade do capital próprio (2006-2008),  $Z = -1.05$ ,  $p = 0.29$ . O indicador de rendibilidade do capital próprio após a certificação legal das contas teve uma evolução, embora não significativa.

Há diferenças marginalmente significativas entre o indicador ROI (2003-2005) e o ROI (2006-2008),  $Z = -1.83$ ,  $p = 0.68$ . O indicador ROI após a certificação legal das contas teve uma evolução, embora não significativa.

Há diferenças marginalmente significativas entre o indicador de custo do capital alheio (2003-2005) e a custo do capital alheio (2006-2008),  $Z = -2.22$ ,  $p = 0.03$ . O indicador custo do capital alheio após a certificação legal das contas teve uma evolução, embora não significativa.

Há diferenças significativas entre o indicador de rotação do ativo (2003-2005) e a rotação do ativo (2006-2008),  $Z = -5.23$ ,  $p = 0.000$ . este indicador tem um nível de significância máxima após a certificação legal das contas.

Há diferenças marginalmente significativas entre o indicador de fundo de maneiio (2003-2005) e o fundo de maneiio (2006-2008),  $Z = -1.64$ ,  $p = 0.10$ . O indicador fundo de maneiio após a certificação legal das contas teve uma evolução embora não significativa.

Há diferenças marginalmente significativas entre o indicador de liquidez geral (2003-2005) e a liquidez geral (2006-2008),  $Z = -0.63$ ,  $p = 0.53$ . O indicador de liquidez geral após a certificação legal das contas teve uma evolução, embora não significativa.

Há diferenças marginalmente significativas entre o indicador de liquidez reduzida (2003-2005) e a liquidez reduzida (2006-2008),  $Z = -0.35$ ,  $p = 0.73$ . O indicador de liquidez reduzida após a certificação legal das contas teve uma evolução, embora não significativa.

Há diferenças marginalmente significativas entre o indicador de rotação do capital próprio (2003-2005) e a rotação do capital próprio (2006-2008),  $Z = -0.11$ ,  $p = 0.91$ . O indicador de rotação do capital próprio após a certificação legal das contas teve uma evolução, embora não significativa.

A seguir desenvolver-se-ão algumas considerações acerca dos resultados encontrados neste estudo. Esta discussão tem como intuito perceber se os resultados encontrados poderão contribuir para o desempenho económico-financeiro das sociedades por quotas portuguesas, com o objetivo de potenciar a eficácia da gestão empresarial.

Em geral os indicadores tiveram uma evolução ao longo do período em que as empresas passaram a auditar as suas contas. A análise dos resultados sugere que a obrigatoriedade da existência do auditor levou de uma forma geral uma evolução nos indicadores económico-financeiros, porém com pouco significado estatístico. Registe-se,

contudo, que em concreto e relativamente ao indicador rotação do ativo observamos uma evolução muito significativa após a certificação legal das contas.

O estudo pretendeu dar resposta à seguinte questão de investigação: Que diferenças existem no desempenho económico e financeiro das sociedades por quotas Portuguesas após a certificação legal das contas?

Não existem diferenças estatisticamente significativas no desempenho económico e financeiro das sociedades por quotas portuguesas após a certificação legal das contas. Estes resultados corroboram com os resultados encontrados por Ferreira (2013) no seu estudo sobre a comparação do desempenho das empresas portuguesas após fusão.

O objetivo geral deste estudo é descrever as principais mudanças operadas no desempenho económico e financeiro de uma amostra de empresas portuguesas antes e após a certificação legal das contas. Especificamente procura-se analisar o desempenho económico e financeiro dessas empresas, através de rácios económicos e financeiros e comparar o seu desempenho antes e após a certificação legal das contas.

Podemos observar que algumas medidas de desempenho económico e financeiro, tais como endividamento, imobilização do património, cobertura do passivo de curto prazo, cobertura do passivo de médio e longo prazo, solvabilidade, autonomia financeira, rendibilidade dos capitais próprios, ROI, rendibilidade das vendas, custo do capital alheio, rotação do capital próprio, fundo de maneiio, liquidez geral, liquidez reduzida, não apresentaram ganhos estatisticamente significativos, mas evoluíram positivamente no período de (2006-2008). Os resultados verificados neste estudo contribuem significativamente para a literatura empírica sobre auditoria financeira nas PME.

## Conclusão

O estudo centrou-se nas sociedades por quotas portuguesas que, por força da lei, estão obrigadas a realizar a certificação legal das contas. Essa obrigação tem levado a que gestores e sócios questionem a sua utilidade e debatam a sua importância, pois, a mesma tem um custo e a sua dimensão e o sistema contabilístico usado dispensa certos requisitos.

O objetivo geral deste estudo foi descrever as principais mudanças operadas no desempenho económico e financeiro de uma amostra de empresas portuguesas antes e após a certificação legal das contas. Especificamente procurou-se analisar o desempenho económico e financeiro dessas empresas, através de rácios económicos e financeiros e comparar o seu desempenho antes e após a certificação legal das contas. Após análise dos indicadores económicos e financeiro através do teste de Wilcoxon verificou-se que não existem diferenças estatisticamente significativas no desempenho económico e financeiro das sociedades por quotas portuguesas após a certificação legal das contas. Ainda assim, os valores evoluíram positivamente no período de (2006-2008), período em que as empresas nomearam um ROC para certificação legal das contas.

Registe-se, contudo, que em concreto e relativamente ao indicador rotação do ativo, observamos uma evolução muito significativa após a certificação legal das contas. Estes resultados corroboram com os resultados encontrados por Ferreira (2013) no seu estudo sobre a comparação do desempenho das empresas portuguesas após fusão. Os resultados encontrados neste estudo não foram de encontro aos resultados esperados, ainda assim, existe na literatura outros estudos comparativos em contextos diferentes em que houve melhorias estatisticamente significativas no desempenho das empresas.

Concluimos que a implementação da auditoria financeira nas sociedades por quotas portuguesas trouxe benefícios para a eficácia e eficiência das mesmas, conforme Wallace (1981) observou que a auditoria contribui para a melhoria da eficácia e eficiência operacional, devido à avaliação do auditor aos processos internos, a dissuasão de delitos de gestão, aumento da vigilância dos limites legais e regulamentares, e permissão de mercado para realizar certas atividades. Também (Morgado, 2015 *apud* Serra, 2013 e Pucheta, 2001), destacam a importância e utilidade do relatório de auditoria, pela maior

credibilidade que oferecem à informação financeira e pelos eventuais alertas relacionados com incertezas ao princípio de continuidade. Já para Santos e Grateron (2003: 9) os gestores das organizações, regra geral, se servem dos pareceres de auditoria para incluir ou tomar decisões de carácter económico-financeiro e requerem informação objetiva e oportuna que lhes permitam que tais decisões sejam as mais adequadas.

Após os trabalhos do ROC nas sociedades por quotas portuguesas em análise verificamos que os indicadores económico-financeiros evoluíram ao longo do tempo, embora não existindo significância estatística. Os anos em análise após implementação da auditoria foram de 2006 a 2008, lembrar que a crise financeira se deu em 2008 por isso termos analisado até esta data.

O estudo não analisou (com recurso a entrevista ou a questionário) a opinião dos gestores das empresas em análise sobre a obrigatoriedade legal de certificar as contas por falta de recursos (humanos/tempo) visto que as empresas em análise estão espalhadas pelo país e dada a existência de um tempo limite para efetuar o estudo. O estudo utilizou uma amostra razoável de empresas (40 empresas), e os métodos (análise de associações/correlações e testes estatístico que analisam o antes e depois de um fenómeno) utilizados foram os que a literatura recomenda.

Esta investigação constatou que a realidade empresarial portuguesa nesta década são cada vez mais microempresas, que as necessidades de informação credível por parte de *shareolders* são cada vez maiores, que a própria gestão deve perceber o conceito de “investimento seguro” em lutar pela credibilidade da informação da entidade. Que o escrutínio público, exige melhores regras de transparência e ética, vivemos numa sociedade de informação, onde *googlar* (verbo de pesquisa de informação) caso essa informação não exista ou a que exista não seja credível, estaremos sem dúvida a perder o negócio. E para que isto não aconteça é necessário validar a qualidade da informação, recorrendo ao ROC, ao qual compete a revisão ou auditoria de contas, a fim de realizar a certificação legal das contas, emitindo a sua opinião sobre a situação financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da empresa em análise.

## **Limitações**

O estudo comporta algumas limitações. Em primeiro lugar, em termos de suporte teórico, regista-se alguma escassez de estudos, em contexto português e internacional, sobre este tema. Isto, por um lado, torna o presente estudo inovador, contudo, condiciona a compreensão dos resultados num quadro mais amplo e a comparação dos mesmos com os de outras sociedades/nacionalidades, o que seria interessante em termos em diferentes níveis de análise. Em termos metodológicos, não foi possível aplicar um questionário aos gestores das empresas em análise e revisores de contas, o que teria enriquecido e dado maior confiabilidade aos dados. Seria também interessante ter recolhido mais empresas e por um período temporal mais longo. A par disto, o uso de estatísticas paramétricas, com uma amostra maior e de distribuição normal, poderia vir a conferir mais robustez à análise de dados.

## **Estudos futuros**

Para futuras investigações sugerimos o estudo do impacto da auditoria financeira e da contabilidade criativa nas sociedades por quotas portuguesas obrigadas por lei a nomear um ROC bem como a análise da CLC no que toca à opinião emitida pelo ROC nas PME. Recomenda-se o uso de dados quantitativos e dados qualitativos (entrevista ou *focus-group*) como as entrevistas. O período a estudar deve ter uma extensão prolongada. Seria importante recolher e utilizar um maior número empresas/amostra alvo de investigação. Poderá fazer sentido comparar o impacto da auditoria em empresas de diferentes setores. Sugere-se também uma análise transcultural de comparação de uma amostra portuguesa com uma ou mais amostras internacionais que utilizem rácios comparáveis.



## Bibliografia

- Abreu, J.M.C.; C, R.; S, M.A.C.B.; Martins, A.S.; Pinto, A.M.; Dias, G.F. (2006) *Temas Societários*. Coimbra: Edições Almedina.
- Agostinho, F.F. (2016) *A presença do Auditor nas PME. A Auditoria nas Sociedades por Quotas Portuguesas*. Tese de Mestrado, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/33020> [28 de setembro de 2016].
- Almeida, B.J.M. (2014) *Manual de Auditoria Financeira. Uma Análise Integrada Baseada no Risco*. Lisboa: Escolar Editora.
- Almeida, F. (2010) *Ética Valores Humanos e Responsabilidade Social das Empresas*. Cascais: Princípia Editora.
- Alves, J.J.S. (2015) *Princípios e Prática de Auditoria e Revisão de Contas*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Attie, William. (2011) *Auditoria Conceitos e Aplicações*. São Paulo: 6.<sup>a</sup> Edição, Editora Atlas.
- Bardin, L. (2015) *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Borges, R.; Rodrigues, J.A. (2014) *Contabilidade e Finanças para Gestão*. 5.<sup>a</sup> Edição, Lisboa: Áreas Editora.
- Brealey, R.A.; Myers, S.C.; Allen, F. (2013) *Princípios de Finanças Corporativas*. 10 Edição, Porto Alegre: AMGH Editora.
- Breia, A.F.; Mata, M.N.N.S.; Pereira, V.M.M. (2014) *Análise Económica e Financeira: Aspectos teóricos e casos práticos*. Editora: Rei dos Livros.
- Cabanda, E., Pajara-Pascual, M. (2007) “Merger in the Philippines: Evidence in the Corporate Performance of William, Gothong, and Aboitiz (WG&A) Shipping Companies”, *Journal of Business*. 3(4), 87-100.
- Carmo, M.S.R. (2013) *Indicadores Económico-Financeiros: O caso da Indústria Alimentar*, Coimbra, Relatório de Estágio, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, (pág.19).
- Claymant, M.R.; Fridson, M.S.; Troughton, G.H.; Scanlan, M. (2012) *Corporate Finance: A Practical Approach*, 2nd Edition. Canada: John Wiley & Sons.

Collis, J. (2008), “Directors’ views on accounting and auditing requirements for SMEs, Department for Business Enterprise & Regulatory Reform, London, April.

Collis, J. (2010), “Audit Exemption and the Demand for Voluntary Audit: A Comparative Study of the UK and Denmark”, *International Journal of Auditing*, Volume: 14, Nº.2, 211-231.

Correia, S.I.S. (2014) “Qual o desempenho económico-financeiro da minha empresa?”, *Revista Portuguesa de Contabilidade*. 16, 5-9.

Corte, J. Montoya-del-, Laviada, A. F., & García, F. J. M. (2014), “Utilidad de la auditoría de cuentas: perspectiva de las PYMES en España”, *Universia Business Review*.

Costa, C.B. (2014) *Auditoria Financeira: Teoria & Prática*. 10 Edição, Rei dos Livros.

Costa, C.B.; Alves, G.C. (2014) *Contabilidade Financeira*. 9 Edição, Rei dos Livros.

Coutinho, C.P. (2014) *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. Coimbra: Edições Almedina.

Crepaldi, S.A.; Crepaldi, G.S. (2016) *Auditoria Contábil: Teoria e Prática*. São Paulo: 10 Edição, Editora Atlas.

Danos, P., Holt, D. L., e Imhoff, E. A. (1989) “The use of accounting information in bank lending decisions”, *Accounting, Organizations and Society*, Volume: 14, 235-246.

Dantas, J.A., Medeiros, O.R. (2015), “Determinantes de qualidade da auditoria independente em bancos”, *Revista Contabilidade & Finanças*, Volume: 26, 43-56.

*Dicionário da Língua Portuguesa*. (2013). Porto, Portugal: Porto Editora.

Europeia, C. (2010). *Livro verde*. Disponível em: <http://www.oroc.pt/fotos/editor2/Tecnico/2010/greenpaper.pdf>.

Ferreira, J.M.B.V. (2009) *Auditoria e Revisão de Contas*. Coimbra, volume 1, FEUC.

Ferreira, S.P. (2013) *Comparação do desempenho das empresas do ponto de vista da reestruturação empresarial*. Tese de Mestrado, Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria. <http://hdl.handle.net/10400.8/1141> [22 de setembro de 2015].

- Fortin, Marie-Fabienne. (2009) *O Processo de Investigação: da conceção à realização*. Loures: Lusociência Edições Técnicas e Científicas.
- Freedman, J. & Goodwin, M. (1993), “The Statutory Audit and the Micro Company – An Empirical Investigation”, *The Journal of Business Law*, London: Sweet & Maxwell.
- Gil, A.C. (2008) *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Editora Atlas.
- Gill, G.S.; Cosserat, G.; Leung, P.; Coram, P. (2001) *Modern Auditing & Assurance Services*. Australia: Sydney: John Wiley & Sons Australia.
- Gomes, E. (2014), “A importância do controlo interno no planeamento de auditoria”, *Revista OROC*, N.º 64, 9-30.
- Gomes, J.; Pires, J. (2011) *SNC Sistema de Normalização Contabilística Teoria e Prática*. Porto: 4.ª Edição, Escolar Editora.
- Gonçalves, C.; Santos, D.; Rodrigo, J.; Fernandes, S.A. (2016) *Contabilidade Financeira Explicada: Manual prático*. Porto: 2ª Edição, Edições Vida Económica.
- Guimarães, J.F.C. (2005), “Revisão/Auditoria às Contas e a atividade dos TOC”, *Revista OTOC*, N.º 64, 22-30.
- Honorato, F. & Secchi, G.G. (2011, maio 11). *Procedimentos de Auditoria*. [Artigo de web blog]. Consultado em <http://auditoriaemfoco.blogspot.pt/2011/05/atividade-de-auditoria-independente-das.html>.
- Huguet, D. & Gandía, J.L. (2014), “Cost of Debt Capital Audit in Spanish SMEs”, *Spanish Journal of Finance and Accounting*, Volume: 43, Issue 3, 266-289.
- Hyttinen, A. & Väänänen, L. (2004), “Mandatory auditor choice and small firm finance: Evidence from Finland”, Helsinki: Department of Financial Markets and Statistics.
- Inácio, Helena C. (2014) *Controlo Interno. Enquadramento Teórico e Aplicação Prática*. Lisboa: Escolar Editora.
- Jonhstone, K.M., Sutton, M.H. e Warfield, T.D. (2011), “Antecedents and Consequences of Independent Risk: Framework for Analysis”, *Accounting Horizons*, Volume: 15, N.º.1, 1-18.
- Kim, J., Simunic, D. A., Stein, M. T., & Yi, C. H. (2011), “Voluntary Audits and the Cost of Debt Capital for Privately Held Firms: Korean Evidence”, *Contemporary Accounting Research*, Volume: 28, 585-651.

- Knechel, W.R., Niemi, L. & Sundgren, S. (2008), “Determinants of Auditor Choice: Evidence from a Small Client Market”, *International Journal of Auditing*, Volume:12, 65-88.
- Marconi, M. A.; Lakatos, E.M. (2007) *Técnicas de Pesquisa*. São Paulo: Editora Atlas.
- Marques, M. (1997) *Auditoria e Gestão*. 1ª Edição, Lisboa: Editorial Presença.
- Martins, A.; Cruz, I.; Augusto, M.; Silva, P.P.; Gonçalves, G. (2016) *Manual de Gestão Financeira Empresarial*. Coimbra: 2ª Edição, Coimbra Editora.
- Morais, G.; Martins, I. (2013) *Auditoria Interna*. 4.ª Edição, Lisboa: Áreas Editora.
- Morgado, T.P. (2015) *Riscos de Quebra de Continuidade e o Papel do Auditor*. Tese de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.21/6569> [25 de junho de 2017].
- Nabais, Carlos. (2015) *O Meu Guia Empresarial*. Lisboa: Plátano Editora.
- Neves, J.C. (2014) *Introdução à Ética Empresarial*. 2ª Edição, Cascais: Príncipia Editora.
- Neves, J.C. (2015) *Análise e Relato Financeiro: uma visão integrada de gestão*. 8ª Edição, Alfragide: Texto Editores.
- Nunes, L.C.F. & Serrasqueiro, Z.M.S. (2004), “A Informação Contabilística nas Decisões Financeiras das Pequenas Empresas”, *Revista Contabilidade & Finanças*, n.36, 87-96.
- Quivy, R.; Van Campenhoudt, Luc. (2013) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva Publicações.
- Robu, M.A. & Robu, I.B. (2015), “The Influence of Audit Report on the Relevance of Accounting Information Reported by Listed Romanian Companies”, *Procedia Economics and Finances*, Volume:20, 562-570.
- Rocha, D.; Azevedo, G.; Rodrigues, A.M. (2014) *Contabilidade para todos*. Coimbra: Edições Almedina.
- Rodrigues, A.M.; Carvalho, C.; Cravo, D.; Azevedo, G. (2013) *Contabilidade Financeira: sua aplicação*. Coimbra: Edições Almedina.
- Rodrigues, I., Martins, A. (2009) “Revisão de contas e auditoria nas PME portuguesas: uma análise empírica do seu impacto contabilístico e fiscal” *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*. 2(3), 72-120.

Rodrigues, J.A. (2017), “Reforma Europeia de Auditoria”, *Jornal Expresso*, Edição n.º 2329.

Santos, A., Grateron, I.R.G. (2003) “Contabilidade criativa e responsabilidades dos auditores”, *Revista Contabilidade & Finanças*. 32, 7-22.

Serra, S. (2017) “A importância do relatório de auditoria para os utilizadores da informação financeira” *Revista Contabilística*. N.º 205.

Silva, E.; Martins, C.Q. (2016) *Inventários e Ativos Biológicos: abordagem contabilística, fiscal e auditoria*. Porto: 2ª Edição, Vida Económica.

Silva, Eduardo S. (2016) *Introdução às Finanças*. Porto: Editora Vida Económica.

Silva, Eduardo S. (2016) *Relatório Económico-Financeiro - Análise de Casos*. Porto: Editora Vida Económica.

Simunic, D. A. & Stein, M.T. (1996), “The Impact of Litigation Risk on Audit Pricing: A review of the Economics and the Evidence”, *Auditing: A Journal of Practice and Theory*, Volume: 15, 119-134.

Souza, A.E., Correa, H.L. (2014) “Indicadores de desempenho em pequenas e medias empresas”, *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, <http://www.uff.br/pae/index.php/pca/article/view/381/332> [29 de setembro de 2014].

Suárez, J. A., García, E.C., & Méndez, C.F. (2007), “Efectos Económicos de las Calificaciones de Auditoria. Factores Determinantes de las Reacciones del Mercado antes las Salvedades”, *Revista Española de Financiación y Contabilidad*, Volume: XXXVI, n.º 113, 73-96.

Taborda, D.M.G. (2015) *Auditoria: Revisão legal das Contas e outras Funções do Revisor Oficial de Contas*. Lisboa: 2ª Edição, Edições Sílabo.

Tribunal de contas. (1998). *Manual de auditoria e de procedimentos*. Volume I, anexo I, 2ª sessão de 26-11-98, 27.

Wallace, W.A. (1981), “The Economic Role of the Audit in Free and Regulated Markets”, Working paper, University of Rochester.

Zhang, Y., Zhou, J. & Zhou, N. (2007), “Audit Committee Quality, Auditor Independence, and Internal Control Weakness”, *Journal of Accounting and Public Policy*, Volume: 26, 300-327.

## Webgrafia

O ROC é o garante da credibilidade dos documentos de prestação de contas. Qualidade e Inovação n.º 32, Fevereiro de 2013. Entrevista ao ROC Mário Guimarães, disponível em: [www.jmmsroc.pt/imagens/imprensa/201302publico.pdf](http://www.jmmsroc.pt/imagens/imprensa/201302publico.pdf) [consultado no dia 8 de março de 2017].

Demonstrações financeiras índice de endividamento. Elaborado por Professor Roberto César, disponível em: <https://professorrobertocesar.files.wordpress.com/2010/08/7-indice-de-endividamento.pdf> [consultado no dia 1 de dezembro de 2016].

## Legislação/ Normas

Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de Junho, relativa ao acesso à atividade das instituições de crédito e à supervisão prudente das instituições de crédito e as empresas de investimento, que altera a Diretiva 2002/87/CE e revoga as Diretivas 2006/48/CE e 2006/49/CE:

<https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/legislacoes/diretiva2013n36ue.PDF>

[consultado no dia 20 abril de 2016]

Ofício-Circulado n.º 11/97, de 2 de Dezembro, da Direção dos serviços do IRC (anexo n.º1):

<http://www.infocontab.com.pt/download/A%20Revisao%20das%20Decraracoes%20Fiscais%20em%20IRC.pdf> [consultado no dia 26 de Junho de 2017]

Portaria n.º 359/2000, de 20 de Junho DR I Série B, Dossier fiscal:

[http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/923ED539-B0B8-44ED-9FDF-57D58513598A/0/portaria\\_359\\_de\\_20\\_de\\_junho\\_de\\_2000\\_8211\\_dr\\_i\\_serie\\_b.pdf](http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/923ED539-B0B8-44ED-9FDF-57D58513598A/0/portaria_359_de_20_de_junho_de_2000_8211_dr_i_serie_b.pdf)

[consultado no dia 26 de junho de 2017]

Jornal Oficial da União Europeia de 6 de Maio de 2003, art. º1:

<https://www.iapmei.pt/getattachment/PRODUTOS-E-SERVICOS/Qualificacao->

[Certificacao/Certificacao-PME/Recomendacao-da-Comissao-2003-361-CE.pdf.aspx](https://www.iapmei.pt/getattachment/PRODUTOS-E-SERVICOS/Qualificacao-Certificacao/Certificacao-PME/Recomendacao-da-Comissao-2003-361-CE.pdf.aspx)

[consultado no dia 10 de janeiro de 2017]

Jornal Oficial da União Europeia art.º 2:

<https://www.iapmei.pt/getattachment/PRODUTOS-E-SERVICOS/Qualificacao-Certificacao/Certificacao-PME/Recomendacao-da-Comissao-2003-361-CE.pdf.aspx>

[consultado no dia 10 de janeiro de 2017]

Decreto-Lei n.º 495/88 de 30 de dezembro o qual foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 318/94 de 24 de dezembro, todas as sociedades gestoras de participações sociais-SGPS- estão sujeitas a revisão legal de contas.

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/legislacoes/253279511\\_1.doc.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/legislacoes/253279511_1.doc.pdf)

[consultado no dia 8 de janeiro de 2017]

Decreto-Lei n.º 238/91 de 2 de Julho refere que as entidades que sejam obrigadas a apresentar contas consolidadas estão sujeitas a revisão legal das contas.

[http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=510&tabela=leis&so\\_miolo=S](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=510&tabela=leis&so_miolo=S) [consultado no dia 24 de novembro de 2016]

Decreto-Lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro, as câmaras municipais estão sujeitas à revisão legal de contas.

[http://www.cm-cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/new/lei\\_das\\_financas\\_locais.pdf](http://www.cm-cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/new/lei_das_financas_locais.pdf)

[consultado no dia 24 de novembro de 2016]

Decreto-Lei n.º 487/99 de 16 de Novembro, atualmente os ROC têm um novo regime instituído pela OROC, este decreto substituiu o Decreto-Lei 422-A/93.

[http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=744&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=744&tabela=leis) [consultado no dia 25 de novembro de 2016]

Lei n.º 140/2015 de 7 de Setembro, que aprova o novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

[http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=2489&tabela=leis&ficha=1&pagina=1](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2489&tabela=leis&ficha=1&pagina=1) [consultado no dia 2 de Outubro de 2017]

Decreto-Lei 224/2008 de 20 de Novembro, o presente decreto-lei introduz no EOROC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 487/99 de 16 de Novembro, as alterações que decorrem da transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva n.º 2006/43/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Maio, relativo à revisão legal das contas anuais e consolidadas.

<http://www.oroc.pt/fotos/editor2/224.pdf> [consultado no dia 24 de novembro de 2016]

Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, regime de normalização contabilística para micro entidades.

[http://www.cases.pt/wp-content/uploads/R\\_normalizacao\\_contabilistica\\_entidades.pdf](http://www.cases.pt/wp-content/uploads/R_normalizacao_contabilistica_entidades.pdf)

[consultado no dia 26 de novembro de 2016]

Decreto-Lei n.º 51/75 de 7 de Fevereiro, o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI) foi criado por este decreto.

<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=novapol11> [consultado no dia 10 de janeiro de 2017]

Decreto-Lei n.º 372/2007 art.º n.º 2 de 6 de Novembro, o IAPMEI define PME de acordo este decreto-lei.

<https://www.iapmei.pt/getattachment/PRODUTOS-E-SERVICOS/Qualificacao-Certificacao/Certificacao-PME/Decreto-Lei-372-2007.pdf.aspx>

[consultado no dia 10 de janeiro de 2017]

Decreto-Lei n.º 98/2015, com a publicação deste decreto-lei que veio introduzir modificações significativas no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Junho (revogado pela lei n.º 20/2010).

[https://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/39DBEAA5-0F74-4AD6-AE6F-B51C462F8713/0/Decreto\\_Lei\\_98\\_2015.pdf](https://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/39DBEAA5-0F74-4AD6-AE6F-B51C462F8713/0/Decreto_Lei_98_2015.pdf)

[consultado no dia 8 de janeiro de 2017]



Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto, alarga o conceito de pequenas entidades para o efeito da aplicação do Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Primeira alteração do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Junho.

[http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/SNC/Lei\\_20\\_2010\\_23Ago.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/SNC/Lei_20_2010_23Ago.pdf) [consultado no dia 8 de janeiro de 2017]

Art.º 58º n.º. 1 Código das Sociedades Comerciais

Art.º 65º Código das Sociedades Comerciais

Art.º 28º Código das Sociedades Comerciais

Art.º 29º Código das Sociedades Comerciais

Art.º 93º Código das Sociedades Comerciais

Art.º 99º Código das Sociedades Comerciais

Art.º 120º Código das Sociedades Comerciais

Art.º 132º Código das Sociedades Comerciais

Art.252 do Código das Sociedades Comerciais

Art.º 262º n.º.2. Código das Sociedades Comerciais

Art.263 do Código das Sociedades Comerciais

Art.º 297º Código das Sociedades Comerciais

Art.º 413º n.º 4 Código das Sociedades Comerciais

Art.º 416º Código das Sociedades Comerciais

Art.º 420º Código das Sociedades Comerciais

Art.º 515º Código das Sociedades Comerciais

Art.º 522º Código das Sociedades Comerciais

Art.151.º do Código do IRS

Art.86.º B n.º 5 do Código do IRC

Art.94.º n.º 3 do Código do IRC

Art.121.º do Código do IRC

Art.36.º n.º 11 do IVA

Art. 1.º do CRC

Art. 3.º do CRC

Art. 42.º n.º 1 do CRC  
Art.42.º alínea a) e b) da EOROC  
Art.44.º n.º 5 da EOROC  
Art.50.º n.º 1 da EOROC  
Art.73.º da EOROC  
Art.78.º da EOROC  
Art.82.º da EOROC  
Art.113.º da EOROC  
Art.153.º n.º 2 do Código de Processo Tributário

### **Diretrizes de Revisão de Auditoria**

NTR/A – Normas Técnicas de Revisão/Auditoria  
DRA 300 - Planeamento  
DRA 320 - Materialidade de Revisão/Auditoria  
DRA 400 – Avaliação do Risco de Revisão/Auditoria  
DRA 410 – Controlo Interno  
DRA 841 – Verificação das Entradas em Espécie para Realização de Capital das Sociedades  
DRA 842 – Fusão de Sociedades  
DRA 843 – Transformação de Sociedades  
DRA 910 – Exames Simplificados

### **Normas Internacionais de Auditoria**

ISA 200 – Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Execução de uma Auditoria  
ISA 210 - Aceitar os Termos de Trabalhos de Auditoria  
ISA 230 – Documentação de Auditoria  
ISA 300 - Planear uma Auditoria de Demonstrações Financeiras  
ISA 315 (Clarificada) – Identificar e Avaliar os Riscos de Distorção por Meio da Compreensão da Entidade e do seu Ambiente

- ISA 320 (Clarificada) – Materialidade no Planeamento e Execução de uma Auditoria
- ISA 450 – Avaliação de Distorções Identificadas Durante a Auditoria
- ISA 500 – Prova de Auditoria
- ISA 700 – Formar uma Opinião e Relatar sobre Demonstrações Financeiras
- ISA 701 – Comunicar Matérias Relevantes de Auditoria no Relatório do Auditor Independente e o novo Conteúdo do Relatório de Auditoria
- ISA 705 – Modificações à Opinião no Relatório do Auditor Independente
- ISA 706 – Parágrafos de Ênfase de Matéria e Outros Parágrafos de Matéria no Relatório do Auditor Independente
- ISA 710 – Informações Comparativa – Números Correspondentes e Demonstrações Financeiras Comparativas
- ISA 720 – Outras Informações em Documentos que Contendam Demonstrações Financeiras Auditadas
- ISA 800 – Considerações Especiais – Auditorias de Demonstrações Financeiras Preparadas de Acordo Com Estruturas Concetuais Com Finalidade Especial
- ISA 805 – Considerações Especiais – Auditorias de Demonstrações Financeiras Isoladas e de Elementos Específicos, Contas ou Itens de uma Demonstração Financeira
- ISA 810 – Trabalhos para Relatar sobre Demonstrações Financeiras Resumidas



# Apêndice

## Apêndice

**Apêndice 1 - Indicadores económicos e financeiros das empresas em estudo.**

empresa	Ano	Endividamento	Imobilização do património	Cobertura do Passivo de Curto Prazo	Cobertura do Passivo de Passivo MLP	Solvabilidade	Autonomia Financeira	RCP (Rendibilidade do Capital Próprio)	ROI (Return on Investment)	Custo do Capital Alheio	Rendibilidade das Vendas	Rotação do Activo	Rotação do Capital Próprio	Fundo de Maneio	Liquidez Geral	Liquidez Reduzida
1	2003	0,771	3,526	0,768	1,553	0,297	0,229	0,198	0,045	0,045	0,051	0,880	3,847	-19556,000	0,768	0,724
	2004	0,919	10,017	0,512	1,472	0,088	0,081	0,584	0,047	0,037	0,052	0,918	11,329	-57595,000	0,512	0,490
	2005	0,864	5,595	0,623	1,589	0,157	0,136	0,464	0,063	0,035	0,077	0,817	6,024	-53127,000	0,623	0,583
	2006	0,825	4,200	0,728	1,592	0,213	0,175	0,572	0,100	0,039	0,058	1,745	9,946	-36975,000	0,728	0,684
	2007	0,911	8,965	0,608	1,382	0,098	0,089	0,445	0,040	0,047	0,052	0,766	8,622	-95853,000	0,608	0,531
	2008	0,879	6,624	0,674	1,370	0,138	0,121	0,590	0,071	0,050	0,071	0,771	6,368	-69515,000	0,674	0,569
2	2003	0,813	2,999	1,584	1,045	0,229	0,187	-0,178	-0,033	0,015	-0,033	0,995	5,334	1620,000	1,584	1,351
	2004	0,860	4,183	1,050	1,259	0,163	0,140	-0,514	-0,072	0,073	-0,059	1,216	8,684	173,000	1,050	0,837
	2005	0,939	8,254	1,060	1,071	0,065	0,061	-0,723	-0,044	0,019	-0,037	1,187	19,336	324,000	1,060	0,727
	2006	0,981	14,350	1,389	0,600	0,020	0,019	-0,756	-0,015	0,010	-0,008	1,730	90,121	4292,000	1,389	1,050
	2007	0,946	3,000	1,750	0,344	0,057	0,054	0,803	0,043	0,018	0,018	2,441	45,534	13876,000	1,750	1,484
	2008	0,709	0,538	1,194	52,413	0,410	0,291	0,345	0,100	0,020	0,046	2,169	7,457	6890,000	1,194	1,021
3	2003	0,659	0,835	1,230	3,667	0,516	0,341	0,246	0,084	0,008	0,036	2,302	6,759	13528,000	1,230	1,104
	2004	0,714	2,026	1,221	1,567	0,400	0,286	0,217	0,062	0,002	0,042	1,487	5,204	11733,000	1,221	1,097
	2005	0,748	1,923	1,297	1,383	0,338	0,252	0,374	0,094	0,013	0,062	1,520	6,019	14993,000	1,297	1,179
	2006	0,748	1,811	1,665	1,085	0,338	0,252	0,063	0,016	0,017	0,011	1,419	5,618	29392,000	1,665	1,543
	2007	0,759	1,727	1,419	1,196	0,317	0,241	0,078	0,019	0,024	0,012	1,517	6,308	26736,000	1,419	1,309
	2008	0,755	2,081	1,387	1,270	0,325	0,245	-0,066	-0,016	0,036	-0,011	1,494	6,091	20277,000	1,387	1,272
4	2003	0,529	1,095	1,351	3,023	0,889	0,471	0,139	0,066	0,012	0,057	1,160	2,464	3193,000	1,351	1,120
	2004	0,574	1,031	1,236	3,654	0,742	0,426	0,101	0,043	0,017	0,035	1,216	2,853	3350,000	1,236	0,899
	2005	0,539	0,858	1,395	3,737	0,855	0,461	0,118	0,055	0,019	0,037	1,472	3,193	5618,000	1,395	1,049
	2006	0,643	1,037	1,203	3,105	0,556	0,357	0,158	0,056	0,021	0,037	1,514	4,235	5332,000	1,203	0,894
	2007	0,611	0,794	1,310	3,700	0,636	0,389	0,202	0,079	0,073	0,049	1,611	4,146	9464,000	1,310	0,997
	2008	0,443	0,547	1,603	31,895	1,255	0,557	0,146	0,081	0,155	0,045	1,808	3,248	12308,000	1,603	1,213
5	2003	0,494	1,170	0,954	8,953	1,024	0,506	0,037	0,019	0,057	0,014	1,370	2,707	-1672,000	0,954	0,722
	2004	0,498	1,174	0,894	15,097	1,009	0,502	0,001	0,001	0,079	0,000	1,395	2,778	-4000,000	0,894	0,715
	2005	0,504	1,192	0,835	40,437	0,983	0,496	0,010	0,005	0,080	0,003	1,655	3,339	-7137,000	0,835	0,706
	2006	0,559	1,331	1,024	3,767	0,790	0,441	-0,207	-0,091	0,046	-0,054	1,697	3,844	822,000	1,024	0,816
	2007	0,589	1,315	1,043	3,641	0,697	0,411	0,006	0,002	0,050	0,001	1,743	4,242	1724,000	1,043	0,831
	2008	0,544	1,384	1,073	3,152	0,839	0,456	-0,055	-0,025	0,061	-0,013	1,890	4,143	1905,000	1,073	0,825
6	2003	0,510	0,837	1,368	5,226	0,962	0,490	0,391	0,192	0,040	0,098	1,957	3,991	4747,000	1,368	1,080
	2004	0,411	0,507	2,504	2,281	1,433	0,589	0,192	0,113	0,008	0,059	1,916	3,252	13006,000	2,504	2,022
	2005	0,417	0,354	2,323	2,753	1,401	0,583	0,200	0,117	0,009	0,062	1,882	3,226	17607,000	2,323	1,940
	2006	0,358	0,226	2,814	2,674	1,793	0,642	0,227	0,146	0,007	0,063	2,315	3,606	25237,000	2,814	2,328
	2007	0,311	0,145	3,117	4,552	2,218	0,689	0,264	0,182	0,015	0,092	1,967	2,853	35417,000	3,117	2,610
	2008	0,353	0,325	2,263	57,473	1,836	0,647	0,054	0,035	0,033	0,029	1,182	1,825	33155,000	2,263	1,948

7	2003	0,693	0,343	1,337	4,417	0,443	0,307	0,201	0,062	0,051	0,047	1,327	4,319	17275,000	1,337	0,930
	2004	0,687	0,238	1,403	2,745	0,456	0,313	0,150	0,047	0,050	0,035	1,335	4,262	23581,000	1,403	1,059
	2005	0,489	0,181	1,995	2,684	1,043	0,511	0,141	0,072	0,081	0,035	2,055	4,026	27865,000	1,995	1,449
	2006	0,542	0,171	1,818	2,239	0,846	0,458	0,163	0,075	0,084	0,035	2,122	4,632	27272,000	1,818	1,329
	2007	0,475	0,224	1,930	6,488	1,104	0,525	0,212	0,111	0,100	0,053	2,076	3,957	30017,000	1,930	1,534
2008	0,462	0,216	1,959	10,621	1,163	0,538	0,074	0,040	0,110	0,018	2,197	4,085	31413,000	1,959	1,505	
8	2003	0,822	0,142	1,193	5,379	0,217	0,178	0,179	0,032	0,031	0,003	11,631	65,205	968,000	1,193	1,094
	2004	0,879	0,123	1,123	9,438	0,138	0,121	0,107	0,013	0,019	0,002	6,418	53,008	1091,000	1,123	0,842
	2005	0,862	0,172	1,137	6,138	0,160	0,138	-0,174	-0,024	0,020	-0,002	10,397	75,518	886,000	1,137	0,881
	2006	0,882	0,172	1,120	2,803	0,134	0,118	0,107	0,013	0,019	0,001	9,889	83,701	1029,000	1,120	0,877
	2007	0,929	0,122	1,070	4,656	0,077	0,071	0,131	0,009	0,019	0,001	7,987	111,918	1100,000	1,070	0,925
2008	0,892	0,120	1,110	4,750	0,121	0,108	0,139	0,015	0,045	0,001	10,729	99,658	1143,000	1,110	0,770	
9	2003	0,424	0,461	1,987	4,866	1,357	0,576	0,201	0,116	0,018	0,050	2,307	4,007	8501,000	1,987	1,422
	2004	0,436	0,530	1,909	4,380	1,296	0,564	0,110	0,062	0,021	0,025	2,469	4,375	8971,000	1,909	1,378
	2005	0,491	0,553	1,802	3,061	1,038	0,509	0,181	0,092	0,011	0,036	2,587	5,079	9941,000	1,802	1,296
	2006	0,577	0,696	1,547	2,427	0,732	0,423	0,148	0,063	0,018	0,025	2,521	5,965	8213,000	1,547	1,079
	2007	0,613	0,833	1,486	2,054	0,631	0,387	0,138	0,053	0,060	0,021	2,557	6,606	7841,000	1,486	1,027
2008	0,689	1,341	1,006	3,802	0,452	0,311	-0,117	-0,036	0,071	-0,017	2,191	7,040	139,000	1,006	0,559	
10	2003	0,490	0,778	1,341	9,881	1,042	0,510	0,223	0,114	0,010	0,062	1,841	3,609	7724,000	1,341	1,172
	2004	0,409	0,800	1,406	13,901	1,445	0,591	0,201	0,119	0,005	0,068	1,757	2,972	8658,000	1,406	1,282
	2005	0,424	0,704	1,478	18,730	1,359	0,576	0,182	0,105	0,002	0,067	1,561	2,710	13699,000	1,478	1,333
	2006	0,397	0,572	1,741	16,433	1,516	0,603	0,151	0,091	0,005	0,055	1,648	2,734	20470,000	1,741	1,575
	2007	0,482	0,544	1,562	12,845	1,076	0,518	0,170	0,088	0,002	0,050	1,753	3,382	17347,000	1,562	1,367
2008	0,633	0,611	1,281	8,265	0,580	0,367	0,138	0,051	0,031	0,023	2,255	6,141	9869,000	1,281	1,202	
11	2003	0,581	1,167	1,019	6,151	0,721	0,419	0,142	0,059	0,020	0,058	1,023	2,442	1091,000	1,019	0,887
	2004	0,549	1,423	1,266	2,410	0,820	0,451	0,220	0,099	0,019	0,070	1,423	3,158	5626,000	1,266	0,958
	2005	0,621	1,383	1,211	2,298	0,610	0,379	0,148	0,056	0,019	0,050	1,124	2,967	8641,000	1,211	0,978
	2006	0,574	1,198	2,433	1,370	0,743	0,426	0,142	0,060	0,034	0,051	1,194	2,802	31087,000	2,433	1,994
	2007	0,555	1,117	2,352	1,457	0,802	0,445	0,117	0,052	0,039	0,044	1,185	2,662	33825,000	2,352	1,915
2008	0,583	1,209	3,485	1,146	0,717	0,417	-0,253	-0,105	0,031	-0,125	0,845	2,025	35155,000	3,485	2,785	
12	2003	0,667	0,030	1,490	5,325	0,500	0,333	0,058	0,019	0,104	0,008	2,318	6,950	41958,000	1,490	1,433
	2004	0,790	0,057	1,252	19,933	0,266	0,210	0,149	0,031	0,165	0,011	2,930	13,955	20018,000	1,252	1,172
	2005	0,790	0,037	1,257	14,717	0,266	0,210	0,108	0,023	0,084	0,008	2,680	12,754	22891,000	1,257	1,085
	2006	0,783	0,035	1,267	15,650	0,276	0,217	0,114	0,025	0,055	0,009	2,658	12,273	25891,000	1,267	1,108
	2007	0,907	0,061	1,102	1,349	0,103	0,093	0,470	0,044	0,041	0,015	2,906	31,195	11705,000	1,102	0,994
2008	0,850	1,942	0,835	153,466	0,177	0,150	0,183	0,027	0,032	0,014	2,011	13,390	-24896,000	0,835	0,792	

13	2003	0,131	0,062	8,246	3,383	6,654	0,869	0,111	0,096	0,121	0,140	0,688	0,791	135451,000	8,246	7,446
	2004	0,133	0,062	9,825	1,470	6,527	0,867	0,118	0,102	0,101	0,159	0,640	0,738	157331,000	9,825	9,048
	2005	0,173	0,029	6,513	1,038	4,781	0,827	0,056	0,046	0,069	0,084	0,545	0,659	169788,000	6,513	6,008
	2006	0,252	0,035	4,204	1,293	2,968	0,748	0,059	0,044	0,057	0,078	0,564	0,754	211874,000	4,204	3,637
	2007	0,183	0,031	6,285	0,922	4,475	0,817	0,035	0,028	0,074	0,055	0,519	0,635	221828,000	6,285	5,649
	2008	0,211	0,009	7,282	0,095	3,739	0,789	0,039	0,031	0,058	0,064	0,483	0,613	249980,000	7,282	6,701
14	2003	0,558	0,708	1,655	2,198	0,794	0,442	0,150	0,067	0,033	0,064	1,043	2,358	50150,000	1,655	1,273
	2004	0,533	0,676	1,709	2,376	0,875	0,467	0,156	0,073	0,063	0,007	10,047	21,528	56809,000	1,709	1,296
	2005	0,512	0,745	1,862	2,132	0,952	0,488	0,212	0,104	0,033	0,104	0,993	2,036	68419,000	1,862	1,385
	2006	0,486	0,877	1,612	3,109	1,059	0,514	0,187	0,096	0,049	0,121	0,794	1,544	53269,000	1,612	1,354
	2007	0,501	0,926	1,390	4,055	0,997	0,499	0,192	0,096	0,056	0,148	0,648	1,298	46136,000	1,390	1,144
	2008	0,531	0,995	1,341	3,498	0,882	0,469	0,058	0,027	0,130	0,056	0,481	1,025	44004,000	1,341	1,134
15	2003	0,660	1,060	1,000	17,683	0,514	0,340	0,513	0,174	0,006	0,080	2,171	6,392	-2,000	1,000	0,930
	2004	0,651	1,138	0,957	18,753	0,537	0,349	0,477	0,167	0,006	0,077	2,165	6,195	-1663,000	0,957	0,876
	2005	0,734	1,222	0,950	13,962	0,362	0,266	0,352	0,094	0,007	0,050	1,874	7,047	-2482,000	0,950	0,864
	2006	0,737	1,087	0,997	13,651	0,356	0,263	0,356	0,093	0,004	0,052	1,803	6,867	-147,000	0,997	0,935
	2007	0,697	1,023	1,036	10,099	0,435	0,303	0,344	0,104	0,007	0,046	2,247	7,410	1525,000	1,036	0,928
	2008	0,713	1,110	1,008	8,535	0,402	0,287	0,317	0,091	0,007	0,039	2,315	8,068	379,000	1,008	0,922
16	2003	0,617	0,001	1,675	0,013	0,620	0,383	-0,139	-0,053	0,023	-0,084	0,634	1,656	6142,000	1,675	0,992
	2004	0,612	0,003	2,194	0,008	0,635	0,388	0,182	0,071	0,048	0,094	0,751	1,934	25444,000	2,194	0,650
	2005	0,602	0,003	3,588	0,003	0,661	0,398	0,080	0,032	0,048	0,037	0,866	2,176	52498,000	3,588	1,298
	2006	0,740	1,539	1,302	1,435	0,352	0,260	0,083	0,022	0,039	0,043	0,507	1,945	16870,000	1,302	0,446
	2007	0,713	1,035	1,316	1,662	0,403	0,287	0,063	0,018	0,061	0,030	0,611	2,128	23365,000	1,316	0,518
	2008	0,681	0,965	1,341	1,869	0,469	0,319	0,065	0,021	0,082	0,036	0,575	1,803	23444,000	1,341	0,478
17	2003	0,709	0,183	1,432	1,106	0,410	0,291	-0,193	-0,056	0,056	-0,023	2,457	8,450	8061,000	1,432	1,165
	2004	0,706	0,171	1,376	3,216	0,416	0,294	0,131	0,038	0,044	0,017	2,282	7,762	8330,000	1,376	1,262
	2005	0,649	0,153	1,512	2,284	0,540	0,351	0,128	0,045	0,060	0,015	2,910	8,300	8595,000	1,512	1,429
	2006	0,717	0,226	1,339	3,547	0,394	0,283	0,004	0,001	0,065	0,000	2,851	10,078	6897,000	1,339	1,265
	2007	0,692	0,186	1,387	4,679	0,445	0,308	0,159	0,049	0,071	0,017	2,821	9,156	8356,000	1,387	1,297
	2008	0,666	0,156	1,443	5,760	0,502	0,334	0,289	0,097	0,074	0,033	2,893	8,658	10090,000	1,443	1,389
18	2003	0,915	2,055	1,041	1,435	0,093	0,085	0,086	0,007	0,011	0,002	2,992	35,262	491,000	1,041	0,243
	2004	0,897	2,038	1,038	1,550	0,115	0,103	0,082	0,008	0,009	0,003	3,086	29,888	390,000	1,038	0,285
	2005	0,901	1,890	1,040	1,571	0,110	0,099	0,085	0,008	0,011	0,003	2,433	24,540	482,000	1,040	0,232
	2006	0,903	1,770	1,048	1,525	0,108	0,097	0,036	0,003	0,008	0,002	2,260	23,233	625,000	1,048	0,231
	2007	0,902	1,892	1,028	1,694	0,109	0,098	0,037	0,004	0,008	0,002	2,367	24,143	374,000	1,028	0,254
	2008	0,907	1,719	1,039	1,626	0,103	0,093	0,054	0,005	0,013	0,002	2,262	24,283	594,000	1,039	0,193

19	2003	0,703	0,476	1,395	1,610	0,422	0,297	0,041	0,012	0,051	0,007	1,666	5,617	11715,000	1,395	1,047
	2004	0,498	0,311	2,827	0,784	1,010	0,502	0,291	0,146	0,082	0,063	2,333	4,643	21935,000	2,827	2,355
	2005	0,663	0,448	1,324	6,876	0,508	0,337	0,062	0,021	0,061	0,014	1,459	4,333	8119,000	1,324	1,123
	2006	0,542	0,521	1,404	0,000	0,844	0,458	0,101	0,046	0,087	0,025	1,853	4,049	7009,000	1,404	1,115
	2007	0,526	0,423	1,524	147,245	0,902	0,474	0,142	0,067	0,078	0,039	1,733	3,654	9887,000	1,524	1,041
	2008	0,548	0,351	1,544	61,771	0,826	0,452	0,112	0,051	0,064	0,034	1,496	3,307	12572,000	1,544	1,140
20	2003	0,326	0,066	2,931	0,000	2,069	0,674	0,170	0,252	0,079	0,116	1,470	2,181	57561,000	2,931	2,338
	2004	0,401	0,053	2,421	32,158	1,494	0,599	0,158	0,095	0,065	0,083	1,145	1,912	69441,000	2,421	1,852
	2005	0,186	0,044	5,204	147,720	4,389	0,814	0,133	0,109	0,148	0,078	1,397	1,716	80738,000	5,204	4,072
	2006	0,212	0,046	4,623	9,264	3,709	0,788	0,084	0,066	0,095	0,051	1,304	1,656	88301,000	4,623	3,618
	2007	0,151	0,043	6,568	7,724	5,604	0,849	0,074	0,158	0,063	0,158	1,577	1,338	92674,000	6,568	5,136
	2008	0,132	0,033	7,745	4,534	6,592	0,868	0,131	0,114	0,161	0,097	1,178	1,357	107929,000	7,745	6,629
21	2003	0,857	0,747	1,186		0,167	0,143	0,506	0,072	0,047	0,031	2,338	16,352	4148,000	1,186	0,943
	2004	0,955	18,328	0,196	33,978	0,047	0,045	0,605	0,027	0,010	0,052	0,521	11,696	-95177,000	0,196	0,159
	2005	0,961	20,469	0,222	36,027	0,040	0,039	-0,121	-0,005	0,045	-0,010	0,455	11,772	-95543,000	0,222	0,178
	2006	0,945	13,675	1,158	1,029	0,058	0,055	0,170	0,009	0,042	0,017	0,544	9,918	3780,000	1,158	1,039
	2007	0,888	7,018	0,951	1,185	0,126	0,112	0,499	0,056	0,054	0,104	0,540	4,808	-1187,000	0,951	0,861
	2008	0,886	6,713	0,844	1,260	0,128	0,114	0,059	0,007	0,055	0,013	0,522	4,593	-4992,000	0,844	0,721
22	2003	0,614	0,225	1,687	1,200	0,630	0,386	0,309	0,119	0,009	0,048	2,466	6,380	3704,000	1,687	1,678
	2004	0,596	0,177	1,955	0,589	0,677	0,404	0,287	0,116	0,011	0,047	2,445	6,055	5633,000	1,955	1,950
	2005	0,631	0,452	1,538	1,870	0,585	0,369	0,347	0,128	0,009	0,055	2,335	6,328	4559,000	1,538	1,521
	2006	0,729	2,666	0,418	10,937	0,372	0,271	0,058	0,016	0,070	0,014	1,132	4,173	-14806,000	0,418	0,413
	2007	0,796	3,433	0,703	1,893	0,257	0,204	-0,110	-0,022	0,040	-0,019	1,173	5,744	-5809,000	0,703	0,697
	2008	0,765	2,912	0,723	2,082	0,307	0,235	-0,027	-0,006	0,038	-0,005	1,329	5,649	-5435,000	0,723	0,717
23	2003	0,667	1,536	0,980	3,039	0,498	0,333	0,085	0,028	0,028	0,010	2,762	8,306	-113,000	0,980	0,752
	2004	0,737	1,598	0,939	3,515	0,357	0,263	0,120	0,032	0,017	0,012	2,717	10,331	-453,000	0,939	0,724
	2005	0,706	2,095	0,602	9,168	0,415	0,293	0,128	0,038	0,017	0,013	2,985	10,172	-3131,000	0,602	0,390
	2006	0,729	2,087	0,789	3,164	0,372	0,271	0,047	0,013	0,031	0,004	2,850	10,503	-1943,000	0,789	0,416
	2007	0,849	3,429	0,661	4,303	0,178	0,151	-0,369	-0,056	0,028	-0,020	2,814	18,611	-4146,000	0,661	0,376
	2008	0,953	8,174	0,685	6,958	0,049	0,047	-1,845	-0,087	0,021	-0,035	2,485	52,751	-5357,000	0,685	0,541
24	2003	0,960	0,758	1,249	0,164	0,041	0,040	0,252	0,010	0,008	0,003	3,225	81,289	6090,000	1,249	0,750
	2004	0,942	0,549	1,248	0,191	0,061	0,058	0,391	0,023	0,012	0,006	3,626	62,805	6848,000	1,248	0,753
	2005	0,919	0,765	1,239	0,383	0,088	0,081	0,307	0,025	0,012	0,007	3,527	3,307	6610,000	1,239	0,627
	2006	0,932	1,180	1,661	0,211	0,072	0,068	-0,057	-0,004	0,017	-0,001	2,815	41,655	15190,000	1,661	0,977
	2007	0,932	0,662	1,661	0,126	0,073	0,068	0,058	0,004	0,024	0,001	2,713	39,797	16606,000	1,661	1,110
	2008	1,047	-1,031	1,753	0,096	-0,045	-0,047	2,818	-0,133	0,031	-0,046	2,897	-61,342	14176,000	1,753	1,254



25	2003	0,844	5,899	1,589	1,159	0,185	0,156	0,132	0,021	0,003	0,064	0,321	2,056	4271,000	1,589	1,265
	2004	0,706	2,577	4,187	1,170	0,417	0,294	0,005	0,002	0,029	0,007	0,235	0,799	31833,000	4,187	4,026
	2005	0,330	0,763	2,566	3,676	2,035	0,670	0,137	0,092	0,350	0,110	0,834	1,244	11770,000	2,566	2,368
	2006	0,193	0,710	2,378	43,767	4,193	0,807	0,054	0,043	0,018	0,048	0,898	1,113	8572,000	2,378	2,097
	2007	0,220	0,641	2,332	91,198	3,551	0,780	0,049	0,038	0,012	0,040	0,955	1,224	10766,000	2,332	2,086
	2008	0,301	0,646	1,886	44,606	2,324	0,699	-0,043	-0,030	0,042	-0,027	1,118	1,598	10400,000	1,886	1,598
26	2003	0,637	1,541	0,996	2,878	0,569	0,363	0,271	0,098	0,023	0,070	1,415	3,902	-94,000	0,996	0,922
	2004	0,631	1,474	1,350	1,857	0,586	0,369	0,234	0,086	0,022	0,059	1,459	3,950	5506,000	1,350	1,247
	2005	0,600	1,402	1,091	2,839	0,665	0,400	0,246	0,098	0,027	0,063	1,571	3,932	1633,000	1,091	0,999
	2006	0,615	1,195	1,139	3,269	0,627	0,385	0,275	0,106	0,026	0,076	1,403	3,640	3201,000	1,139	1,045
	2007	0,612	1,342	0,977	4,291	0,634	0,388	0,177	0,069	0,033	0,042	1,631	4,204	-486,000	0,977	0,859
	2008	0,665	1,508	1,025	2,774	0,505	0,335	0,008	0,003	0,026	0,002	1,680	5,007	501,000	1,025	0,890
27	2003	0,879	1,011	2,246	0,250	0,137	0,121	0,005	0,001	0,078	0,001	0,563	4,660	9852,000	2,246	0,469
	2004	0,932	2,130	1,821	0,314	0,073	0,068	-0,342	-0,023	0,010	-0,522	0,045	0,654	11330,000	1,821	0,347
	2005	0,881	1,502	2,535	0,321	0,135	0,119	0,434	0,052	0,018	0,170	0,303	2,551	15020,000	2,535	0,793
	2006	0,860	1,381	3,200	0,317	0,162	0,140	0,076	0,011	0,030	0,039	0,269	1,928	15465,000	3,200	1,062
	2007	0,916	1,783	1,349	0,526	0,092	0,084	0,035	0,003	0,014	0,033	0,089	1,048	10491,000	1,349	0,136
	2008	0,933	1,647	2,494	0,190	0,071	0,067	-0,095	-0,006	0,009	-0,192	0,033	0,484	29473,000	2,494	0,298
28	2003	0,592	0,087	1,860	0,484	0,690	0,408	0,337	0,137	0,006	0,179	0,769	1,884	44898,000	1,860	1,739
	2004	0,540	0,085	1,984	0,705	0,852	0,460	0,401	0,185	0,011	0,248	0,745	1,619	46894,000	1,984	1,824
	2005	0,548	0,077	1,947	0,675	0,826	0,452	0,423	0,191	0,010	0,265	0,723	1,597	47260,000	1,947	1,795
	2006	0,541	0,081	1,921	0,946	0,850	0,459	0,438	0,201	0,016	0,256	0,785	1,709	46983,000	1,921	1,768
	2007	0,449	0,055	2,362	0,792	1,228	0,551	0,299	0,165	0,008	0,239	0,688	1,247	66386,000	2,362	2,231
	2008	0,440	0,065	2,493	0,672	1,270	0,560	0,388	0,217	0,008	0,262	0,829	1,482	53260,000	2,493	2,462
29	2003	0,147	0,019	6,773	10,263	5,811	0,853	0,152	0,130	0,101	0,109	1,191	1,396	29725,000	6,773	6,617
	2004	0,332	0,013	3,046	1,312	2,011	0,668	0,143	0,095	0,028	0,105	0,908	1,360	30522,000	3,046	2,996
	2005	0,185	0,018	5,636	1,496	4,415	0,815	0,257	0,210	0,089	0,130	1,615	1,981	20897,000	5,636	5,419
	2006	0,284	0,022	3,803	0,614	2,516	0,716	0,253	0,181	0,097	0,113	1,598	2,233	18360,000	3,803	3,669
	2007	0,346	0,019	3,102	0,439	1,888	0,654	0,274	0,179	0,072	0,121	1,480	2,264	18482,000	3,102	3,024
	2008	0,421	0,061	2,429	1,455	1,373	0,579	0,196	0,113	0,055	0,074	1,523	2,632	15923,000	2,429	2,236
30	2003	0,554	0,920	1,208	6,221	0,805	0,446	0,316	0,141	0,017	0,096	1,475	3,308	2520,000	1,208	1,084
	2004	0,507	0,765	1,414	5,683	0,972	0,493	0,407	0,201	0,015	0,126	1,592	3,229	4066,000	1,414	1,264
	2005	0,575	0,802	1,310	4,771	0,740	0,425	0,255	0,109	0,015	0,071	1,520	3,574	3638,000	1,310	1,197
	2006	0,675	1,205	0,986	6,788	0,482	0,325	0,245	0,080	0,022	0,055	1,456	4,480	-230,000	0,986	0,877
	2007	0,689	1,199	0,974	8,293	0,451	0,311	0,275	0,086	0,025	0,070	1,215	3,909	-551,000	0,974	0,883
	2008	0,707	1,226	1,000	5,437	0,415	0,293	0,091	0,027	0,028	0,024	1,103	3,762	-5,000	1,000	0,924

31	2003	0,489	0,057	2,061	1,663	1,047	0,511	0,166	0,085	0,100	0,048	1,772	3,464	12832,000	2,061	1,591
	2004	0,532	0,076	1,928	1,128	0,880	0,468	0,100	0,047	0,092	0,028	1,666	3,559	14462,000	1,928	1,465
	2005	0,480	0,079	2,101	1,732	1,083	0,520	0,110	0,057	0,112	0,029	1,989	3,825	14326,000	2,101	1,454
	2006	0,481	0,061	2,141	1,120	1,081	0,519	0,119	0,062	0,110	0,032	1,911	3,679	16725,000	2,141	1,488
	2007	0,477	0,050	2,156	1,024	1,096	0,523	0,077	0,040	0,135	0,019	2,086	3,988	18216,000	2,156	1,409
	2008	0,446	0,048	2,321	0,996	1,242	0,554	0,029	0,016	0,156	0,007	2,168	3,913	18791,000	2,321	1,597
32	2003	0,544	0,145	1,718	121,091	0,837	0,456	0,152	0,069	0,012	0,027	2,602	5,709	7862,000	1,718	1,718
	2004	0,479	0,130	2,301	0,918	1,088	0,521	0,199	0,103	0,014	0,042	2,479	4,756	11273,000	2,301	2,301
	2005	0,463	0,125	2,475	0,782	1,160	0,537	0,081	0,044	0,011	0,020	2,224	4,141	12271,000	2,475	2,475
	2006	0,454	0,106	2,103	10,266	1,205	0,546	0,122	0,067	0,011	0,032	2,080	3,805	12117,000	2,103	2,103
	2007	0,396	0,098	2,401	13,636	1,524	0,604	0,104	0,063	0,028	0,007	2,229	3,691	13501,000	2,401	2,401
	2008	0,339	0,088	2,869	5,449	1,950	0,661	0,066	0,044	0,007	0,020	2,185	3,305	14662,000	2,869	2,869
33	2003	0,822	2,723	1,000	1,581	0,217	0,178	0,026	0,005	0,060	0,004	1,176	6,597	-2,000	1,000	1,000
	2004	0,801	2,593	0,972	1,704	0,249	0,199	0,057	0,011	0,049	0,009	1,258	6,315	-176,000	0,972	0,946
	2005	0,802	2,932	0,913	1,697	0,247	0,198	0,254	0,050	0,038	0,049	1,022	5,169	-677,000	0,913	0,883
	2006	0,787	2,776	0,992	1,577	0,271	0,213	0,369	0,079	0,037	0,061	1,280	5,999	-61,000	0,992	0,969
	2007	0,675	1,648	1,311	1,672	0,482	0,325	0,483	0,157	0,041	0,114	1,378	4,234	2270,000	1,311	1,285
	2008	0,695	1,924	1,119	1,801	0,439	0,305	0,107	0,033	0,051	0,025	1,314	4,309	1028,000	1,119	1,099
34	2003	0,641	0,422	2,076	0,651	0,559	0,359	-0,035	-0,012	0,019	-0,004	2,860	7,972	4320,000	2,076	2,076
	2004	0,574	0,273	2,318	0,603	0,742	0,426	0,329	0,140	0,014	0,045	3,141	7,371	6182,000	2,318	2,318
	2005	0,524	0,253	2,367	0,789	0,908	0,476	0,291	0,139	0,011	0,048	2,867	6,026	7743,000	2,367	2,367
	2006	0,472	0,229	2,321	1,293	1,117	0,528	0,304	0,160	0,011	0,055	2,893	5,482	9775,000	2,321	2,321
	2007	0,347	0,228	2,461	101,935	1,878	0,653	0,269	0,175	0,011	0,059	2,958	4,533	10755,000	2,461	2,461
	2008	0,245	0,220	3,426	125,710	3,087	0,755	0,222	0,168	0,002	0,065	2,592	3,432	13825,000	3,426	3,426
35	2003	0,733	0,523	1,210	6,261	0,364	0,267	0,197	0,053	0,014	0,017	3,103	11,626	2007,000	1,210	0,475
	2004	0,725	0,616	1,177	8,589	0,379	0,275	0,152	0,042	0,013	0,015	2,811	10,230	1899,000	1,177	0,549
	2005	0,686	0,461	1,282	7,709	0,457	0,314	0,172	0,054	0,013	0,020	2,766	8,814	2998,000	1,282	0,577
	2006	0,683	0,861	1,274	2,426	0,463	0,316	0,144	0,045	0,015	0,020	2,260	7,141	3351,000	1,274	0,607
	2007	0,715	0,791	1,235	2,566	0,399	0,285	0,082	0,024	0,016	0,012	1,907	6,686	3797,000	1,235	0,610
	2008	0,663	0,711	1,370	2,219	0,508	0,337	0,077	0,026	0,025	0,012	2,185	6,483	4815,000	1,370	0,684
36	2003	0,123	0,517	7,009	10,117	7,143	0,877	0,069	0,060	0,001	0,169	0,358	0,408	28808,000	7,009	6,453
	2004	0,081	0,472	11,744	13,092	11,292	0,919	0,076	0,070	0,003	0,183	0,385	0,419	32951,000	11,744	10,749
	2005	0,076	0,428	11,471	16,876	12,133	0,924	0,073	0,067	0,002	0,177	0,378	0,410	37487,000	11,471	10,013
	2006	0,067	0,347	12,476	25,045	13,896	0,933	0,096	0,090	0,005	0,219	0,409	0,438	44789,000	12,476	11,202
	2007	0,050	0,286	17,634	32,317	19,122	0,950	0,090	0,086	0,011	0,216	0,397	0,418	50700,000	17,634	15,890
	2008	0,055	0,288	15,496	34,148	17,197	0,945	0,107	0,101	0,007	0,262	0,388	0,410	53243,000	15,496	13,924

37	2003	0,479	1,240	1,209	3,469	1,088	0,521	0,180	0,094	0,016	0,136	0,690	1,324	2304,000	1,209	1,039
	2004	0,407	1,024	1,350	5,229	1,456	0,593	0,221	0,131	0,010	0,179	0,733	1,236	3856,000	1,350	1,152
	2005	0,330	0,878	1,947	4,956	2,027	0,670	0,210	0,141	0,004	0,179	0,784	1,171	7290,000	1,947	1,668
	2006	0,305	0,805	1,563	24,282	2,277	0,695	0,200	0,139	0,015	0,154	0,906	1,304	5474,000	1,563	1,313
	2007	0,302	0,740	1,603	1990,778	2,314	0,698	0,226	0,158	0,020	0,161	0,978	1,400	6306,000	1,603	1,382
	2008	0,314	0,743	1,562	1978,556	2,184	0,686	0,211	0,145	0,030	0,142	1,022	1,490	6155,000	1,562	1,336
38	2003	0,811	1,250	1,093	2,110	0,234	0,190	-0,002	0,000	0,046	0,000	3,162	16,684	861,000	1,093	0,545
	2004	0,757	0,860	1,268	1,566	0,321	0,243	0,005	0,001	0,035	0,000	3,011	12,395	2332,000	1,268	0,548
	2005	0,753	0,875	1,227	1,892	0,328	0,247	-0,118	-0,029	0,027	-0,010	2,887	11,679	1779,000	1,227	0,567
	2006	0,712	0,745	1,256	2,481	0,404	0,288	-0,051	-0,015	0,035	-0,004	3,315	11,512	1664,000	1,256	0,609
	2007	0,756	0,782	1,110	7,153	0,323	0,244	-0,092	-0,022	0,035	-0,008	2,819	11,540	899,000	1,110	0,576
	2008	0,821	0,856	1,031	0,000	0,218	0,179	-0,234	-0,042	0,044	-0,017	2,478	13,865	315,000	1,031	0,457
39	2003	0,763	0,823	1,068	21,111	0,311	0,237	0,097	0,023	0,033	0,019	1,199	5,048	250,000	1,068	0,799
	2004	0,731	0,712	1,384	1,302	0,368	0,269	0,125	0,034	0,050	0,000	0,000	0,000	1083,000	1,384	1,125
	2005	0,721	0,682	1,503	1,046	0,388	0,279	0,130	0,036	0,030	0,030	1,218	4,358	1533,000	1,503	1,270
	2006	0,694	0,786	1,308	2,121	0,440	0,306	0,240	0,073	0,032	0,064	1,150	3,761	1202,000	1,308	0,992
	2007	0,693	0,659	1,299	2,552	0,442	0,307	0,203	0,062	0,031	0,050	1,232	4,019	1530,000	1,299	0,930
	2008	0,666	0,647	1,739	1,002	0,501	0,334	0,198	0,066	0,041	0,055	1,197	3,587	3142,000	1,739	1,175
40	2003	0,816	1,132	1,087	2,360	0,225	0,184	0,776	0,143	0,035	0,088	1,611	8,772	809,000	1,087	1,034
	2004	0,730	0,632	1,272	2,188	0,370	0,270	0,355	0,096	0,037	0,065	1,485	5,495	2574,000	1,272	1,206
	2005	0,733	0,658	1,274	2,034	0,364	0,267	0,383	0,102	0,041	0,065	1,581	5,930	2465,000	1,274	1,179
	2006	0,780	1,821	0,872	4,327	0,282	0,220	0,023	0,005	0,053	0,004	1,373	6,249	-1513,000	0,872	0,793
	2007	0,787	1,794	0,919	3,332	0,270	0,213	0,011	0,002	0,071	0,002	1,512	7,110	-976,000	0,919	0,838
	2008	0,789	1,376	1,116	1,895	0,268	0,211	0,051	0,011	0,074	0,006	1,673	7,924	1396,000	1,116	1,020

## Anexos

**Quadro 1.** Estudos mais relevantes sobre o contributo da auditoria

<b>Contributos da auditoria</b>	<b>Autores</b>
Introduz credibilidade e fiabilidade, diminui as incertezas, aumentam a segurança e a confiança na tomada de decisões pelos utilizadores da informação.	Robertson et al., (1998: 5).
Confirma a imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, dos resultados e dos fluxos de caixa permitindo que outros façam avaliações adequadas quanto à eficácia e eficiência, com que os recursos são utilizados.	EOROC, Art.º 44), Batista da Costa (2010: 662-667).
Avalia os riscos de quebra de continuidade e a capacidade de adaptação às mudanças nas políticas do sistema, na organização, administração, técnicas e tecnologia dando aos utilizadores um impulso na tomada de decisões.	Kennedy e Shaw (1991).
Pode contribuir para a prevenção e deteção de distorções decorrentes de atos intencionais, falhas significativas e fraude na entidade auditada, e proporcionar a identificação de incertezas relacionadas com o princípio da continuidade.	FEE (2007), Kinney e Martin (1994), Almeida (2000), Beja (2004).
Ajuda a melhorar o desempenho da organização através da deteção de incertezas ou de incumprimentos e a introdução de rigor em todos níveis organizacionais, contribuindo para a melhoria da gestão e do SCI, acompanhamento ou reforço da estratégia, concretização dos objetivos e realização da missão inicialmente estabelecida pela empresa auditada.	Dias (2006), Hay et al., (2004), Almeida (2000), Baptista da Costa (2010).
Verificação do cumprimento das normas contabilísticas, fiscais, estatutárias e legais da entidade auditada em termos de estrutura e práticas de governo societário, prestação de informações, introduzidas pelo Código de Governo das Sociedades, Código dos Valores Mobiliários e Código das Sociedades Comerciais.	Código de Governo das Sociedades, Código dos Valores Mobiliários e Código das Sociedades Comerciais, García et al., (1993).

**Fonte:** Adaptado de Morgado (2015).

**Quadro 2.** A Certificação legal das contas /relatório de auditoria tem a seguinte estrutura:

ENTIDADES DE INTERESSE PÚBLICO	OUTRAS ENTIDADES
<p><u>Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Opinião</li> <li>• Bases para a opinião</li> <li>• Incerteza material relacionada com a continuidade</li> <li>• Matérias relevantes de auditoria</li> <li>• Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras</li> <li>• Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras</li> </ul> <p><u>Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sobre o relatório de gestão</li> <li>• Sobre os elementos adicionais previstos no Artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014</li> </ul>	<p><u>Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Opinião</li> <li>• Bases para a opinião</li> <li>• Incerteza material relacionada com a continuidade</li> <li>• Matérias relevantes de auditoria (<i>opcional</i>)</li> <li>• Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras</li> <li>• Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras</li> </ul> <p><u>Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sobre o relatório de gestão</li> </ul>

Outras alterações à certificação legal das contas/relatório de auditoria

ENTIDADES DE INTERESSE PÚBLICO	OUTRAS ENTIDADES
<p><u>Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Opinião</li> <li>• Bases para a opinião</li> <li>• Incerteza material relacionada com a continuidade</li> <li>• Ênfase(s)</li> <li>• Matérias relevantes de auditoria</li> <li>• Outras matérias</li> <li>• Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras</li> <li>• Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras</li> </ul>	<p><u>Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Opinião</li> <li>• Bases para a opinião</li> <li>• Incerteza material relacionada com a continuidade</li> <li>• Ênfase(s)</li> <li>• Matérias relevantes de auditoria (<i>opcional</i>)</li> <li>• Outras matérias</li> <li>• Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras</li> <li>• Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras</li> </ul>

<u>Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares</u> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sobre o relatório de gestão</li> <li>• Sobre o relatório de governo societário</li> <li>• Sobre os elementos adicionais previstos no Artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014</li> </ul>	<u>Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares</u> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sobre o relatório de gestão</li> </ul>
---	---

**Fonte:** Adaptado de GATI revisto (2017).

No caso específico das Ênfases, e de acordo com a ISA 706 (Revista), esta secção deve, a seguir ao(s) texto(s) das ênfases, terminar com a expressão “A nossa opinião não é modificada em relação a esta(s) matéria(s).”

**Quadro 3.** Tipos de setores (distribuição)

		Setor		
		Frequências	Percentagens válidas	Percentagens cumulativas
	<b>Secundário</b>	14	35,0	37,5
	<b>Terciário</b>	26	65,0	62,5
	<b>Total</b>	40	100,0	100,0

**Fonte:** Elaboração própria.

**Quadro 4.** Estatísticas descritivas

	N	Média	Mediana	Desvio padrão	ShapiroWilks
ME(2003-2005)	40	,6159	,6221	,20463	,170
ME (2006-2008)	40	,6089	,6575	,23247	,149
MIP (2003-2005)	40	1,3555	,7242	2,3268	,000
MIP (2006-2008)	40	1,3900	,7902	1,9426	,000
MCPCP (2003-2005)	40	1,9994	1,3706	1,8625	,000
MCPCP (2006-2008)	40	2,1126	1,4460	2,4316	,000
MCPLP (2003-2005)	40	7,6416	3,1861	12,2477	,000
MCPLP (2006-2008)	40	44,6660	3,5370	209,5391	,000
MS (2003-2005)	40	1,1168	,6426	1,8382	,000
MS (2006-2008)	40	1,3494	,5249	2,7297	,000
MAF (2003-2005)	40	,3841	,3779	,2046	,170
MAF (2006-2008)	40	,3911	,3425	,2325	,140
MRCP (2003-2005)	40	,1612	,1640	,1662	,004
MRCP (2006-2008)	40	,1399	,1381	,2257	,000
MROI (2003-2005)	40	,0652	,0616	,0511	,563
MROI (2006-2008)	40	,0503	,0459	,0557	,196
MCCA (2003-2005)	40	,0379	,0290	,0329	,000
MCCA (2006-2008)	40	,0429	,0347	,0323	,001
MR (2003-2005)	40	,0473	,0379	,05950	,006
MR (2006-2008)	40	,0424	,0340	,05998	,000
MRA (2003-2005)	40	1,9206	1,5658	1,5225	,000
MRA (2006-2008)	40	9,1514	4,1552	16,9266	,000
MFM (2003-2005)	40	12986,3	6298,83	31527,52	,000
MFM (2006-2008)	40	18015,8	8741,17	41465,58	,000
MLG(2003-2005)	40	1,9994	1,3706	1,8625	,000
MLG (2003-2005)	40	2,1126	1,4460	2,4316	,000
MLR (2003-2005)	40	1,6400	1,1429	1,7560	,000
MLR (2006-2008)	40	1,7288	1,1061	2,2236	,000
MRCP (2003-2005)	40	8,7442	4,6755	13,7442	,000
MRCP (2006-2008)	40	9,1514	4,1552	16,9266	,000

Fonte: Elaboração própria.

### Legenda das siglas

ME- Média do Endividamento

MIP-Média do Imobilizado do Património

MCPCP- Média de Cobertura do Passivo a Curto Prazo

MCPLP- Média de Cobertura do Passivo a Médio Longo Prazo

MS- Média Solvabilidade

MAF- Média Autonomia Financeira

MRCP- Média Rendibilidade do Capital Próprio

MROI- Média Rendibilidade do Investimento

MRCP- Média Custo do Capital Alheio

MR- Média Rendibilidade das Vendas

MRA- Média Rotação do Ativo

MRCP- Média Rotação Capital Próprio

MFM- Média Fundo de Maneio

ML- Média Liquidez Geral

MR- Média Liquidez Reduzida

**Quadro 5.** Distribuição das amostras por setor

CAE - DESCRIÇÃO	Nº de empresas	Setor de atividade
Comércio por grosso de azeite, óleo e gorduras alimentares	3	Terciário
Fabricação de outros componentes para acessórios para veículos automóveis	2	Secundário
Comércio por grosso não especializado de produtos alimentares, bebidas e tabacos	2	Terciário
Atividades de gestão de condomínios, arquitetura, engenharia, energia	1	Terciário
Companhia de segurança	1	Terciário
Gestão de energia e automação	1	Terciário
Fabricação de embalagens de plásticos	1	Secundário
Comércio de veículos automóveis ligeiros	4	Terciário
Compra e venda de bens imobiliários	1	Terciário
Instalação, manutenção e reparação de elevadores	1	Terciário
Comércio por grosso de produtos farmacêuticos	5	Terciário
Comércio e serviço	1	Terciário
Produção e distribuição de equipamentos médicos e hospitalares	1	Terciário



Logísticos e transitários	1	Terciário
Edição, <i>designer</i> , impressão e distribuição de material gráfico	1	Terciário
Produção e comercialização de gases industriais, medicinais e farmacêuticos	1	Secundário
Comércio a retalho de mobiliário e artigos de iluminação; comércio retalho de louças, cutelaria e outros artigos similares para uso doméstico; comércio a retalho de têxteis para o lar; comércio a retalho de eletrodomésticos, aparelhos rádio, televisão e vídeo	1	Terciário
Fábrica de sapatos	1	Secundário
Atividades de empresas de trabalhos temporários	1	Terciário
Fabricação de acessórios e equipamentos industriais	1	Secundário
Fabricação de cabos de automóveis, cabos de energia, telecomunicações e especiais	1	Secundário
Serviço de restauração coletiva	1	Terciário
Serviço de informação	1	Terciário
Indústria de resinas sintéticas, fabricação de polímeros vinílicos	1	Secundário
Produção de cabos elétricos automotivo	1	Secundário
Fabrico de componentes para as indústrias automóvel elétrica, eletrónica e cablagens para a indústria informática.	1	Secundário
Comercio por grosso de eletrodomésticos, aparelhos de rádio e de televisão	2	Terciário
Comercialização e assistência, pré e pós-venda de produtos e serviços informáticos; consultoria e gestão de projetos; formação na área de informática	1	Terciário
<b>Total de empresas</b>	<b>40</b>	

**Fonte:** Elaboração própria.

**Quadro 6.** Distribuição por concelhos

CONCELHO	Nº de empresas
Aldeia de Juízo	1
Amadora	2
Areal	1
Avanca	1
Baçal	1
Carnaxide	2
Coimbra	1
Évora	1
Lisboa	9
Maia	1
Mem Martins	2
Miraflores	1
Ovar	2
Paço de Arcos	1
Ponte do Rol	1
Porto	5
Praia da Vitória	1
Queluz de Baixo	2
São João Madeira	1
Santiago do Bougado	1
Vale da Estrela	1
Vila Cortês do Mondego	1
Vila Nova de Gaia	1
Total de empresas	40

**Fonte:** Elaboração própria.

**Quadro 7.** Correlações (*Spearman*) entre os indicadores económico-financeiros (2003-2005)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1. ME	1	0,49(**)	-,63(**)	-,33(*)	-,99(**)	-,1000(**)	-,010	-,65(**)	,03	-,68(**)	,20	-,55(**)	-,63(**)	-,76(**)	-,71(**)
2. MIP	0,49(**)	1	-,66(**)	-,04	-,45(**)	-,49(**)	,05	-,27	-,19		-,18	-,68(**)	-,66(**)	-,60(**)	,22
3. MCPCP	-,63(**)	-,66(**)	1	-,14	,66(**)	,63(**)	-,14	,36(*)	,15	-,17	-,25	,87(**)	1,00(**)	,82(**)	-,61(**)
4. MCPLP	-,33(*)	-,04	-,14	1	,34(*)	,33(*)	,09	,20	-,07	,21	,06	-,12	-,14	,06	-,09
5. MS	-,99(**)	-,45(**)	,66(**)	,34(*)	1	0,99(**)	,07	,62(**)	,03	,69(**)	-,23	,57(**)	,66(**)	,78(**)	-,74(**)
6. MAF	-,1000(**)	-,49(**)	,63(**)	,33(*)	,99(**)	1	,010	,65(**)	-,03	,68(**)	-,20	,55(**)	,63(**)	,76(**)	-,71(**)
7. MRCP	-,010	,05	-,14	,09	,07	,010	1	,74(**)	-,38(*)	,61(**)	,05	-,07	-,14	,11	,02
8. MROI	-,65(**)	-,27(**)	,36(*)	,20	,62(**)	,65(**)	,74(**)	1	-,29	,89(**)	-,12	,35(*)	,36(*)	,51(**)	-,45(**)
9. MCCA	,03	-,19	,15	-,07	,03	-,03	-,38(*)	-,29	1	-,18	-,15	,22	,15	,13	-,17

10. MR	-,68(**)	-,17	,37(*)	,20	,69(**)	,68(**)	,61(**)	,89(**)	-,18	1	-,39(*)	,38(*)	,37(*)	,62(**)	,75(**)
11. MRA	,20	-,18	-,25	,06	-,23	-,20	,05	-,12	-,15	-,39(*)	1	-,15	-,25	-,18	-,51(**)
12. MFM	-,55(**)	-,68(**)	,87 (**)	-,12	,57(**)	,55(**)	-,07	,35(*)	,22	,38(*)	-,15	1	,87(**)	,73(**)	
13. MLG	-,63(**)	-,66(**)	1,00(**)	-,14	,66(**)	,63(**)	-,14	,36(*)	,15	,37(*)	-,25	,87(**)	1	,82(**)	-,61(**)
14. MLR	-,76(**)	-,60(**)	,82(**)	,06	,78(**)	,76(**)	,11	,51(**)	,13	,62(**)	-,18	,73(**)	,82(**)	1	-,55(**)
15. MRCP	-,71(**)	,22	-,61(**)	-,09	-,74(**)	-,71(**)	,02	-,45(**)	-,09	-,63(**)	,75(**)	-,51(**)	-,61(**)	-,55(**)	1

Fonte: Elaboração própria.

\*\*  $p < 0.001$ .

\*  $p < 0.005$ .

**Quadro 8.** Correlações (*Spearman*) entre os indicadores económico-financeiros (2006-2008)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1. ME	1	,66(**)	-,71(**)	-,35(*)	-,91(**)	-,100(**)	,08	-,51(**)	-,09	-,57(**)	,73(**)	,73(**)	-,63(**)	-,71(**)	-,78(**)
2. MIP	,66(**)	1	-,72(**)	-,12	-,66(**)	-,66(**)	-,13	-,41(**)	-,11	-,32(*)	,41(**)	,41(**)	-,63(**)	-,72(**)	-,69(**)
3. MCPCP	-,71(**)	-,72(**)	1	,02	,71(**)	,71(**)	,06	,31(*)	-,08	,33(*)	-,61(**)	-,61(**)	,89(**)	1,00(**)	,84(**)
4. MCPLP	-,35(*)	-,12	,02	1	,36(*)	,35(*)	-,01	,35(*)	-,19	,18	,01	,01	-,07	,02	,21
5. MS	-,91(**)	-,66(**)	,71(**)	,36(*)	1	,91(**)	-,08	,60(**)	,07	,57(**)	-,73(**)	-,73(**)	,63(**)	,71(**)	,79(**)
6. MAF	-,100(**)	-,66(*)	,71(*)	,35(*)	,91(**)	1	-,08	,51(**)	,09	,57(**)	-,73(**)	-,73(**)	,63(**)	,71(**)	,78(**)

7. MRCP	,08	-,13	,06	-,01	-,08	-,08	1	,61(**)	-,20	,52(**)	,54(**)	-,01	-,01	,06	,15
8. MROI	-,51(**)	-,42(**)	,39(*)	,35(*)	,60(**9)	,51(**9)	,61(**)	1	-,10	,89(**)	-,38(*)	-,38(*)	,32(*)	,39(*)	,59(**)
9. MCCA	-,09	-,11	-,08	-,19	,07	,09	-,20	-,10	1	,00	-,09	-,09	,06	-,08	-,02
10. MR	-,57(**)	-,32(*)	,33(*)	,18	,57(**)	,57(**)	,54(**)	,89(**)	,01	1	-,41(**)	-,41(**)	,30	,33(*)	,54(**)
11. MRA	,73(**)	,41(**)	-,61(**)	,01	-,73(**)	-,73(**)	-,01	-,38(*)	-,09	-,41(**)	1	1,00(**)	-,70	-,61(**)	-,56(**)
12. MRC	,73(**)	,41(**)	-,61(**)	,01	-,73(**)	-,73(**)	-,01	-,38(*)	-,09	-,41(**)	1,00(**)	1	-,70	-,61(**)	-,56(**)
13. MFM	-,63(**)	-,63(**9)	,89(**)	-,07	,63(**)	,63(**)	-,01	,32(**)	,06	,30	-,70(**)	-,70(**)	1	,89(**)	,74(**)
14. MLG	-,71(**)	-,72(**)	1,00(**)	,02	,71(**)	,71(**)	,06	,39(*)	-,08	,33(*)	-,61(**)	-,61(**)	,89(**)	1	,84(**)
15. MLR	-,78(**)	-,69(**)	,84(**)	,21	,79(**)	,78(**)	,15	,59(**)	-,02	,54(**)	-,56(**)	-,56(**)	,74(**)	,84(**)	1

Fonte: Elaboração própria.

\*\*  $p < 0.001$ .

\*  $p < 0.005$ .

## ANEXO I: Wilcoxon signed Ranks Test (ME e MIP)

**Quadro 9.** Estatística de Teste de Wilcoxon para o rácio média do Endividamento

		Ranks		
		N	Mean Rank	Sum of Ranks
Média do Endividamento (2006-2008) – Média do Endividamento (2003-2005)	Negative Ranks	19 <sup>a</sup>	21,47	408,00
	Positive Ranks	21 <sup>b</sup>	19,62	412,00
Ties		0 <sup>c</sup>		
Total		40		

a. Média do Endividamento (2006-2008) < Média do Endividamento (2003-2005)

b. Média do Endividamento (2006-2008) > Média do Endividamento (2003-2005)

c. Média do Endividamento (2006-2008) = Média do Endividamento (2003-2005)

**Test Statistics<sup>a</sup>**

	Média do Endividamento (2006-2008) – Média do Endividamento (2003-2005)
Z	-,027 <sup>b</sup>
Asymp. Sig. (2-tailed)	,979
Exact Sig. (2-tailed)	,984
Exact Sig. (1-tailed)	,492
Point Probability	,005

a. Wilcoxon Signed Ranks Test

b. Based on negative ranks.

**Quadro 10.** Estatística de Teste de Wilcoxon para o rácio média Imobilização do património

		Ranks		
		N	Mean Rank	Sum of Ranks
Média de Imobilização do Património (2006-2008) – Média de Imobilização do Património (2003-2005)	Negative Ranks	23 <sup>a</sup>	17,43	401,00
	Positive Ranks	17 <sup>b</sup>	24,65	419,00
Ties		0 <sup>c</sup>		
Total		40		

a. Média de Imobilização do Património (2006-2008) < Média de Imobilização do Património (2003-2005)

b. Média de Imobilização do Património (2006-2008) > Média de Imobilização do Património (2003-2005)

c. Média de Imobilização do Património (2006-2008) = Média de Imobilização do Património (2003-2005)

**Test Statistics<sup>a</sup>**

	Média de Imobilização do Patrimônio (2006-2008) - Média de Imobilização do Patrimônio (2003-2005)
Z	-,121 <sup>b</sup>
Asymp. Sig. (2-tailed)	,904
Exact Sig. (2-tailed)	,910
Exact Sig. (1-tailed)	,455
Point Probability	,005

a. Wilcoxon Signed Ranks Test

b. Based on negative ranks.

## ANEXO II: Wilcoxon signed Ranks Test (MCPCP)

**Quadro 11.** Estatística de Teste de Wilcoxon para o rácio média Cobertura do passivo de curto prazo

**Ranks**

		N	Mean Rank	Sum of Ranks
Média da Cobertura do Passivo de curto Prazo (2006-2008) - Média da Cobertura do Passivo de Curto Prazo (2003-2005)	Negative Ranks	17 <sup>a</sup>	21,35	363,00
	Positive Ranks	23 <sup>b</sup>	19,87	457,00
	Ties	0 <sup>c</sup>		
	Total	40		

a. Média da Cobertura do Passivo de curto Prazo (2006-2008) < Média da Cobertura do Passivo de Curto Prazo (2003-2005)

b. Média da Cobertura do Passivo de curto Prazo (2006-2008) > Média da Cobertura do Passivo de Curto Prazo (2003-2005)

c. Média da Cobertura do Passivo de curto Prazo (2006-2008) = Média da Cobertura do Passivo de Curto Prazo (2003-2005)

**Test Statistics<sup>a</sup>**

	Média da Cobertura do Passivo de curto Prazo (2006-2008) - Média da Cobertura do Passivo de Curto Prazo (2003-2005)
Z	-,632 <sup>b</sup>
Asymp. Sig. (2-tailed)	,528
Exact Sig. (2-tailed)	,536
Exact Sig. (1-tailed)	,268
Point Probability	,004

a. Wilcoxon Signed Ranks Test

b. Based on negative ranks.



## ANEXO III: Wilcoxon signed Ranks Test (MCPLP e MS)

**Quadro 12.** Estatística de Teste de Wilcoxon para o rácio média Cobertura do passivo de longo prazo

		Ranks		
		N	Mean Rank	Sum of Ranks
Média da Cobertura do Passivo de Longo Prazo (2006-2008) - Média da Cobertura do Passivo de Longo Prazo (2003-2005)	Negative Ranks	18 <sup>a</sup>	19,67	354,00
	Positive Ranks	22 <sup>b</sup>	21,18	466,00
	Ties	0 <sup>c</sup>		
	Total	40		

a. Média da Cobertura do Passivo de Longo Prazo (2006-2008) < Média da Cobertura do Passivo de Longo Prazo (2003-2005)

b. Média da Cobertura do Passivo de Longo Prazo (2006-2008) > Média da Cobertura do Passivo de Longo Prazo (2003-2005)

c. Média da Cobertura do Passivo de Longo Prazo (2006-2008) = Média da Cobertura do Passivo de Longo Prazo (2003-2005)

**Test Statistics<sup>a</sup>**

	Média da Cobertura do Passivo de Longo Prazo (2006-2008) - Média da Cobertura do Passivo de Longo Prazo (2003-2005)
Z	-,753 <sup>b</sup>
Asymp. Sig. (2-tailed)	,452
Exact Sig. (2-tailed)	,460
Exact Sig. (1-tailed)	,230
Point Probability	,004

a. Wilcoxon Signed Ranks Test

b. Based on negative ranks.

**Quadro 13.** Estatística de Teste de Wilcoxon para o rácio média de Solvabilidade

		Ranks		
		N	Mean Rank	Sum of Ranks
Média de Solvabilidade (2006-2008) - Média de Solvabilidade (2003-2005)	Negative Ranks	20 <sup>a</sup>	18,55	371,00
	Positive Ranks	20 <sup>b</sup>	22,45	449,00
	Ties	0 <sup>c</sup>		
	Total	40		

a. Média de Solvabilidade (2006-2008) < Média de Solvabilidade (2003-2005)

b. Média de Solvabilidade (2006-2008) > Média de Solvabilidade (2003-2005)

c. Média de Solvabilidade (2006-2008) = Média de Solvabilidade (2003-2005)

**Test Statistics<sup>a</sup>**

	Média de Solvabilidade (2006-2008) - Média de Solvabilidade (2003-2005)
Z	-,524 <sup>b</sup>
Asymp. Sig. (2-tailed)	,600
Exact Sig. (2-tailed)	,609
Exact Sig. (1-tailed)	,304
Point Probability	,005

a. Wilcoxon Signed Ranks Test

b. Based on negative ranks.

## ANEXO IV: Wilcoxon signed Ranks Test (MAF)

**Quadro 14.** Estatística de Teste de Wilcoxon para o rácio média de Autonomia financeira

**Ranks**

		N	Mean Rank	Sum of Ranks
Média de Autonomia Financeira (2006-2008) - Média de Autonomia Financeira (2003-2005)	Negative Ranks	21 <sup>a</sup>	19,62	412,00
	Positive Ranks	19 <sup>b</sup>	21,47	408,00
	Ties	0 <sup>c</sup>		
	Total	40		

a. Média de Autonomia Financeira (2006-2008) < Média de Autonomia Financeira (2003-2005)

b. Média de Autonomia Financeira (2006-2008) > Média de Autonomia Financeira (2003-2005)

c. Média de Autonomia Financeira (2006-2008) = Média de Autonomia Financeira (2003-2005)

**Test Statistics<sup>a</sup>**

	Média de Autonomia Financeira (2006-2008) - Média de Autonomia Financeira (2003-2005)
Z	-,027 <sup>b</sup>
Asymp. Sig. (2-tailed)	,979
Exact Sig. (2-tailed)	,984
Exact Sig. (1-tailed)	,492
Point Probability	,005

a. Wilcoxon Signed Ranks Test

b. Based on positive ranks.

## ANEXO V: Wilcoxon signed Ranks Test (MRCP)

**Quadro 15.** Estatística de Teste de Wilcoxon para o rácio média de Rendibilidade do capital próprio

		Ranks		
		N	Mean Rank	Sum of Ranks
Média de RCP (2006-2005) - Média de RCP (2003-2005)	Negative Ranks	25 <sup>a</sup>	19,52	488,00
	Positive Ranks	15 <sup>b</sup>	22,13	332,00
	Ties	0 <sup>c</sup>		
	Total	40		

a. Média de RCP (2006-2005) < Média de RCP (2003-2005)

b. Média de RCP (2006-2005) > Média de RCP (2003-2005)

c. Média de RCP (2006-2005) = Média de RCP (2003-2005)

**Test Statistics<sup>a</sup>**

	Média de RCP (2006-2005) - Média de RCP (2003-2005)
Z	-1,048 <sup>b</sup>
Asymp. Sig. (2-tailed)	,294
Exact Sig. (2-tailed)	,301
Exact Sig. (1-tailed)	,151
Point Probability	,003

a. Wilcoxon Signed Ranks Test

b. Based on positive ranks.

**Quadro 16.** Estatística de Teste de Wilcoxon para o rácio média de Rendibilidade do investimento

		Ranks		
		N	Mean Rank	Sum of Ranks
Média de ROI (2006-2008) - Média de ROI (2003-2005)	Negative Ranks	25 <sup>a</sup>	21,84	546,00
	Positive Ranks	15 <sup>b</sup>	18,27	274,00
	Ties	0 <sup>c</sup>		
	Total	40		

a. Média de ROI (2006-2008) < Média de ROI (2003-2005)

b. Média de ROI (2006-2008) > Média de ROI (2003-2005)

c. Média de ROI (2006-2008) = Média de ROI (2003-2005)

**Test Statistics<sup>a</sup>**

	Média de ROI (2006-2008) - Média de ROI (2003-2005)
Z	-1,828 <sup>b</sup>
Asymp. Sig. (2-tailed)	,068
Exact Sig. (2-tailed)	,068
Exact Sig. (1-tailed)	,034
Point Probability	,001

a. Wilcoxon Signed Ranks Test

b. Based on positive ranks.

## ANEXO VI: Wilcoxon signed Ranks Test (MCCA e MR)

**Quadro 17.** Estatística de Teste de Wilcoxon para o rácio média de Custo do capital alheio

		Ranks		
		N	Mean Rank	Sum of Ranks
Média de custo do Capital Alheio (2006-2008) - Média de custo do Capital Alheio (2003-2005)	Negative Ranks	13 <sup>a</sup>	18,85	245,00
	Positive Ranks	27 <sup>b</sup>	21,30	575,00
	Ties	0 <sup>c</sup>		
	Total	40		

a. Média de custo do Capital Alheio (2006-2008) < Média de custo do Capital Alheio (2003-2005)

b. Média de custo do Capital Alheio (2006-2008) > Média de custo do Capital Alheio (2003-2005)

c. Média de custo do Capital Alheio (2006-2008) = Média de custo do Capital Alheio (2003-2005)

### Test Statistics<sup>a</sup>

	Média de custo do Capital Alheio (2006-2008) - Média de custo do Capital Alheio (2003-2005)
Z	-2,218 <sup>b</sup>
Asymp. Sig. (2-tailed)	,027
Exact Sig. (2-tailed)	,026
Exact Sig. (1-tailed)	,013
Point Probability	,000

a. Wilcoxon Signed Ranks Test

b. Based on negative ranks.

**Quadro 18.** Estatística de Teste de Wilcoxon para o rácio média de Rendibilidade das vendas

		Ranks		
		N	Mean Rank	Sum of Ranks
Média de Rendibilidade das vendas (2006-2008) - Média de Rendibilidade das vendas (2003-2005)	Negative Ranks	24 <sup>a</sup>	20,63	495,00
	Positive Ranks	16 <sup>b</sup>	20,31	325,00
	Ties	0 <sup>c</sup>		
	Total	40		

a. Média de Rendibilidade (2006-2008) > Média de Rendibilidade das vendas (2003-2005)

b. Média de Rendibilidade das vendas (2006-2008) > Média de Rendibilidade das vendas (2003-2005)

c. Média de Rendibilidade das vendas (2006-2008) = Média de Rendibilidade das vendas (2003-2005)

**Test Statistics<sup>a</sup>**

	Média de Rendibilidade e das vendas (2006-2008) - Média de Rendibilidade e das vendas (2003-2005)
Z	-1,143 <sup>b</sup>
Asymp. Sig. (2-tailed)	,253
Exact Sig. (2-tailed)	,259
Exact Sig. (1-tailed)	,130
Point Probability	,003

a. Wilcoxon Signed Ranks Test

b. Based on positive ranks.

## ANEXO VII: Wilcoxon signed Ranks Test (MRA e MFM)

**Quadro 19.** Estatística de Teste de Wilcoxon para o rácio média de Rotação do ativo

**Ranks**

		N	Mean Rank	Sum of Ranks
Média de Rotação do Activo (2006-2008) - Média de Rotação do Activo (2003-2005)	Negative Ranks	1 <sup>a</sup>	21,00	21,00
	Positive Ranks	39 <sup>b</sup>	20,49	799,00
	Ties	0 <sup>c</sup>		
	Total	40		

a. Média de Rotação do Activo (2006-2008) < Média de Rotação do Activo (2003-2005)

b. Média de Rotação do Activo (2006-2008) > Média de Rotação do Activo (2003-2005)

c. Média de Rotação do Activo (2006-2008) = Média de Rotação do Activo (2003-2005)

**Test Statistics<sup>a</sup>**

	Média de Rotação do Activo (2006-2008) - Média de Rotação do Activo (2003-2005)
Z	-5,229 <sup>b</sup>
Asymp. Sig. (2-tailed)	,000
Exact Sig. (2-tailed)	,000
Exact Sig. (1-tailed)	,000
Point Probability	,000

a. Wilcoxon Signed Ranks Test

b. Based on negative ranks.

**Quadro 20.** Estatística de Teste de Wilcoxon para o rácio média de Fundo de maneio

		Ranks		
		N	Mean Rank	Sum of Ranks
Média de Fundo de Maneio (2006-2008) - Média de Fundo de Maneio (2003-2005)	Negative Ranks	14 <sup>a</sup>	20,57	288,00
	Positive Ranks	26 <sup>b</sup>	20,46	532,00
	Ties	0 <sup>c</sup>		
	Total	40		

a. Média de Fundo de Maneio (2006-2008) < Média de Fundo de Maneio (2003-2005)

b. Média de Fundo de Maneio (2006-2008) > Média de Fundo de Maneio (2003-2005)

c. Média de Fundo de Maneio (2006-2008) = Média de Fundo de Maneio (2003-2005)

**Test Statistics<sup>a</sup>**

	Média de Fundo de Maneio (2006-2008) - Média de Fundo de Maneio (2003-2005)
Z	-1,640 <sup>b</sup>
Asymp. Sig. (2-tailed)	,101
Exact Sig. (2-tailed)	,103
Exact Sig. (1-tailed)	,051
Point Probability	,001

a. Wilcoxon Signed Ranks Test

b. Based on negative ranks.

## ANEXO VIII: Wilcoxon signed Ranks Test (MLG e MLR)

**Quadro 21.** Estatística de Teste de Wilcoxon para o rácio média de Liquidez geral

		Ranks		
		N	Mean Rank	Sum of Ranks
Média de Liquidez Geral (2006-2008) - Média de Liquidez Geral (2003-2005)	Negative Ranks	17 <sup>a</sup>	21,35	363,00
	Positive Ranks	23 <sup>b</sup>	19,87	457,00
	Ties	0 <sup>c</sup>		
	Total	40		

a. Média de Liquidez Geral (2006-2008) < Média de Liquidez Geral (2003-2005)

b. Média de Liquidez Geral (2006-2008) > Média de Liquidez Geral (2003-2005)

c. Média de Liquidez Geral (2006-2008) = Média de Liquidez Geral (2003-2005)

**Test Statistics<sup>a</sup>**

	Média de Liquidez Geral (2006-2008) - Média de Liquidez Geral (2003-2005)
Z	-,632 <sup>b</sup>
Asymp. Sig. (2-tailed)	,528
Exact Sig. (2-tailed)	,536
Exact Sig. (1-tailed)	,268
Point Probability	,004

a. Wilcoxon Signed Ranks Test

b. Based on negative ranks.

**Quadro 22.** Estatística de Teste de Wilcoxon para o rácio média de Liquidez reduzida

**Ranks**

	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Média de Liquidez Reduzida (2006-2008) - Média de Liquidez Reduzida (2003-2005) - Negative Ranks	20 <sup>a</sup>	19,20	384,00
Positive Ranks	20 <sup>b</sup>	21,80	436,00
Ties	0 <sup>c</sup>		
Total	40		

a. Média de Liquidez Reduzida (2006-2008) < Média de Liquidez Reduzida (2003-2005)

b. Média de Liquidez Reduzida (2006-2008) > Média de Liquidez Reduzida (2003-2005)

c. Média de Liquidez Reduzida (2006-2008) = Média de Liquidez Reduzida (2003-2005)

**Test Statistics<sup>a</sup>**

	Média de Liquidez Reduzida (2006-2008) - Média de Liquidez Reduzida (2003-2005)
Z	-,349 <sup>b</sup>
Asymp. Sig. (2-tailed)	,727
Exact Sig. (2-tailed)	,735
Exact Sig. (1-tailed)	,367
Point Probability	,005

a. Wilcoxon Signed Ranks Test

b. Based on negative ranks.

## ANEXO IX: Wilcoxon signed Ranks Test (MRCP)

**Quadro 23.** Estatística de Teste de Wilcoxon para o rácio média de Rotação do capital próprio

		Ranks		
		N	Mean Rank	Sum of Ranks
Média de Rotação Capital Próprio (2006-2008) - Média de Rotação Capital Próprio (2003-2005)	Negative Ranks	18 <sup>a</sup>	23,22	418,00
	Positive Ranks	22 <sup>b</sup>	18,27	402,00
	Ties	0 <sup>c</sup>		
	Total	40		

a. Média de Rotação Capital Próprio (2006-2008) < Média de Rotação Capital Próprio (2003-2005)

b. Média de Rotação Capital Próprio (2006-2008) > Média de Rotação Capital Próprio (2003-2005)

c. Média de Rotação Capital Próprio (2006-2008) = Média de Rotação Capital Próprio (2003-2005)

Test Statistics <sup>a</sup>	
	Média de Rotação Capital Próprio (2006-2008) - Média de Rotação Capital Próprio (2003-2005)
Z	-,108 <sup>b</sup>
Asymp. Sig. (2-tailed)	,914
Exact Sig. (2-tailed)	,921
Exact Sig. (1-tailed)	,460
Point Probability	,005

a. Wilcoxon Signed Ranks Test

b. Based on positive ranks.

**Fonte:** SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) versão n. ° 23. Elaboração própria.